



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 082/083

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 16 DE JULHO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS Presidente - Democrata		
ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS
ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB	LUCIANA RAFAGNIN 2ª Secretária - PT	LUIZ ACCORSI 3º Secretário - PSDB
CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP	CHICO NOROESTE 5º Secretário - PL	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Ademar Traiano
Democratas	Plauto Miró
PT	Elton Welter
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
PTB	Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN	Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV	Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira; **Sem Partido** - 01: Geraldo Cartário

S U M Á R I O S

DIÁRIO Nº 082

6ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	03
Presenças	03
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Requerimentos	03
Projetos de Lei	05
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	08
Discussão/Votação	
Redação Final.....	08
2ª Discussão	09
1ª Discussão	18
Requerimentos	40
Encerramento da Sessão.....	41
Publicações:	
Atas de Comissão	
Finanças	41

DIÁRIO Nº 083

7ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	45
Presenças.....	45
Abertura da Sessão	45
Ordem do Dia:	
Discussão/Votação	
Redação Final	46
3ª Discussão	59
2ª Discussão	60
Requerimentos	61
Encerramento da Sessão	61
Publicações:	
Comissão Executiva	
Atos.....	61
Diretoria Geral	
Portarias	62
Atas de Comissões	
Obras Públicas, Transportes e	
Comunicação	62
Direitos Humanos e Cidadania ..	63
Finanças	63
Frente Parl. de Negociações dos	
Potenciais Energéticos	66

S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 082

6ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	03
Presenças.....	03
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Requerimentos	03
Projetos de Lei.....	05

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente	08
Discussão/Votação	
Redação Final.....	08
2ª Discussão	09
1ª Discussão	18

Encerramento da Sessão

Publicações:

Atas de Comissão	
Finanças.....	41

DIÁRIO Nº 082

6ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 6ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2007

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Edgar Bueno e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

Às dezoito horas e cinquenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Marcelo Rangel, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk,

Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Wal-dyr Pugliesi (45).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Fábio Camargo, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Mamede e Pedro Ivo (06).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Alexandre Curi, Mauro Moraes e Osmar Bertoldi (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a presente Sessão Extraordinária, conforme requerimento aprovado, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2140

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, a votação nominal para o Projeto de Lei nº 454/07, item 11 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2139

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a diminuição de interstício, conforme prevê o artigo 174 e seu parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa, para a votação do Projeto de Resolução nº 018/07, de autoria da Comissão Executiva a ser votado em Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(aa) Durval Amaral, Duílio Genari, Geraldo Cartário, Carlos Simões, Plauto Miró, Elio Rusch, Ademair Traiano, Miltinho Pupio.

REQUERIMENTO Nº 2133

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos votados na presente Sessão Plenária e que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2138

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Prefeito de Porto Vitória, Sr. Otávio José Scheid, ocorrido dia 09 de julho do corrente ano.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 62 anos de idade faleceu dia 09 de julho corrente, o ex-Prefeito municipal de Porto Vitória, Sr. Otávio José Scheid.

Deixou viúva a Sra. Almiraci Ignês Rauber, ex-Vereadora e atual vice-Prefeita de Porto Vitória.

Otávio José Scheid exerceu o mandato de Prefeito de Porto Vitória de: 1983 a 1988 e de 1993 a 1996.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o do convívio de seus entes queridos, de seus amigos e correligionários. Resta-nos todavia um consolo, a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Aceite pois, dileto amigo Otávio José, nossas despedidas comovidas e a prece que dirigimos ao Todo-Poderoso, para que lhe dê o merecido repouso. Descanse em paz.

Sua família, a família que adorava, despediu-se em lágrimas dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Scheid, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2136

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após aprovação do douto Plenário, REQUER ao Sr. Governador do Estado do Paraná, informações através da SANEPAR, sobre os estudos da exploração, mitigação e compensação do aquífero Karst, localizado na Região Metropolitana de Curitiba.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O aquífero Karst, localizado na Região Metropolitana de Curitiba, é atualmente uma importante fonte de água de qualidade para o abastecimento da população desta localidade.

Considerando que o aquífero Karst é explorado pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR e que a mesma é detentora de informações específicas sobre: o potencial, qualidade da água, impactos diretos e indiretos dessa exploração, sua mitigação e a sua consequente compensação à comunidade da região, requeremos as referidas informações para que possamos fazer um estudo mais preciso da exploração e conservação deste importante recurso natural.

REQUERIMENTO Nº 2137

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado Dr. Roberto Requião, no sentido de determinar aos órgãos competentes, para ser destinada um ambulância que serão utilizadas pelos Bombeiros Comunitários, cada uma dos seguintes municípios: General Carneiro, Malet, Tibagi, Clevelândia, Realeza, Manoel Ribas, Loanda, Cruzeiro do Oeste, Goioerê e Lapa.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Quando Deus desenhou o mundo, ele pensou em tudo, em todos os detalhes, para que fosse perfeito.

Não há palavras que traduzirão a alegria e a satisfação, no momento feliz, quando se concretizar um sonho

ao receberem as ambulâncias que serão usadas pelos Bombeiros Comunitários, sonho este de longa data acaalentado pelas autoridades municipais e por todos os corações bem formados dos mencionados municípios.

Uma ambulância onde a população encontre socorro e alívio para suas dores, se nos afigura uma realização de tal monta que não há de ser com frases encomiásticas que haveremos de louvar que com tantos desvelos conseguirão levarem a cabo tão meritório empreendimento. O nome do Exmo. Sr. Governador Roberto Requião no coração de toda a população dos municípios que receberão ambulância, será com o estilete da gratidão imorredoura.

Abençoadas sejam aquelas que para mitigar a dor alheia, souberam sacrificar algo de seu. Deus lhes há de levar em conta tão nobre ação.

Louvar o trabalho honrado, enaltecer o esforço construtivo do Sr. Governador Roberto Requião, não será lisonja, sem dúvida, mas simplesmente reconhecimento das nobres qualidades que exornam a marcante personalidade.

Vamos nos dar as mãos, viver com uma geração diferente e construindo o Paraná sonhado por Deus.

Temos certeza que pensando em Deus, seremos atendidos pelo Exmo. Sr. Governador Roberto Requião.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 522/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica reduzido para 5% (cinco por cento) a alíquota de ICMS sobre a comercialização de couro *in natura* destinado à produção industrial paranaense.

Art. 2º O Poder Executivo deverá regulamentar a presente lei dentro do prazo de 60 (sessenta) dias após a sua aprovação.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É para nós muito gratificante a apresentação deste projeto de lei que pretende reduzir a alíquota de ICMS para 5% (cinco por cento) sobre a comercialização de couro *in natura* destinado à produção industrial paranaense, que por certo virá aumentar as condições de mais indústrias e mais comércios no setor de couro.

A maior ou menor intensidade do parque industrial e comercial de um povo é o índice mais seguro de seu progresso. Somente os povos civilizados que possuem indústrias e comércio próprios poderão ser considerados economicamente independentes. Aqueles que não pos-

suem essa alavanca propulsora da riqueza permanecerão eternos caudatários daqueles com indústrias e comércios atuantes.

Eis porque muito temos que louvar aqueles que se propõe a ditar as regiões com mais indústrias e melhores comércios, em qualquer ramo que se instalem. Sejam comércio e indústrias extrativas, agrícolas, comerciais, manufaturas ou de transportes. Todas elas tem seu lugar de destaque na economia política como criadoras ou como distribuidoras da riqueza.

A extrativa, arrancando do solo a matéria prima, a agrícola procurando modificar, aperfeiçoar e aumentar a produção vegetal e animal. A comercial assegurando a partilha e a permuta dos bens e dos produtos de consumo. A manufatora, utilizando e transformando as matérias-primas fornecidas pelas indústrias extrativas e agrícolas. A dos transportes, assegurando o deslocamento das coisas e dos homens. Todas elas dependem umas das outras e complementando-se formam ciclo da atividade econômica.

Não há indústria e o comércio mais ou menos nobre. Todas se equivalem, porque uma não existiria sem a outra.

Mas estes não serão os únicos benefícios para a sociedade pós-agroindustrial e comercial que a população paranaense conquistará, especialmente com novos empregos em todas as situações. E neste contexto que surgiu a idéia de tentar reduzir para 5% (cinco por cento) a alíquota de ICMS sobre a comercialização de couro *in natura* que se destinam à produção industrial paranaense.

A liberdade de atenção no mercado é fundamental para aumentar a variedade e a qualidade dos produtos, o que colabora para a diminuição dos preços.

Uma das realidades mais duras que atingem o meio rural é a falta de condições, por boa parte dos produtores, de enfrentar a grande concorrência no mercado de seus produtos, como é o caso dos artigos de couro produzidos no Paraná, como calçados, bolsas, etc. Por tudo isso, se reveste de extrema importância a edição de medidas como esta que desejamos evitar a concorrência com outros estados.

Esperamos a compreensão e aprovação pelos nobres colegas.

PROJETO DE LEI Nº 523/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Adite-se parágrafo 3º ao artigo 53 da Lei nº 6174/70 com a seguinte redação:

“§ 3º A jornada máxima dos servidores da Secretaria de Estado da Saúde, ou outro órgão ou entidade que vier a sucedê-la, será de 30 horas semanais.”

Art. 2º Modifique-se o parágrafo 2º do artigo 53 da Lei nº 6174/70 para que passe a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º Os profissionais que têm regime de trabalho expressamente estabelecido em lei federal e para os funcionários que operam com equipamentos irradiadores, Raio X e substâncias radioativas próximos às fontes de irradiação, e outros abrangidos por legislação federal específica, terão sua jornada de trabalho na forma das respectivas normas federais, quais sejam: Lei 7394/85; Lei 3999/61; Lei 8856/94; Lei 7850/81; Lei 4950 e Lei 8906/94.”

Art. 3º A remuneração dos servidores abrangidos por esta lei não será reduzida por decorrência de sua aplicação, nos casos em que implique redução de jornada.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(aa) TADEU VENERI, AUGUSTINHO ZUCCHI, CHICO NOROESTE, DOUGLAS FABRÍCIO, VALDIR ROSSONI, DUÍLIO GENARI, RENI PEREIRA, RIBAS CARLI FILHO, ROSANE FERREIRA, PLAUTO MIRÓ, LUIZ ACCORSI, ELIO RUSCH, MARCELO RANGEL, EDGAR BUENO, LUIZ MALUCELLI, PASTOR EDSON PRACZYK, LUCIANA RAFAGNIN, ANTONIO BELINATI, CIDA BORGHETTI, JOCELITO CANTO, GERALDO CARTÁRIO, ADEMAR TRAIANO, NEY LEPREVOST e 01 Ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A redução da jornada de trabalho para os funcionários de saúde encontra respaldo nas deliberações das conferências municipais, estaduais e nacionais de saúde.

O principal fundamento encontra-se na natureza da atividade laboral desses profissionais.

A definição da jornada de trabalho na saúde tem que se basear na natureza da atividade de saúde e não apenas nos riscos a que os funcionários da área estejam submetidos. Dizer isso significa compreender que o ato em saúde supõe um momento único e decisivo em que se lida com a vida, a dor, o sofrimento, a angústia, a ansiedade e às vezes a morte de outro ser humano.

Nenhum outro ramo de atividade laboral humana congrega tais características.

Inúmeras profissões já têm jornadas reduzidas em função da natureza de trabalho onde é preciso que se garanta a vida, a segurança de indivíduos e/ou populações: pilotos de avião, funcionários no setor energético nuclear, plataformas petrolíferas, médicos, dentistas, laboratoristas, etc., portanto 30 horas não é privilégio dos funcionários da saúde, mas uma necessidade do SUS.

A redução da jornada que propomos está dentro de um conjunto de propostas para o Recursos Humanos do SUS, portanto, não é isolada e faz parte de todo um contexto de valorização e qualificação do trabalhador de saúde. A dedicação exclusiva é plenamente desejável,

mas ela deve ser a consequência da valorização do trabalho com salários dignos, carreiras, etc.

Quem trabalha em saúde, atendendo a população, sabe da impossibilidade de manter o ritmo e a qualidade de trabalho por 8 horas seguidas, pela natureza do trabalho que acarreta grande desgaste físico e emocional. A jornada de 6 horas alivia esta situação, permitindo maior regularidade no trabalho e a preservação da qualidade no atendimento.

A redução da jornada para 30 horas semanais consequentemente contribuirá para a diminuição do absenteísmo, dos afastamentos para tratamentos de saúde, da rotatividade neste setor, na transferência de pessoal qualificado para outros serviços.

Vários órgãos que prestam serviços de Saúde no estado do Paraná e ou no SUS, já têm jornada de 30 horas semanais como é o caso do Hospital de Clínicas da UFPR, em Curitiba.

A jornada de 30 horas beneficiará:

1) diretamente os funcionários de saúde, que terão menor desgaste físico e emocional no trabalho.

2) A população usuária que terá melhor qualidade no atendimento.

Longe de constituir alguma forma de privilégio, o cumprimento de jornada reduzida de trabalho para os servidores da saúde ocorre com base em inúmeros estudos, inclusive de entidades como a Organização Mundial da Saúde.

Tal orientação é embasada em vários fundamentos, e destes destacam-se:

a) são serviços voltados diretamente para o ser humano, lidam com vidas;

b) um dos pilares da segurança dos diagnósticos e dos tratamentos é ausência de cansaço na execução dos serviços;

c) a execução das funções exige atenção e zelo redobrados à medida que envolvem contato direto com pacientes, enfermidades, infecções, lesões, produção de vacinas e antígenos, execução de exame-diagnósticos, impondo cuidados especiais na coleta e manipulação de materiais, na administração de medicamentos, etc.

d) ainda que se adotem todas as providenciais de saneamento e assepsia, os locais de trabalho ainda assim continuam fontes de doenças medidas.

1) Reconhecimento da excepcionalidade

Mesmo os que são contra o estabelecimento da jornada máxima de 30 horas semanais para os profissionais de saúde, reconhecem o caráter especial da natureza deste trabalho. A Constituição Federal de 1988 determina em seu artigo 7º, inciso XIII: *duração do trabalho normal não superior a 8 horas diárias de 44 horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução de jornada, mediante acordo ou convenção coletiva do trabalho*. Portanto, mesmo aqueles que defendem 40 horas de jornada máxima já o fazem considerando a excepcionalidade do trabalho da saúde e reconhecendo a necessidade da redução da jornada de 44 horas semanais estabelecida

pela Constituição para o trabalho normal. A divergência reside na adoção de uma jornada máxima de 30 ou 40 horas semanais.

2) Jornada de 30 horas é o máximo mesmo

Quantos quilômetros uma enfermeira ou auxiliar de enfermagem andam por dia em seu trabalho? Quantas vezes um porteiro, ou atendente de entrada de um mesmo serviço ouve uma mesma pergunta de um interlocutor ansioso, afobado, tenso e desconfiado? A quantos agentes biológicos, ofensivos à saúde estão expostos em um mesmo dia? Quanto sofrimento, angústia e ansiedade são produzidos em cada atendimento? O que representa para o equilíbrio físico e psicológico de cada um, o regime de plantão, em especial o noturno?

Quem consegue realmente uma hora, pelo menos, de repouso durante a jornada para almoçar?

O que é para todos um ruído de uma sirene entrando em um hospital, ou o bip-bip infernal dos controles eletrônicos, indispensável para a sobrevivência de quem é assistido?

O que é a responsabilidade pela emissão de um documento indispensável à compra de medicamento ou o registro a respeito de uma medicação administrada. O que significa um erro neste momento?

É óbvia a excepcionalidade e a própria Constituição Federal já reconhece ao determinar em seu artigo 7º, alínea IV: *jornada de 6 horas para os trabalhos realizados em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação (coletiva), o que implica uma jornada máxima de 30 horas semanais.*

Por sua vez, a legislação estadual também trata com propriedade da matéria relativa às condições de trabalho dos funcionários da saúde e da necessidade da redução da jornada de trabalho.

A lei 10692/93, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, diz em seu artigo 7º: *Verificada a existência de atividade insalubre ou perigosa, o órgão pericial oficial determinará, para eliminação ou atenuação do risco, conforme o caso, as seguintes providências:*

a) Medidas de segurança e alterações necessárias no local de trabalho;

b) Utilização de equipamento de proteção individual pelos servidores expostos aos riscos;

c) Redução da jornada de trabalho na atividade;

d) Exame médico, para avaliação da capacidade laborativa do servidor, podendo propor seu remanejamento.

Já a Lei Estadual 13666/02 afirma em seu artigo 4º parágrafo 2º que: *A carga horária para funções desempenhadas em locais insalubres, penosos ou perigosos será avaliada pelo órgão de perícia oficial do estado, que lavrará laudo de caráter individual para a concessão de jornada diferenciada conforme determina legislação federal específica.*

Aliado à legislação citada anteriormente, pode-se afirmar que o governo estadual reconhece que os servidores da saúde laboram em condições de insalubridade,

periculosidade ou penosidade, pois no Decreto 3642 de 2004, em seu artigo 1º define: *A Gratificação de Atividade em Saúde - GAS, prevista no artigo 18 da lei 13666/02 será concedida aos servidores pelo exercício de atividade de saúde dado o caráter penoso, insalubre, perigoso e com risco de vida das atividades que desenvolvem.*

Art. 2º Para efeitos deste decreto considera-se atividades em saúde aquela relacionada ao exercício de ações e prestação de serviços de saúde, desempenhadas por:

1) servidores que exercem suas atividades na Secretaria do Estado da Saúde - SESA e no Instituto de Saúde do Paraná - ISEP..

Pode ocorrer que seja argüida a inconstitucionalidade formal da proposição, pois estaria sendo ferida a iniciativa de competência privativa do Chefe do Executivo.

É importante destacar que analisar a constitucionalidade material de uma norma significa compreender a origem dela e seu alcance social.

Nesse sentido já se manifestou o doutrinador constitucionalista Paulo Bonavides.

As constituições existem para o homem e não para o estado; para a sociedade e não para o Poder. Robespierre, sem embargo da insânia revolucionária que o acometeu nos dias de terror, proferiu uma verdade lapidar quando disse: “A Declaração dos Direitos é a Constituição de todos os povos”.

O controle material de Constitucionalidade é delicadíssimo em razão do elevado teor de policidade de que se reveste, pois incide sobre o conteúdo da norma. Desce ao fundo da lei, outorga a quem o exerce competência com que decidir sobre o teor e a matéria da regra jurídica, busca acomodá-la aos cânones da Constituição, ao seu espírito, à sua filosofia, aos seus princípios políticos fundamentais.

É controle criativo, substancialmente político. Sua caracterização se constitui no desespero dos publicistas que entendem reduzi-lo a uma feição puramente jurídica, feição inconciliável e incompatível com a natureza do objeto de que ele se ocupa, que é o conteúdo da lei mesma, conteúdo fundado sobre valores, na medida em que a Constituição faz da liberdade o seu fim e fundamento primordial. BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional, 6ª edição, Malheiros, São Paulo: 1996. Pág. 269-270.

Portanto, argüir inconstitucionalidade não passa de justificativa para desviar a atenção do mérito da proposição.

Conclusão

Tal como foi assinalado no início desta justificativa, aqui estão colocadas apenas algumas idéias para o debate da questão. É óbvio que a fixação da jornada máxima de 30 horas semanais para os profissionais de saúde é uma questão de interesse do conjunto da sociedade.

Releva destacar que a presente proposição alcança os servidores da Secretaria de Estado da Saúde ou outro órgão que vier a sucedê-la.

A presente proposição não é iniciativa isolada de um Deputado, mas de uma coletividade que se sensibilizou com a incansável mobilização dos funcionários da saúde do estado do Paraná.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Augustinho Zucchi, Chico Noroeste, Douglas Fabrício e demais Srs. Deputados, devidamente apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2139, de autoria dos Srs. Deputados Durval Amaral, Duílio Genari, Geraldo Cartário e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a votação do Projeto de Resolução nº 018/07, constante em Sessão Extraordinária, de autoria da Comissão Executiva. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

O SR. ELTON WELTER (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de fazer uma consulta à Mesa: nós votamos a dispensa do interstício na Resolução 018 e, em função de que a Lei Complementar 593, que instituiu esse plano facultativo, não está vigente porque não houve publicação. Podemos votar esse projeto de resolução em função de não haver uma publicação oficial, com circulação no estado ou foi emitido o pedido de acordo com as informações que tenho, como teria que ter sido publicado no Diário Oficial do dia 12? Ocorre que o Diário não saiu e não foi distribuído ainda. Consulto à Mesa em função da lei não estar publicada oficialmente e não ter dado circulação, estou arguindo porque pode caber algum questionamento. Todos sabem do meu posicionamento nesta Casa, nunca escondi e é a consulta que faço à Mesa. Não foi publicado no Diário Oficial? Essa é a pergunta que eu faço.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passo a responder à questão de ordem de V. Exa.

A referida lei foi publicada no Diário da Assembleia no dia 12 de julho e igualmente enviada, na mesma data, ao Diário Oficial do Estado.

Portanto, deverá sair no Diário Oficial do Estado com a data do dia 12. Tomamos essa precaução para publicarmos em ambos os Diários Oficiais.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 312/07, de autoria do Deputado Felipe Lucas, que declara de utilidade pública a ACIAI - Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Irati, com sede e foro no município de Irati.

Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 312/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Irati - ACIAI, com sede e foro no município de Irati.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10.07.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
ANTONIO BELINATI - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 427/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que declara de utilidade pública a Federação das Entidades Comunitárias e Associações de Moradores do Paraná - FECAMPAR, com sede e foro em Curitiba. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 427/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Federação das Entidades Comunitárias e Associações de Moradores do Paraná - FECAMPAR, com sede e foro nesta capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10.07.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
ANTONIO BELINATI - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 010/07, de autoria do Deputado Mamede, que cria a frente parlamentar Brasil-China no estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 041/07, de 07/05/07, em Projetos de Resolução).**

2ª Discussão**ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 146/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que institui o ano de 2008 como ano do intercâmbio Brasil-Japão. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CMA. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 243/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 012/07, que altera a Lei nº 11580, de 14 de novembro de 1996. (ICMS). **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF.**

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva da Comissão de Finanças, nos seguintes termos:

**COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 243/07**

Fica acrescentado o inciso VIII ao artigo 1º do Projeto de Lei nº 243/07, com a seguinte redação:

“VIII - Fica acrescentada a alínea “c” ao parágrafo único do artigo 40 com a seguinte redação:

‘c) em 40% (quarenta por cento) quando pagas, até o 30º dia subsequente ao da ciência da decisão administrativa irreformável do auto de infração, juntamente com as demais quantias exigidas, ou quando estas, quitada a multa, sejam objeto de parcelamento’.”

Sala das Comissões, em 16.07.07.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Atualmente, as multas em decorrência de auto de infração relativo ao ICMS são reduzidas em 75% quando pagas até o 15º dia subsequente ao da ciência do auto de infração, juntamente com as demais quantias exigidas, ou quando estas, quitada a multa, sejam objeto de parcelamento, e em 50% quando pagas, do 16º ao 30º dia subsequente ao da ciência do auto de infração, juntamente com as demais quantias exigidas, ou quando estas, quitada a multa, sejam objeto de parcelamento.

Entretanto, muitas vezes o auto de infração contém incorreções e é reformado quando dos julgamentos pelo Delegado Regional da Receita, pelo Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, pelo Secretário de Estado da Fazenda ou pelo Tribunal de Contas.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Em votação o projeto.

Aprovado, artigo por artigo.

Está em votação a Emenda da Comissão de Finanças, devidamente aprovada em Plenário.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, com relação a emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 243/07, de autoria do Deputado Reni Pereira, consultei a Coordenadoria da Receita do Estado sobre ela, que estabelece uma redução de 40% no valor do tributo devido em função de um ato de infração. Efetivamente, a legislação hoje estabelece uma redução de 75% no valor da multa, quando paga até o 15º dia subsequente da ciência do ato de infração.

Como esta redução, ela seria até o 10º dia subsequente a da ciência da decisão administrativa irreformável, do ato de infração juntamente com as demais quantias exigidas ou quando estas quitadas multas sejam objeto de parcelamento.

Na verdade, reconhecemos aqui, é muito temerária a aprovação desta emenda, por conta de que, nós sabemos que toda a atividade do Fisco, inclusive, é financiada pelo FUNREFISCO. E o FUNREFISCO é que financia os investimentos da manutenção dos combustíveis, comunicação. Nós não temos a fonte zero para financiar a ação do Fisco. Na verdade, a emenda, sinceramente, poderá anular até a ação do Fisco.

Reconheço que nós temos que ter limites para que o Fisco possa, de fato, atuar de uma forma que possamos praticar justiça fiscal. Mas, aqui há um excesso de bondade sendo concedido, sinceramente me parece que é contrário ao interesse público a emenda proposta.

Quero dizer que consultei o Coordenador Diretor da CRE que manifestou estas opiniões, e as acho procedentes. A lei já é um instrumento interessante de fato. Para não provocarmos a tributação excessiva, temos taxas de juros e correção monetária em cima da própria CELIC.

Encaminhamos contrários à emenda apresentada pelo Deputado Reni Pereira, por ser contrário ao interesse público. Por isso que pedimos o voto contrário dos Parlamentares desta Casa, especialmente dos companheiros que compõem a base e dá sustentação ao nosso Governo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, o Deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) **(Para Encaminhar)**

Começo pelo final do encaminhamento do Líder do Governo, dizendo que não há nada mais que vá de encontro ao interesse público, que essa emenda.

Se há alguma coisa contra o interesse público, certamente é a informação que a pessoa lhe passou.

Aliás causou-me estranheza que o Líder do Governo não se reportou ao Secretário da Fazenda, porque todas as mensagens do Governo fazem alusão à

Secretaria da Fazenda, que tem autoridade investida no campo, na Secretaria.

Tenho certeza que o Secretário da Fazenda teria tido um posicionamento diverso, até porque esta emenda é favorável ao interesse público, porque visa resguardar os interesses do estado. Não adianta ficar na expectativa de receber 5, 10, 20 milhões, porque as pessoas não vão pagar. Elas já perderam o prazo para pagar antes de recorrerem e esse desconto seria um estímulo para que elas pudessem efetivar em dinheiro, Deputado Romanelli, com a redução da multa antes de recorrerem à Justiça.

Agora você acha que a pessoa vai recorrer? Não, ela fica esperando uma anistia, porque todo ano sai anistia. Daí ela não paga nada da multa. Ela pega uma boa banca de advogados, cauciona com precatórios, paga com precatórios, compra na ordem de 20% a 30% dos precatórios.

Agora eu pergunto: será que essa pessoa que deu essa informação realmente está preocupado com as finanças do estado e realmente quer que as pessoas paguem e tenham efetivamente a tal legalidade auferida através de dinheiro, àquilo que paga o salário do policial, que paga do professor ou nós vamos ficar nesse “faz-de-conta”, pensando que as pessoas vão pagar 100% das multas com correções, 100% do tributo, mesmo que ela ganhou parcialmente do Conselho de Contribuinte? Acho que não é ser bonzinho com alguém que tem essa dívida, trata-se de trazer uma coerência para que as pessoas sejam estimuladas a pagarem antes de ingressarem na justiça, porque fica muito mais fácil, principalmente para as grandes empresas, ao invés de terem uma redução de 40% na multa apenas, elas ingressarem em juízo e caucionarem com precatórios que vão pagar na faixa de 30% e daí terão desconto de 70%, inclusive em cima do imposto, pois essa emenda só prevê a redução na multa.

Agora, a pessoa que orientou o Líder do Governo acha que isso é contra o interesse público, eu realmente não sei o que há de interesse público em jogo.

Causa-me estranheza e tomara que seja a única vez que V. Exa. se reportou a um subalterno e não a quem responde pela Secretaria da Fazenda, que é o Secretário.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Quero fazer um apelo, não apenas ao Líder do Governo, mas a todos os Parlamentares que estão aqui: tudo o que puder vir de incentivo para que o contribuinte pague os seus impostos é salutar. O projeto do Deputado Reni, na verdade, traz um incentivo para alguém que foi autuado pela Receita. E por essa razão acho legítimo facilitar a vida do contribuinte para que ele possa pagar os seus impostos.

Por essa razão me posiciono favorável à emenda do Deputado Reni e apelo aos Srs. Deputados - que sabem o que é pagar impostos, sabem a volúpia e a vontade que os governos têm de arrecadar para preservar o contribuinte estadual, num momento como esse de difi-

culdades - que votemos favoráveis a emenda do Deputado Reni Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder à votação da emenda feita à Comissão de Finanças.

Vai se proceder à votação da emenda do Deputado Reni Pereira.

Os Deputados favoráveis à emenda, permaneçam como estão.

Aprovado!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder à verificação de votação.

Srs. Deputados favoráveis à emenda, queiram levantar-se.

Vinte Srs. Deputados favoráveis à emenda e 17 Srs. Deputados rejeitam a emenda.

Está aprovada a emenda!

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Votei com a emenda do Deputado Reni e quero explicar isso à Mesa e ao Líder do Governo, porque há dois anos atrás nós votamos uma lei aqui nesta Casa para fazermos um escalonamento de quase 1 bilhão de reais de dívidas que estavam pendentes, inclusive de grandes empresários que não conseguiram pagar. Um deles, conhecido do ramo - que não vou citar - 360 milhões para pagar em 40 anos. Eu acho que é melhor que o estado receba 60% à vista do que receber em 40 anos aquilo que não sabemos o que vamos receber.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 244/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 013/07, que dispensa o pagamento de créditos tributários, ajuizados ou não, relativos ao IPVA, dos veículos baixados pelo DETRAN/PR, até 31 de dezembro de 2007, e leiloados na condição de sucata por qualquer órgão público. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.** Em votação a emenda da CCJ. **Aprovada.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 324/07, de autoria do Deputado Plauto Miró, que dispõe sobre o tempo razoável de espera, bem como atendimento preferencial em agência lotéricas, que prestem serviços bancários no

estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CICTM. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.** Em votação a emenda. Em discussão. **Aprovada.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 401/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que autoriza a doação de imóvel ao município de Maringá. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 421/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 019/07, que estabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CF.

Em votação o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.** Em votação a emenda. **Aprovada.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 442/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Colorado, área de terras do DEOE, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 454/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 020/07, que objetiva conferir, em conformidade com o preceito contido no artigo 27, inciso XVIII, da Constituição Estadual, à UEG Araucária Ltda., da qual a COPEL Empreendimentos S/A e a Companhia Paranaense de Energia - COPEL são sócias cotistas, o regime jurídico de sociedade de economia mista. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF.

Em discussão. Em votação.

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, só vou registrar meu voto, porque vou votar contrário a este projeto, porque o Deputado Romanelli não me convenceu. Eu sei que estas ações serão levadas à COPEL, e ela vai ficar com a maioria. E depois, quem vai dizer se vende ou não é o que determina a Lei das Sociedades Anônimas. Então, vai exatamente definir, quem vai decidir é o Conselho da COPEL. Então, o Governo vai fazer caixa da COPEL e vai vender as ações. Normal. Como eu não sou a favor de privatizações e sigo a Carta de Puebla, do nosso Governador, tão comentada e falada nesta Casa, eu posso ser o único

Deputado a votar contra, mas vou deixar meu registro, aqui. E solicito aos demais Deputados que me sigam, porque estas ações vão para a COPEL.

O Deputado Romanelli deu um depoimento espetacular, que já está gravado nos meus arquivos, como Líder do Governo, vai para a história política desta Casa - deve falar na seqüência também - e vou pedir as notas taquigráficas e vou guardar. Vou esperar o tempo, como disse o Deputado Elio Rusch, dar tempo ao tempo. Tenho certeza de que lá na frente a COPEL, para fazer caixa, para limpar toda aquela confusão, e eu não quero passar por otário. Não entendo muito de contribuição, destas coisas de empresa, mas só não quero passar por otário. Não quero ser chamado, ser tratado deste jeito. Então, entendi o que o Governo fez.

O Governo deu um "peitaço" lá no começo, falou mal daquela empresa, cancelou um contrato fora de hora, cometeu um erro, iria tomar uma multa volumosa, que iria quebrar uma parte do Paraná, voltou atrás, teve que comprar a empresa para não pagar indenização - diz o Deputado Elio Rusch que são vinte anos - e aí para salvar o mico, agora o Governo comprou 80% das ações e pode vender até 49% depois, porque o que determina à COPEL é que ela pode ficar com a maioria, então pode vender até 49 e vai vender para fazer caixa. Está claro isso para mim! A COPEL é do Paraná e como eu não fui a favor lá atrás da não venda da COPEL, também quero registrar aqui o meu voto. Não sei se será só o meu, mas encaminho e peço aos companheiros, porque é o mesmo caso e daqui algum tempo vamos relemburar desse caso e vamos nos lembrar que demos um cheque em branco, porque a partir do momento em que aprovamos a transformação de Limitada para Sociedade Anônima, estamos colocando essa empresa lá no bojo da COPEL, que passa a ser comandada pelos Conselheiros da COPEL, porque são eles que definem e eles naturalmente vão colocar à venda na seqüência, quando a usina estiver boa e rendendo, eles vão vender para fazer dinheiro e para subir o caixa da COPEL. E como o Governador sempre foi contra isso, eu não estou entendendo o que ele está fazendo!

Então, estou seguindo a Carta de Puebla, estou seguindo aqui os ensinamentos do Governador Requião. Sou companheiro dele e acho que ele está errado ao fazer isso. Acho que ele está cometendo um erro. Ele cometeu um erro lá atrás, está acertando agora, mas continua errado. Então, como não quero errar junto, registro aqui e peço aos companheiros o voto contrário, porque na seqüência essas ações serão vendidas. Podem esperar os senhores que estão aqui, na seqüência serão vendidas, porque a COPEL está precisando de dinheiro, a COPEL precisa recuperar o dinheiro. Então, vai vender! Quem pagou? Foi a COPEL. Então, vai capitalizar e vai vender.

Então, vou registrar o meu voto aqui, que sou contrário, porque não sou a favor da privatização.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, quero, na verdade, fazer um registro no meu encaminhamento. Primeiro, é bom lembrar que aqui há dois projetos que vamos discutir e que há uma contradição entre Governo e o seu Líder, muito grande. Primeiro, vamos entrar na abertura de capital da UEG. O que aconteceu com a UEG?

É a mesma coisa que o senhor ter uma loja, não fazer marketing, está cheio de eletrodomésticos e o senhor sai gritando na rua que os eletrodomésticos que estão dentro da loja não prestam, estão antiquados, estão desatualizados e se você ligar na tomada vai explodir. Aí quando o senhor vai vender a loja, não encontra para quem vender. Aí o senhor encontra um amigo seu, que é o Governo, e o Governo compra a sua loja. Aí ele compra, paga uma fortuna pela sua loja de eletrodomésticos já superados e agora chega aqui e diz: arrependi-me. Comprei, preciso de dinheiro e preciso dividir esta empresa, que é uma empresa obsoleta e que vai explodir, preciso dividir em ações para vender essas ações. É o que estou entendendo!

Então, o que o Governo fez?

Não entendo o porquê do discurso. Desculpem-me aqui os Deputados de esquerda! Deputado Waldyr Pugliesi, eu não posso fazer considerações sobre a sua atuação política, mas acho que o senhor é um Deputado - na minha forma de entender e pelas suas atitudes - de esquerda. Quando o Governo comprou a UEG, apesar do discurso falso, comprou com uma atitude de Esquerda, privatizando. Agora o Governo vem, fez uma péssima propaganda dessa UEG, divulgou para o mundo que ela não servia, divulgou para o mundo que ela não iria produzir energia, divulgou para o mundo que iria explodir e aí pegou o dinheiro do contribuinte paranaense e a comprou e agora se arrependeu. Agora a UEG está funcionando, gerando energia, não é mais uma bomba e nós vamos formatar essa empresa para vender ações. Ações de uma empresa que o próprio Governo desvalorizou; de uma empresa que o próprio Governo depreciou.

Por essa razão, Sr. Presidente, por incrível que pareça, sou favorável à venda e à transformação dessa empresa em sociedade anônima, mas é importante que fique registrado o discurso de ontem e o do momento. Na verdade, se depreciou a empresa, comprou-se a empresa por um alto valor e, agora, nós vamos vender ações.

O Deputado Romanelli se equivoca quando diz que não vai ser vendido. Eu até acredito que essa viagem do Governador para Nova Iorque, Deputado Durval, V. Exa. vai representar a Assembléia, veja se nessas conversas na Bolsa de Valores não vai se falar em venda de ações, porque a partir do momento em que estiverem comercializando ações, estará se consumando o que nós estamos afirmando aqui: estão formatando uma forma sorrateira para demonstrar essa atitude de venda de ações.

Ora, subo naquela tribuna, defendo a esquerda, defendo o discurso do Hugo Chavéz. Fiz tudo que era preciso, até comprei a UEG que ia explodir, que não ia funci-

onar, que não ia produzir energia, mas agora eu estou abrindo seu capital. Ao abrir seu capital, cai por terra todo aquele discurso que gritam ao sair às ruas: "Eu sou de Esquerda! Eu sou de Esquerda!" É o que eu tenho dito: não existe Esquerda, não existe Direita, existem atitudes. Por essa razão, eu até acredito que quem vai comprar as ações da UEG é a El Paso, porque o Governo depreciou, comprou por um alto valor, agora vai vender. A El Paso sabe que não é uma empresa ruim, que não é uma empresa que gere lucro e ela poderá vir no mercado e comprar as ações de algo que quem depreciou comprou.

Voto favorável, mas é importante registrar que quando levantamos que o discurso está longe da ação, da atuação do Governo, é a mesma questão da transparência. Não há transparência. Não há esquerda. Não há essa questão de posicionamento de Esquerda e de direita. Na verdade, na hora que convém o discurso é de esquerda; na hora que convém o discurso é de centro; na hora que convém o discurso é de direita, da mais direita do que o Paulo Maluf.

Então, por essa razão, quero afirmar aqui: não tenham dúvidas, Srs. Deputados, nós estamos formatando uma maneira de o Governo não explicar que amanhã estará vendendo as ações da COPEL. Talvez o Deputado Durval Amaral vai presenciar isso já em Nova Iorque, na Bolsa, quando estará comemorando os dez anos de venda das ações da COPEL.

Diga-se de passagem, é importante salientar neste momento, que quem abriu capital da COPEL, há quinze anos atrás, foi o atual Governador; quem vendeu a primeira ação da COPEL para a iniciativa privada ou para o acionista, foi o Governador Requião, do qual é Líder do seu Governo o meu ilustre e brilhante companheiro Luiz Claudio Romanelli.

Estou fazendo esse registro chato, xarope, talvez inconveniente, mas fique na memória, porque quando aquele cidadão de cabelos brancos, de óculos em cima do nariz, chegar aqui esbravejando não é verdade. Quando ele manda o projeto para cá é outro discurso, é outra atitude. Quando é lei, não tem esquerda. A grande verdade é essa. Então, meu caro Deputado Romanelli, não há como discordar de V. Exa. porque o mundo caminha dessa maneira, ou nós nos subtemos ao mercado ou ficamos fora do mercado. A grande verdade é que o Governo, envergonhado, encaminha a esta Casa um projeto para vender ações, que ele não quer assumir publicamente. Talvez o Deputado Tadeu Veneri, neste momento, não vote com o Governo. Mas é importante registrar este momento de constrangimento deste Governo de Esquerda do Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

O Deputado Valdir Rossoni demorou exatamente 4 horas e 40 minutos, para irromper a lei do silêncio - e

com força! Reconheçamos, sinceramente, que o senhor e o Deputado Jocelito Canto fazem, aqui, é um dos maiores sofismas que já assisti em minha vida.

O projeto é claríssimo. Todos sabem que uma empresa pública, uma estatal, não pode ser sociedade por quotas, limitada. Ela tem que ser uma sociedade de economia mista, uma S/A, ou empresa pública, se tiver uma lei específica. A lei autorizou a compra, como eu disse aqui, da UEG Araucária, da El Paso, pela COPEL Empreendimentos. A única coisa que está se fazendo é transformar a sociedade por quotas, limitada, em uma sociedade anônima, capital fechado - 80%, Deputado Edgar, é da COPEL, 20% da PETROBRAS, são duas empresas públicas, ambas são Sociedades de Economia Mista.

Não se confundam, Sras. e Srs. Deputados, não se está vendendo uma única ação da UEG Araucária. Aliás, se um dia fosse vender ação é claro que tem que passar pelo processo legislativo, se terá que enviar uma mensagem a esta Casa de Leis. Quero dizer a V. Exas., que não é isso que o Governo está fazendo. Ele está apenas adequando a UEG à legislação em vigor no nosso país. Só isso, sem nenhuma outra invenção. A UEG não é nem de Esquerda e nem de Direita. Ela será uma Sociedade de Economia Mista e tomara que consigamos recuperar o enorme dinheiro, que o estado do Paraná, através da COPEL, investiu na famosa UEG Araucária.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

Há sobre a mesa um Requerimento nº 2140, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente, solicitando a votação nominal para o Projeto de Lei nº 454/07. Em votação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para encaminhar o requerimento, Sr. Presidente?
(Assentimento)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizer que em homenagem a esta nova empresa que vem aí - Deputado Romanelli, vou guardar com muito carinho as suas palavras, o vosso pronunciamento, que vão para a minha coleção de vozes que tenho aqui na Assembleia, para daqui a alguns anos voltarmos a falar. Vamos nos encontrar na rádio e falar disso. Quero pedir a votação nominal, como foi feita a votação da COPEL, que tanta polêmica deu, para registrarmos quem é a favor e quem é contra. Quero deixar o meu voto, aqui, para que os companheiros votem livremente e coloquem o seu pensamento. Acho que cada um tem que definir o que quer.

Acho que essa proposta da UEG de Araucária, é sem dúvida nenhuma, um grande projeto. A partir desta aprovação passa a ser UEG neoliberal.

Por isso, peço o encaminhamento, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, encaminho pela rejeição do requerimento de votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Os Deputados favoráveis ao requerimento do Deputado Jocelito Canto, queiram, por gentileza, levantar-se.

Está rejeitado o requerimento.

Passa-se à votação do item 11 da pauta: 2ª discussão do Projeto de Lei nº 454/07.

Os Deputados que são favoráveis ao projeto, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder a verificação de votação.

Os Deputados contrários ao projeto, queiram levantar-se. Dois Srs. Deputados contrários ao projeto.

Está aprovado o projeto, artigo por artigo.

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 460/07, de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Professor Luizão, que altera a Lei Complementar nº 108/05, que trata da contratação de pessoal por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos órgãos da administração direta e autárquica do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ e CF.

EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 460/07

Art. 8º (...)

I - (...)

II - (...)

Art. 1º Acresce-se o parágrafo 1º enumerando sequencialmente os parágrafos posteriores.

§ 1º O pessoal contratado, do contido no inciso VI do artigo 2º da Lei Complementar nº 108/05; terão benefício do contido no parágrafo 2º do artigo 6º da Lei Complementar nº 103/04; ao valor inicial da categoria no nível II, classe I, na forma da lei.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoiamento:

Luiz Accorsi, Francisco Bühner, Carlos Simões, Miltinho Pupio, Nereu Moura e Artagão Júnior.

JUSTIFICATIVA:

A Secretaria da Educação do Estado do Paraná é a que mais utiliza-se dos contratos temporários, garantidos no artigo 37 da Constituição Federal e na Constituição Estadual no seu artigo 27, inciso IX, regulamentada pela Lei Complementar nº 108/05, artigo 2º, inciso VI: *Aten-*

der ao suprimimento de docentes e funcionários de escola na rede estadual de ensino e nas instituições estaduais de ensino superior; nas hipóteses previstas na presente lei complementar.

Os professores contratados por tempo determinado, investem em sua formação permanente, até por orientação da própria Secretaria de Estado da Educação, para melhor desempenho de sua função e garantindo, junto com o estado, uma educação de qualidade. Sendo assim, não é justo para com estes profissionais da educação que não recebam os benefícios de professores com pós-graduação, bem como dando aos mesmos incentivo na busca permanente de sua qualificação. Assim, a lei não apenas garante a funcionalidade na gestão estadual na área da educação, mas também garantindo uma educação de qualidade para com nossos educandos e retribuindo aos professores o justo merecimento e retorno de seus investimentos em sua qualificação.

Solicito ao Deputado Romanelli que indique alguém, algum Deputado, para dar o parecer a respeito da emenda do projeto de lei complementar.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, queria encaminhar esse tema da seguinte forma: conversei com o nobre Deputado, o autor da emenda, que é o Deputado Strapasson, e trocamos idéias, aqui, ainda há pouco, no plenário, por conta de que, embora eu reconheça a justeza da propositura do Deputado Strapasson, porque há um problema, ele ainda me dava os números aqui da região metropolitana: cerca de 50% são professores PSS, aqui na nossa região metropolitana. E ele levanta uma questão que é absolutamente procedente, porque a contratação do professor PSS está se dando pelo valor do início da carreira, sem considerar os títulos obtidos pelos anos de estudos, ou seja, as pós-graduações, seja especialização, mestrado ou doutorado daquele professor que está sendo contratado no PSS. Agora, o que ocorre, na verdade, é que temos que considerar que é de uma outra natureza e que vai gerar um impacto financeiro.

E aí, de fato, vamos travar um tema complexo, que é a questão da constitucionalidade deste nosso projeto de lei.

Então, queria fazer um apelo ao Deputado Edson Strapasson, para que transformássemos esta emenda que ele propõe em um projeto à parte, para que possa ser discutido até de uma forma, uma interpretação favorável do próprio Governo ao disposto na Lei Complementar nº 108, reconhecendo os títulos dos professores que são contratados como PSS pelo estado.

Então, eu queria solicitar ao nobre Parlamentar que pudesse transformar esta sua emenda em um projeto à parte, para que pudéssemos, efetivamente, votar o projeto e restar ele, aqui, aprovado por esta Casa.

É isso.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, o projeto do Deputado Romanelli, em conjunto com o Deputado Luizão, altera a Lei Complementar nº 108/05, exatamente em um tema muito importante. E nós, aproveitando esta emenda, no sentido também de tornar mais justas as contratações, valorizando os profissionais que estudaram, se qualificaram em pós-graduação e que têm a condição de receber como determina o inciso II do artigo 8º desta lei, que diz que serão remunerados por funções semelhantes no quadro de carreira do estado, o que seria efetivamente pagar o valor inicial do pós-graduado.

Entendendo também que estamos alterando um outro artigo, não especificamente o artigo que o Deputado Romanelli, que o projeto de lei em si, o 460/07 interferiu. Nós entendemos de bom encaminhamento, em acordo com o Deputado Romanelli, para que transformemos esta emenda num projeto à parte para melhor estudar e melhor conduzir, de forma satisfatória.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente. Vai se proceder, portanto, a votação do projeto. Retira-se a emenda apresentada pelo Deputado Strapasson.

Item 12: os Deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Srs. Deputados, acredito que até o Deputado Durval poderia me socorrer. V. Exa. deve lembrar aqui de inúmeros pronunciamentos feitos contra a Paranaeducação. O que o Deputado Romanelli e o Deputado Luizão estão propondo aqui é uma Paranaeducação piorada. A grande verdade, porque pelo menos a Paranaeducação era uma paraestatal regularizada.

O que o Deputado Romanelli está fazendo? Faziam longos discursos contra a Paranaeducação porque eram contra as contratações temporárias. Aonde se viu, Deputado Douglas, lá na sua faculdade, quando um professor se licencia, contratar um substituto temporário? Isto é um absurdo! É contra os trabalhadores da educação!

Vejam que primor de projeto: primeiro, é inconstitucional, porque isto aqui é de iniciativa do Poder Executivo, mas eu não discuti a constitucionalidade, porque este projeto é um primor, para quem recorda a história.

O que acontece, Deputado Nelson Justus? Agora, a brilhante cabeça do Deputado Romanelli apresenta um projeto que autoriza o Governo a contratar temporariamente e também, Deputado Nelson Justus, caso necessário, ele pode contratar temporariamente quantas vezes quiser - quer dizer, contratou 3 meses, há necessidade de contratar? Recontrata. Ah, mas é preciso recontratar mais 3 meses. Recontrata, até 2 anos, Sr. Presidente. Aí, são os mesmos homens que vinham aqui discursar contra a Paranaeducação.

Então, o seguinte: primeiro, burla-se a lei, o Governo, envergonhado, não tem coragem de mandar um projeto regulamentando a contratação temporária. Segundo, a inconstitucionalidade é flagrante. Por que é flagrante? Porque isto não pode ser de autoria do Legislativo, do Deputado, e sim do Executivo.

Ora, se eu sou Líder do Governo, o meu Governo quer e precisa - e eu até concordo que há necessidade de contratação temporária - eu atravesso a rua, vou ao Palácio Iguaçu, chego no Governador, levo o Secretário da Educação, que vai lá e argumenta ao Governador: "Governador, precisamos de autorização para contratação temporária, porque há necessidades emergenciais, justificáveis. Não. O Governo se esconde, os Deputados se submetem e aí seguinte - está aqui uma Paranaeducação - o que é? Contratação temporária, contratação com 2 anos - quer dizer, pode se renovar o contrato, nós estamos aqui - e o pior, Srs. Deputados, se atenham a isto, Deputado Luiz Carlos Martins: eu até agora, Deputado Douglas, só falei na educação, mas o pior, este projeto do Deputado Romanelli autoriza a contratação temporária em todos os setores do Governo. Se amanhã esse brilhante Secretário da Comunicação quiser contratar algumas pessoas, temporariamente, talvez necessária para buscar documentos, para prestar informações à Oposição, ele poderá, sim, contratar temporariamente.

Antigamente, a Paranaeducação regulamentava como se contratava temporariamente professores substitutos na área da Educação, agora não. O Deputado Romanelli vem aqui, sem sofisma, e apresenta este projeto. É um projeto que simplesmente autoriza o Governo, a partir de amanhã, se o Governo quiser amanhã aprovado este projeto, contratar 500, 1.000 pessoas na área da educação, no DER, na saúde, enfim, em todos os setores, agora a porteira está aberta! Agora a porteira está aberta, mas agora está regulamentado!

Por esta razão estou aqui, novamente, registrando, Sr. Presidente, a grande contradição do discurso e da prática!

Obrigado.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, na verdade não estamos alterando uma situação, essa é uma questão, de fato, que existe hoje. Mesmo que tivéssemos todos os professores da rede pública concursados, em algum momento teríamos que contratar temporariamente para suprir professores que se afastam por problema de licença maternidade, licença sem vencimentos, licença para tratamento de saúde, licença para ocupar outros cargos públicos, enfim, sempre vamos ter necessidade para os casos de contrato temporário, jamais vamos ter um quadro perfeitamente completo, de acordo com a demanda do estado do Paraná, nas instituições de ensino superior e nas escolas de ensino fundamental e médio.

As contratações são feitas de acordo com a Lei Complementar nº 108/05. O que estamos alterando nessa

lei? Existe uma situação da seguinte forma: se hoje surge uma necessidade de um contrato temporário, você tem um professor que pegou licença para tratamento de saúde, 30 dias, aí você contrata um professor no lugar desse para continuar ministrando as aulas. Terminados os 30 dias, encerra-se o contrato desse professor temporário, porque o professor concursado voltou ao trabalho. Esse professor temporário, encerrado o contrato, ele tem que aguardar 2 anos para poder ser contratado novamente, é uma quarentena. Então a pessoa é penalizada, ela não pode ser contratada pelo único fato de ter trabalhado!

A nossa proposta, nosso projeto de lei pretende regulamentar essa situação. O contrato pode ser prorrogado, não pode ultrapassar 2 anos de contrato, isso é vedado pela nossa Constituição Estadual, mas digamos que passados os 2 anos, o contrato está encerrado, mas esse professor pode concorrer a um outro processo seletivo simplificado e eventualmente ocupar uma outra substituição porque hoje a lei impede de um professor que já foi contratado uma vez, ou servidor público que foi contratado uma vez, ele não pode ser contratado novamente antes de completar 2 anos, ele tem que ficar fora! E enquanto não se tem concurso público, é um professor habilitado, um professor bom, por exemplo, nesses 2 anos você não tem outro professor formado para a área, mas tem os alunos que estão em aula, então você passa a contratar pessoas sem formação, só pelo fato de eles não terem sido contratadas anteriormente. Então, elas podem ser contratadas e deixam um professor formado fora, porque ele já trabalhou 15 dias, 1 mês, 6 meses, teve o contrato encerrado e não pode ser contratado novamente.

Peço aos Srs. Deputados, por uma questão de bom senso, estamos alterando uma situação emergencial, de fato, que está criando problemas na administração estadual, tanto nas instituições de ensino superior como nas escolas públicas de ensino fundamental e médio. É uma necessidade que se corrija esta exigência que existe na lei, momentaneamente. É evidente que o concurso público é a solução ideal, mas jamais vamos ter todos os profissionais contratados por concurso público, haverá sempre a necessidade de contratos temporários.

Era isso, muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (Para Encaminhar)

Apenas para contrapor um pouco as palavras do Professor Luizão, a quem respeito muito, mas diria que o que estamos votando não é só para a área de educação, isso é para a área da saúde, para a segurança, enfim todas as áreas do Governo do Estado. Na verdade, na educação sabemos que realmente tem que repor. Isso não é só agora, isso vem de Governos passados também. E o que lamentamos profundamente e tem dito com muita propriedade o Líder da Oposição, Deputado Valdir Rossoni, já tem feito isso, quando tínhamos a Paranaeducação. E as pessoas que defendem hoje a contratação temporária, foram as pessoas que condenaram o Governo passado a

agir dessa forma, quando estava voltado única e exclusivamente, Deputado Dobrandino, voltado para a educação. E o Governo passado era condenado pelas pessoas que estão no Governo hoje. Agora esse Governo, hoje, pede a contratação para todas as áreas.

Quer dizer, vamos ser favoráveis, sim, votamos a favor desse projeto, mas fica exatamente essa dúvida sempre, Deputado Waldyr Pugliesi. Como é bom quando a pessoa tem uma linha, tem uma posição. Quer dizer, eu sigo e defendo essa posição, mas têm muitas pessoas que no passado condenavam e hoje fazem diferente. É a tal história: pimenta nos olhos do adversário sempre é refresco.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB) (Para Encaminhar)

Queria encaminhar favoravelmente, em nome do bloco independente da Assembléia Legislativa, a favor do projeto de autoria do Professor Luizão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação o Projeto de Lei nº 460/07. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 467/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 022/07, que altera a denominação da Secretaria de Estado da Criança - SECR, a que se refere o artigo 1º da Lei nº 15347, de 22.12.06, para Secretaria de Estado da Criança e Juventude - SECJ. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CF.

Sobre o referido projeto, emenda aditiva e modificativa de plenário, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA E MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 467/07

A presente emenda aditiva e modificativa ao Projeto de Lei nº 467/07, oriundo da Mensagem 022/07 do Governo do Estado, objetiva acrescentar um novo dispositivo à sua redação original, que deverá ser enumerado como artigo 11, renumerando os subseqüentes, e alterar a redação do dispositivo final, conforme segue:

“Art. 11. O saldo remanescente do Serviço de Loteira do Estado do Paraná - SERLOPAR, deverá ser transferido para a Secretaria da Criança e Juventude - SECJ.

Art. 12. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se o artigo 6º da Lei 15521, de 05 de junho de 2007.”

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, DUÍLIO GENARI, VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH, ADEMAR TRAIANO e DURVAL AMARAL.

JUSTIFICATIVA:

Já havia uma autorização nas leis orçamentárias dos exercícios anteriores permitindo a transferência de

verbas do SERLOPAR para a Secretaria da Criança e do Adolescente, portanto, havendo saldo remanescente do extinto SERLOPAR, conforme consta no Grupo 95 - Recursos de Outras Fontes - Fonte 253, na LDO, nada mais justo ser ele transferido à recém novamente criada Secretaria da Criança (Lei nº 15347 de 12/12/06), que havia sido extinta no mandato anterior deste mesmo Governo.

Há uma emenda de plenário. Consulto...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Na verdade, queria fazer um apelo ao nobre autor da emenda, que é o Deputado Valdir Rossoni. Queria solicitar ao nobre Deputado Valdir Rossoni que pudesse retirar essa emenda aditiva na medida em que o SERLOPAR já foi extinto por decisão desta Casa e os valores remanescentes já foram incorporados à tesouraria estadual.

Ou seja, não há como votar essa emenda. Queria fazer um apelo ao nobre Deputado para que pudesse retirar essa emenda. Acho que a emenda é boa, mas penso que ela é inócua, por conta de que os recursos já foram destinados por lei. Então penso que é inócuo esse tema. Se ele me convencer do contrário, até encaminhado favoravelmente, mas penso que não é mais possível.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Na verdade, estou fazendo aqui uma homenagem ao falecido Deputado Anibal Khury. Lembro como se fosse hoje, um projeto de autoria do Deputado Anibal Khury, onde ele destinava parte dos recursos do SERLOPAR à Secretaria da Criança. Agora foi extinta a Secretaria da Criança e, de repente, surge um projeto aqui, criando a Secretaria da Criança e da Juventude.

Por essa razão, existe ainda R\$ 127 mil no caixa do extinto SERLOPAR. Estou com esta emenda para que estes recursos sejam destinados à Secretaria da Criança e da Juventude, que está sendo criada. Faço uma proposta ao Deputado Romanelli. Como eles derrubam todas as emendas, se ele aprovar essa emenda em homenagem à Secretaria da Criança, que volta para fazer trabalho com as crianças do Paraná, façamos aqui uma homenagem ao Deputado Anibal Khury, aprovando esses recursos para a Secretaria da Criança e da Juventude, ora sendo criada, e eu retiro a emenda ao Projeto nº 478/07, que é uma emenda aditiva àquela questão que trata do FDE.

Faço essa proposta.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Senhor Presidente, aceito a proposta do Deputado Valdir Rossoni, só acho que é difícil o dinheiro retornar do cofre do Tesouro para a Secretaria da Criança.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação.

Aprovado, artigo por artigo.

Em votação a emenda.

Aprovada.

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 478/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 023/07, que objetiva alterar a redação do artigo 11, da Lei nº 5515/67 e autorizar a concessão de subvenção econômica com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, para instituições financeiras, sob a modalidade de equalização de taxas de juros em operações de crédito para interessados em aderir ao Programa de Irrigação Noturna. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF.

Sobre o referido projeto, emendas de plenário nos seguintes termos:

EMENDA CORRETIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 478/07

A presente emenda corretiva ao Projeto de Lei nº 478/07, oriundo da Mensagem nº 023/07 do Governo do Estado, objetiva alterar a vogal que identifica o novo dispositivo que se pretende introduzir ao artigo 11 da Lei nº 5515/67, como alínea “i”, conforme segue:

“Art. 11. ...

a) ...

...

i) subvenção econômica”.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, DUÍLIO GENARI, VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH, ADEMAR TRAIANO e DURVAL AMARAL.

JUSTIFICATIVA:

A nova alínea proposta - “h” - já foi introduzida ao artigo 11 da Lei nº 5515/67, pela Lei nº 12728/99, portanto a redação que se pretende introduzir à lei que instituiu o FDE, para efeito de autorizar as subvenções pretendidas deverá ser identificada como alínea “i”.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

A presente emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 478/07, oriundo da Mensagem 023/07 do Governo do Estado, objetiva acrescentar um novo dispositivo à sua redação original, que deverá ser enumerado como artigo 5º, renumerando os subseqüentes, conforme segue:

“Art. 5º Os valores, repassados a título da subvenção de que trata esta lei, deverão ser restituídos ao Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, pelo Tesouro Estadual, até o final do exercício em que tenham sido concedidos.

Art. 6º ...

Art. 7º ...

Art. 8º ...”

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, DUÍLIO GENARI, VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH, ADEMAR TRAIANO e DURVAL AMARAL.

JUSTIFICATIVA:

Se o Poder Executivo pretende subvencionar qualquer setor da economia deste estado, que o faça com recursos próprios e não descapitalizando o FDE, desvirtuando suas finalidades para as quais foi instituído.

As emendas foram retiradas. Em discussão o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 479/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 024/07, que autoriza a concessão de subvenção em recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, sob a modalidade de equivalência em produto em operações de crédito contratada por produtores rurais. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF.

Sobre o referido projeto, emenda aditiva, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 479/07

A presente emenda aditiva ao projeto de Lei nº 479/07, oriundo da Mensagem nº 024/07 do Governo do Estado, objetiva acrescentar um novo dispositivo a sua redação original, que deverá ser enumerado como artigo 7º, renumerando os subseqüentes, conforme segue:

“Art. 7º Os valores, repassados a título da subvenção de que trata esta lei, deverão ser restituídos ao Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, pelo Tesouro Estadual, até o final do exercício em que tenham sido concedidos.

Art. 8º ...

Art. 9º ...

Art. 10. ...

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, DUÍLIO GENARI, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL e ADEMAR TRAIANO.

A emenda foi retirada. O projeto foi aprovado, artigo por artigo.

ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 494/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 025/07, fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso do imóvel

localizado no município de Jandaia do Sul. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 017/07, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de junho de 2007. Resolução nº 003/04. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 018/07, de autoria de diversos Srs. Deputados, que regulamenta o Plano Facultativo Contributivo e Suplementar, conforme especifica. (Lei Complementar nº 120). PARECER DA COMISSÃO EXECUTIVA.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 018/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam aprovados, nos termos do Anexo I e II desta Resolução, o Regulamento do Plano de Benefícios PREVIDEPAR e a nota técnica atuarial, respectivamente.

Art. 2º O Regulamento, bem como o Plano de Custeio do Plano de Benefícios PREVIDEPAR, serão submetidos à aprovação do Órgão Regulador das Entidades de Previdência Complementar Fechada.

Art. 3º Todas as alterações havidas no Regulamento do Plano de Benefícios PREVIDEPAR, como decorrência de manifestação formal do Órgão Regulador das Entidades de Previdência Complementar Fechada, bem como aquelas aprovadas pelo Conselho Deliberativo do PREVIDEPAR, serão consideradas automaticamente aprovadas e incorporadas ao Regulamento aprovado por esta resolução.

Art. 4º Aplicam-se a esta resolução as disposições da Emenda Constitucional nº 020, de 1998; as Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001; a Portaria de nº 140, de 13 de outubro de 1995, da Secretaria de Previdência Complementar – SPC, do Ministério de Previdência Social; Instrução Normativa MPAS/SPC nº 004, de 28 de novembro de 2003; Instrução Normativa MPAS/SPC nº 044, de 23 de dezembro de 2002; Instrução Normativa MPAS/SPC nº 041, de 08 de agosto de 2002; Resolução MPAS/CGPC nº 003, de 19 de dezembro de 2001; Resolução MPAS/CGPC nº 007, de 21 de

maio de 2002; Resolução MPAS/CGPC nº 006, de 15 de abril de 2002.

Art. 5º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, WALDYR PUGLIESI, CAÍTO QUINTANA, ADEMAR TRAIANO, ANTONIO ANIBELLI, GERALDO CARTÁRIO, CIDA BORGHETTI, PLAUTO MIRÓ, CARLOS SIMÕES, TERUO KATO, ARTAGÃO JÚNIOR, LUIZ ACCORSI, RIBAS CARLI FILHO, DURVAL AMARAL, ELIO RUSCH, STEPHANES JÚNIOR, PASTOR EDSON PRACZYK, CHICO NOROESTE E 01 ilegível

ANEXO I REGULAMENTO DO PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDEPAR

Capítulo I

Diretrizes Básicas

Seção I

Finalidades

Art. 1º O presente Regulamento tem por finalidade fixar as normas de aplicação do Plano de Previdência Social Suplementar dos Deputados Estaduais do Estado do Paraná – PREVIDEPAR, determinando e detalhando as condições para a concessão e manutenção dos benefícios previstos, bem como os direitos e deveres das partes que o compõem.

Parágrafo Único. O Plano de Benefícios Previdenciários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, doravante denominado PREVIDEPAR, estabelecido sob a forma de entidade fechada de previdência complementar, tendo caráter facultativo, contributivo, suplementar e complementar, aos respectivos benefícios assegurados pelo Regime de Previdência Social ao qual o Deputado esteja obrigatoriamente vinculado.

Art. 2º O Plano PREVIDEPAR é constituído para promover, nos termos do presente Regulamento e demais Legislação aplicável, o plano de previdência complementar dos Deputados Estaduais, detalhando as condições para a complementação de benefícios de natureza previdenciária aos Participantes e respectivos Beneficiários vinculados à assembléia legislativa mediante Pedido de Inscrição.

Seção II

Das Definições

Art. 3º As expressões, palavras, abreviações ou siglas que se seguem, a menos que o contexto indique

claramente outro sentido, deverão ser consideradas com o seguinte significado:

I - ADESAO: Momento em que o Parlamentar vinculado à Patrocinadora tiver deferida sua inscrição, tornando-se participante do Plano de Benefícios;

II - ADMINISTRADORA: Entidade Fechada de Previdência que poderá ser contratada para gestão do Plano PREVIDEPAR;

III - AGENTE POLÍTICO: Deputados Estaduais e outros a partir 15ª Legislatura.

IV - ASSISTIDO: Participante ou beneficiário em utilização do benefício programado;

V - ATUÁRIO: Profissional graduado em Ciências Atuariais, membro do Instituto Brasileiro de Atuária - IBA, responsável, por lei, pelo cálculo das reservas e contribuições, pelas avaliações atuariais e pelo acompanhamento da constituição das reservas do Plano;

VI - AUTOPATROCÍNIO: Faculdade que se dá ao participante, em razão da extinção do vínculo com a Assembléia Legislativa, de optar por recolher contribuições, mantendo-se vinculado ao Plano;

VII - BASE DE CÁLCULO: Referência ou valor tomado como base para cálculo das contribuições previstas no Plano;

VIII - BENEFICIÁRIO: Pessoa designada pelo Participante ou Assistido e inscrita no Plano, habilitada ao recebimento de Benefício;

IX - BENEFÍCIO: Valor pecuniário devido ao Participante ou seus Beneficiários, previsto no PREVIDEPAR;

X - BENEFÍCIO DE PENSÃO: Benefício de Renda Continuada pago mensalmente ao Beneficiário indicado em face do óbito, mesmo que presumido, ou ausência do Participante ou Assistido;

XI - BENEFÍCIO DE RISCO: Benefício de Renda Continuada, concedido ao Participante em decorrência de invalidez ou Pensão paga ao Beneficiário;

XII - BENEFÍCIO POR INVALIDEZ: Benefício de Risco, com Renda Continuada, assegurado ao Participante que for considerado inválido;

XIII - BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO: Renda mensal e continuada a ser paga por Órgão Oficial de Previdência Social;

XIV - BENEFÍCIO PROGRAMADO: Benefício de Renda Continuada, devido ao Participante que o requeira, uma vez cumpridos, integralmente, os requisitos previstos neste Plano;

XV - BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO (BPD): Instituto que faculta ao Participante, em razão da extinção do vínculo com a patrocinadora ocorrido antes da aquisição do direito do Benefício Programado, optar por seu recebimento, em tempo futuro;

XVI - CARÊNCIA: período mínimo de contribuição e/ou idade mínima exigidos para recebimento de um benefício;

XVII - CONSELHO DELIBERATIVO: Conselho Gestor, denominado Deliberativo, é responsável pela

definição da política geral e administração do PREVIDEPAR e seus planos de benefício;

XVIII - CONSELHO FISCAL: Conselho designado para fiscalização e controle interno do PLANO PREVIDEPAR;

XIX - CONTRIBUIÇÃO: Valor pecuniário previsto no Plano de Custeio Anual, vertido pela Patrocinadora, Participante ou Assistido, destinado ao Custeio do Plano;

XX - CONTRIBUIÇÃO NORMAL: Valor pecuniário, de caráter regular e obrigatório, estabelecido no Plano de Custeio Anual, vertido mensalmente pelo Participante e Patrocinadora para custeio do Plano;

XXI - CONTRIBUIÇÃO ADICIONAL: contribuição voluntária de caráter eventual e voluntário, efetuada a qualquer tempo pelo Participante;

XXII - DIFERIMENTO: período compreendido entre a idade atual do Participante e a idade em que o mesmo completa todas as condições para recebimento do Benefício Programado;

XXIII - DIREITO ACUMULADO: Valor correspondente ao Saldo de Conta Individual de Benefícios.

XXIV - DIRETORIA EXECUTIVA: Órgão responsável pela Administração da entidade, em conformidade com a política de administração traçada pelo Conselho Deliberativo.

XXV - DOTAÇÃO INICIAL: aporte de recursos efetuado pela Patrocinadora para custeio inicial do Plano, conforme estabelecido em Nota Técnica Atuarial, do valor atual da reserva matemática de tempo passado, calculada na data de criação do Plano PREVIDEPAR, que será creditado na Sub-conta de dotação inicial da Patrocinadora.

XXVI - ELEGIBILIDADE: Processo de cumprimento dos requisitos estabelecidos no Plano de Benefícios, necessários à obtenção de cada benefício oferecido pelo respectivo Plano;

XXVII - ELEGÍVEL: Participante ou Beneficiário que reúne as condições estabelecidas no Plano de Benefícios, necessárias ao cumprimento dos requisitos estabelecidos para recebimento de benefício;

XXVIII - EVENTO: Termo que define a ocorrência de um fato gerador de benefício de risco, ou o cumprimento de um requisito necessário ao adimplemento da elegibilidade a um benefício;

XXIX - EXPECTATIVA DE VIDA: Tempo estimado, em anos, de sobrevivência de uma pessoa, a partir da idade atual, medido através de instrumentos estatísticos, denominados Tábuas de Mortalidade;

XXX - EXTINÇÃO DO VÍNCULO: Refere-se à perda de Mandato do Deputado Estadual;

XXXI - INPC-IBGE: Índice Nacional de Preços ao Consumidor - do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

XXXII - INSTITUTOS: Termos referenciais aos eventos relacionados ao Autopatrocínio, Portabilidade, Benefício Proporcional Diferido - BPD e Resgate;

XXXIII - ÓRGÃO OFICIAL DE PREVIDÊNCIA: Órgão governamental responsável pela gestão da Previdência Social do Regime Geral de Previdência: INSS ou de Regimes Próprios de Previdência de Estados e Municípios;

XXXIV - PARECER ATUARIAL: Documento elaborado pelo Atuário, certificando o nível de reservas e situação financeiro-atuarial do Plano. Quando decorrente de uma avaliação atuarial, deve constar o custo do Plano avaliado e sua expectativa de evolução futura, as causas de superávit ou déficit, com indicação de possíveis soluções para equacionamento ou destinação, bem como ocasionais mudanças de hipóteses ou métodos atuariais e suas justificativas;

XXXV – PARTICIPANTE ASSISTIDO: Agente Político que esteja usufruindo dos benefícios estipulados por este plano.

XXXVI – PARTICIPANTE ATIVO: Parlamentar da 15ª Legislatura em diante, em exercício de mandato, vinculado à Patrocinadora que, voluntariamente inscrito no Plano, não se encontre em percepção de quaisquer dos benefícios nele previstos;

XXXVII – PARTICIPANTE VINCULADO: Participante do Plano que por ocasião da cessação de seu vínculo, tenha optado pelo Benefício Proporcional Diferido;

XXXVIII – PARTICIPANTE EM AUTOPATROCÍNIO: Participante do Plano que por ocasião da cessação de seu vínculo, ou afastamento temporário sem remuneração, tenha optado por continuar contribuindo para o Plano, assumindo além da sua contribuição, a parte que caberia à PATROCINADORA;

XXXIX - PATROCINADORA: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, instituidora do Plano de Benefícios PREVIDEPAR, para cujo custeio, sob a forma de Patrocínio, verte Contribuição;

XXXL - PENSIONISTA: Beneficiário que, em decorrência do falecimento do Participante ou Assistido, recebe Benefício de Renda Continuada;

XXXLI - PLANO DE BENEFÍCIOS: Parte integrante do Regulamento, elenco de benefícios prometidos na qual consta as regras definidoras da constituição, concessão e manutenção de benefícios de caráter previdenciário, destinados à totalidade dos Participantes e Assistidos inscritos;

XLII - PLANO DE CUSTEIO: Estudo Atuarial que estabelece, entre outros itens, as contribuições necessárias ao atendimento das obrigações do Plano PREVIDEPAR, revisto anualmente.;

XLIII - PORTABILIDADE: Instituto que faculta ao Participante em razão da extinção do vínculo com a PATROCINADORA, ocorrido antes da aquisição do direito do Benefício Programado, transferir os recursos financeiros, correspondente ao seu Direito Acumulado Individual para outro Plano de Benefícios de Entidade de Previdência Complementar autorizada a operar Plano de Benefícios de Previdência Complementar;

XLIV - PREVIDÊNCIA SOCIAL OFICIAL ou Previdência Estatal Básica: Regime Geral de Previdência Social, mantido pelo Governo Federal, ou Regimes Próprios de Previdência, mantidos em favor de servidores públicos titulares de cargos efetivos, pelos Governos Federal, Estaduais e Municipais;

XLV - PREVIDEPAR: Plano de Previdência Social Suplementar e complementar aos Deputados Estaduais do Estado do Paraná instituído pela Lei Complementar nº 120 de 12 de julho de 2007;

XLVI - QUOTA PATRIMONIAL: Fração ideal do patrimônio de cobertura do PLANO PREVIDEPAR, cujo valor, na data de início do Plano, equivale a 01 (uma) unidade monetária, equivalente a R\$ 1,00 (um real), atualizada mensalmente pela rentabilidade do respectivo patrimônio;

XLVII - RECURSO PORTADO: Valor equivalente aos recursos transferidos entre Planos de Previdência, correspondente ao direito acumulado no Plano de origem;

XLVIII - RENDA: Série de pagamentos ou recebimentos sucessivos, efetuados ao Assistido, de valor geralmente constante;

XLIX - RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO: Taxa de retorno dos investimentos feitos com os recursos do Plano, incluindo juros, dividendos, aluguéis, ganhos e perdas de capital, realizados ou não, e quaisquer outras rendas, calculadas mensalmente;

L - RESGATE: Instituto pelo qual se faculta ao Participante em razão da extinção do vínculo com a PATROCINADORA, ocorrido antes da aquisição do direito do Benefício Programado, requerer a devolução das contribuições por ele vertidas ao respectivo Plano;

LI- SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO: Valor adotado como base para o cálculo das Contribuições da Patrocinadora e Participantes, estabelecidas no Plano de Custeio anual;

LII - SALDO DE CONTA INDIVIDUAL DE BENEFÍCIOS: Valor resultante das contribuições normais e adicionais vertidas pelo Participante e Patrocinadora, inclusive valores portados, acumulados na Conta Individual de Benefícios do Participante, distribuídas em sub-contas de contribuição Normal, Adicional, de Recursos portados e Dotação Inicial, a ser utilizado, nos termos do Regulamento, como base de cálculo de benefícios ou de apuração do direito acumulado do Participante, nos casos de benefício proporcional diferido ou de portabilidade, conforme definido para cada caso;

LIII - LEGISLATURA: Corresponde ao tempo integral de 04 (quatro) anos, de exercício do mandato parlamentar;

LIV - TERMO DE OPÇÃO: Documento pelo qual o Participante formaliza sua opção pelos Institutos do Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade ou Resgate;

LV - VALOR PORTADO: Valor equivalente aos recursos transferidos entre Planos de Previdência, correspondente ao direito acumulado.

Capítulo II

Dos Membros e das Condições de Adesão e Saída do Plano

Seção I

Dos Membros

Art. 4º Integram o Plano PREVIDEPAR a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e os Deputados Estaduais do Estado do Paraná que tenham exercido mandato a partir da 15ª (décima quinta) Legislatura e que, mediante opção, aderirem ao Plano de Benefícios e Custeio disciplinado por este Regulamento.

I - Os ex-Deputados, bem como aqueles que, no exercício do mandato, estejam suspensos ou afastados poderão, nos termos deste Regulamento, optar pelo Instituto do Autopatrocínio ou Benefício Proporcional Diferido.

II - O Deputado no exercício do mandato, bem como aquele que se insira nas condições de que trata o parágrafo anterior, será considerado como participante ativo.

III - O ex-Deputado que entre em percepção de benefício será considerado como Participante Assistido.

IV - Os dependentes dos agentes políticos que, nos termos fixados neste Regulamento, forem indicados para percepção dos benefícios nele previsto, serão considerados Beneficiários e, quando na fruição de benefício, serão considerados pensionistas.

Seção II

Das Condições de Inscrição

Art. 5º O pedido de inscrição do agente político estará condicionado à homologação pelo Conselho Deliberativo do Plano PREVIDEPAR.

§ 1º A homologação da inscrição confere aos agentes políticos a condição de Participante e a manutenção dessa qualidade é condição indispensável para a percepção de qualquer benefício assegurado por este Plano.

§ 2º Ao requerer sua inscrição, o participante no exercício do mandato dará autorização para que a patrocinadora desconte, em folha de pagamento, as respectivas contribuições e, para os demais, será observado o disposto no parágrafo 1º do artigo 40.

Art. 6º A inscrição de Beneficiários será feita mediante declaração do Participante, no ato de seu pedido de inscrição, a qual deverá ser homologada pelo Presidente do Conselho Deliberativo do Plano PREVIDEPAR.

§ 1º Poderão ser inscritos como Beneficiários:

- I - o cônjuge ou convivente;
- II - os filhos;

a) até 21 (vinte e um) anos, desde que solteiros e sem renda;

b) inválidos, desde que assim considerados pelo órgão de Previdência Social Estatal Básica a qual o Deputado esteja obrigatoriamente vinculado, ou por médico-perito indicado pelo Conselho Deliberativo do PREVIDEPAR, e desde que solteiros e sem renda.

c) maiores de 21 (vinte e um) anos e menores de 25 (vinte e cinco) anos, desde que universitários, solteiros e sem renda.

§ 2º Na inexistência dos Beneficiários elencados nos incisos I e II deste artigo, será admitida, para fins exclusivos de recebimento do resgate previsto no § 4º, do artigo 35, deste Regulamento, a designação de qualquer pessoa física formalmente indicada pelo Participante, desde que aprovada pelo Conselho Deliberativo do PLANO PREVIDEPAR.

§ 3º Inexistindo o Beneficiário Designado de que trata o parágrafo anterior, o resgate previsto no parágrafo 4º, do artigo 35, deste Regulamento, poderá ser efetivado pelos herdeiros legais do Participante.

§ 4º Serão considerados Beneficiários do Assistido aqueles que nesta condição forem declarados na data da concessão de Benefício de Renda Continuada ao Participante e desde que homologados pelo Conselho Deliberativo do Plano PREVIDEPAR.

§ 5º O Participante Ativo, Autopatrocinado ou Vinculado deverá informar a existência de novos Beneficiários com a finalidade de atualização do cadastro mantido pela administração do PLANO PREVIDEPAR.

§ 6º O PLANO PREVIDEPAR não estará obrigado à concessão de benefícios a Beneficiários não especificados neste Plano.

Seção III

Do Cancelamento da Inscrição

Art. 7º Será cancelada a inscrição do Participante que:

I – tiver homologado pelo Conselho Deliberativo seu requerimento formal de cancelamento;

II - atrasar, por mais de 90 (noventa) dias, o pagamento da contribuição e que, formalmente notificado, não pagar o débito no prazo de 10 (dez) dias;

III - afastar-se, sem cessação do vínculo, por mais de 60 (sessenta) dias, da atuação na PATROCINADORA, sem dela auferir vencimentos, e que não tenha requerido o Autopatrocínio, nas condições previstas neste Regulamento;

IV - solicitar Portabilidade;

V – tiver recebido integralmente o benefício;

VI - falecer ou tiver morte presumida, declarada judicialmente;

Parágrafo Único. Ressalvado os casos de morte, o cancelamento da inscrição do Participante importa no cancelamento da inscrição de seus Beneficiários.

Art. 8º Será cancelada a inscrição do Beneficiário:

I - pelo seu falecimento;

II - do cônjuge, pelo divórcio ou pela anulação do casamento, com trânsito em julgado;

III - do filho, não inválido, após completar 21 (vinte e um) anos de idade, desde que não se insira na condição prevista na alínea “c”, do inciso II, do parágrafo 1º, do artigo 6º, deste Regulamento;

IV - pela cessação da invalidez de filhos pensionistas maiores inválidos.

Art. 9º Na hipótese de a Patrocinadora se retirar do Plano de Previdência será assegurado o Direito Acumulado aos Participantes, calculado conforme dispõem as normas estabelecidas na legislação de referência, para os casos de retirada de patrocínio.

Parágrafo Único. A rescisão prevista no *caput* obrigará a Patrocinadora a cumprir a totalidade dos seus compromissos assumidos junto ao Plano PREVIDEPAR até a data de sua efetivação, bem como a assegurar o montante de recursos garantidores relativos aos compromissos assumidos pelo Plano junto aos Participantes e Assistidos a eles vinculados.

Seção IV

Da Manutenção do Participante em Condições Especiais

Art. 10. Para a manutenção da condição de participação serão admitidas as seguintes categorias:

I - Participante Autopatrocinado: assim considerado o agente político que tenha optado por permanecer, nas condições descritas nos artigos 30 a 32, deste Regulamento, como Participante, mantendo, desta forma, a cobertura de todos os benefícios previstos neste Plano;

II - Participante Vinculado: assim considerado aquele que perdeu o vínculo político com a patrocinadora mas que tenha optado pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido, conforme descrito no artigo 33 deste Regulamento.

§ 1º O Participante Autopatrocinado que tiver sua inscrição cancelada e que não manifeste opção por um dos institutos do Capítulo V, tornar-se-á automaticamente um Participante Vinculado.

§ 2º Caso o Participante Autopatrocinado ou em Benefício Proporcional Diferido retome o vínculo político com a patrocinadora, este poderá, mediante manifestação por escrito, reativar sua condição de Participante ativo.

§ 3º O reingresso como Participante estará condicionado à homologação de sua inscrição pelo Conselho Deliberativo do PREVIDEPAR.

Capítulo III

Dos Benefícios

Seção I

Identificação dos Benefícios

Art. 11. Os Benefícios instituídos para o Plano PREVIDEPAR são:

I - Quanto aos Participantes:

a) Benefício Programado;

b) Benefício Proporcional Diferido;

c) Benefício por Invalidez;

d) Abono Anual.

II - Quanto aos Beneficiários:

a) Pensão por Morte;

b) Abono Anual;

§ 1º A inscrição do Participante e Beneficiários é condição indispensável para o recebimento de qualquer benefício do Plano PREVIDEPAR, que somente será processado mediante a necessária formalização do respectivo requerimento pelo Participante ou Beneficiário.

§ 2º Para obtenção dos Benefícios previstos neste Regulamento, é necessária formalização, junto ao Plano PREVIDEPAR, do respectivo requerimento pelo Participante ou Beneficiário.

§ 3º Os Participantes que pertençam ao FEPPA poderão se inscrever no PREVIDEPAR, fazer as contribuições devidas, porém, no momento de requerer o Benefício, deverão renunciar expressamente ao FEPPA.

Seção II

Do Benefício Programado

Art. 12. O Benefício Programado será devido ao Participante que, cumulativamente, satisfaça as seguintes condições:

I - não esteja no exercício de mandato eletivo;

II - conte com, pelo menos, 60 (sessenta) anos de idade;

III - com, pelo menos, 35 (trinta e cinco) anos de contribuição ao Regime Previdenciário a que estiver vinculado, se do sexo masculino, ou 30 (trinta) anos, se do sexo feminino.

Parágrafo Único. O Benefício Programado consistirá em uma Renda mensal, com valor inicial calculado conforme dispõe o artigo 20 deste Regulamento e que terá como marco inicial de pagamento o mês subsequente ao deferimento do requerimento deste Benefício junto ao PREVIDEPAR.

Seção III

Do Benefício Proporcional Diferido

Art. 13. O Benefício Proporcional Diferido será devido ao Participante que, cumulativamente, satisfaça as seguintes condições:

I - conte com, pelo menos, 60 (sessenta) anos de idade;

II - tenha, nos termos descritos no artigo 33, deste Regulamento, optado por se tornar Participante Vinculado.

Parágrafo Único. O Benefício Proporcional Diferido consistirá em uma renda mensal, com valor inicial calculado conforme dispõe o artigo 20, deste Regulamento e que terá como marco inicial de pagamento o mês

subseqüente ao de entrada do requerimento deste Benefício junto ao PREVIDEPAR.

Seção IV

Do Benefício por Invalidez

Art. 14. O Benefício por Invalidez será devido ao Participante ativo ou autopatrocinado considerado, pelo Órgão Oficial da Previdência Social a que estiver vinculado, elegível ao benefício de invalidez.

§ 1º Na hipótese de o participante estar recebendo, do Órgão da Previdência Social a que estiver vinculado, benefício de natureza distinta, a invalidez poderá ser comprovada mediante laudo exarado por um médico-perito credenciado pelo Plano PREVIDEPAR.

§ 2º O Benefício por Invalidez consistirá em uma Renda mensal, com valor inicial calculado conforme dispõe o artigo 20 deste Regulamento e que terá como marco inicial de pagamento o mês subseqüente ao de deferimento do requerimento deste Benefício junto ao PREVIDEPAR.

Seção V

Do Benefício da Pensão

Art. 15. O Benefício de Pensão será devido aos Beneficiários do Participante que vier a falecer; tiver sua ausência ou morte declarada judicialmente.

§ 1º O Benefício de que trata este artigo será pago sob a forma de Renda Mensal, a partir do mês subseqüente ao de entrada do requerimento junto ao Plano PREVIDEPAR, com valor inicial calculado conforme dispõe o artigo 20, deste Regulamento.

§ 2º O Benefício de que trata esse artigo, quando devido ao beneficiário de participante assistido, será equivalente a 70% (setenta por cento) do último benefício por ele recebido.

Art. 16. O Benefício de Pensão será pago enquanto existir um Beneficiário dentre os elencados no parágrafo 1º, do artigo 6º, deste Regulamento, ficando vedada a inclusão de novos Beneficiários após o início de recebimento do Benefício.

§ 1º Se por decisão judicial o Benefício de Pensão for fracionado entre os Beneficiários, a soma das partes fracionadas não poderá exceder ao valor inicialmente calculado.

§ 2º No caso de ocorrer o fracionamento previsto no parágrafo anterior, o Benefício de Pensão será recalculado com novo rateio, de acordo com a decisão judicial, sempre que houver inclusão ou extinção de Beneficiários.

Seção VI

Do Abono Anual

Art. 17. O Abono Anual será devido ao Assistido em percepção de benefício de renda mensal previsto neste Regulamento.

§ 1º O Abono Anual será pago no mês de dezembro de cada ano e seu valor será igual ao valor mensal do Benefício que esteja sendo auferido pelo Assistido.

§ 2º No ano em que tiver início a fruição do Benefício, o Abono Anual será proporcional aos meses percebidos, considerando-se mês a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

Capítulo IV

CrITÉRIOS DE CÁLCULO E PAGAMENTO DOS BENEFÍCIOS

Seção I

Das Contas do Plano

Art. 18. Para os Benefícios previstos neste Regulamento, será mantida uma Conta Individual de Benefícios vinculada ao Participante, exceto Assistidos, onde serão creditadas todas as contribuições efetuadas em seu nome, convertidas em quotas patrimoniais e registradas em rubricas separadas, conforme a sua procedência.

§ 1º As rubricas a que se refere o *caput* deste artigo, relativas às contribuições do Participante, de acordo com o estabelecido no Plano de Custeio, são:

I - Sub-conta de Contribuição Normal, assim considerada a sub-conta individual de cada Participante onde serão creditadas as contribuições normais efetuadas pelo Participante;

II - Sub-conta de Contribuição Adicional, assim considerada a sub-conta individual de cada Participante onde serão creditadas as contribuições adicionais efetuadas pelo Participante;

III - Sub-conta de Contribuição Portada, assim considerada a sub-conta individual de cada Participante onde serão creditados os recursos portados de outros Planos de Benefícios de Previdência Complementar, quando for o caso, segregados de acordo com a origem, de Entidades Fechadas ou Abertas de Previdência Complementar ou Sociedade Seguradora.

§ 2º As rubricas a que se refere o *caput* deste artigo, relativas às contribuições da Patrocinadora, de acordo com o estabelecido no Plano de Custeio, são:

I - Sub-conta de Contribuição Normal, assim considerada a sub-conta individual de cada Participante onde serão creditadas as contribuições normais efetuadas pela Assembléia Legislativa;

II - Sub-conta de Dotação Inicial, assim considerada a sub-conta individual de cada Participante onde serão creditados os recursos aportados, nos termos da Nota Técnica Atuarial, pela Patrocinadora, no momento de criação deste Plano de Benefícios.

§ 3º O valor nominal da quota patrimonial inicial será igual a 01 (uma) unidade monetária, equivalente a R\$ 1,00 (um real) na data de implantação do Plano PREVIDEPAR.

§ 4º A apuração do valor da quota patrimonial dar-se-á mensalmente, na data do fechamento do balancete contábil, com base na rentabilidade do patrimônio do Plano PREVIDEPAR.

§ 5º Na data de concessão do Benefício, o Saldo da Conta Individual de Benefícios do Participante será transferido para a Conta Coletiva de Benefícios Concedidos.

§ 6º Serão mantidas as seguintes Contas Coletivas:

I - Conta de Benefícios Concedidos: correspondente aos fundos atuarialmente calculados garantidores dos Benefícios já iniciados;

II - Conta de Oscilação de Riscos: destinada à transferência de importâncias referente a recursos não resgatados pelo participante, conforme dispõe o artigo 35 deste Regulamento, a ser distribuído de acordo com critérios uniformes não discriminatórios, após aprovação do Conselho Deliberativo baseado em parecer atuarial.

Art. 19. Semestralmente, o Plano PREVIDEPAR distribuirá aos Participantes, extrato com a movimentação e saldo de suas Contas Individuais.

Seção II

Da Base de Cálculo dos Benefícios

Art. 20. Os Benefícios de Renda mensal serão calculados atuarialmente com base no Saldo de Conta Individual de Benefícios de que trata o artigo 18 deste Regulamento, na expectativa de sobrevivência do participante e de seus beneficiários, conforme o caso e, com a taxa de juros atuarial vigente adotada no Plano.

Art. 21. O Salário de Participação é a base sobre a qual incidirá a Contribuição Mensal Normal ou Adicional para o Plano PREVIDEPAR, devendo corresponder à soma das parcelas que compõem o subsídio total fixado para os Parlamentares, como renda do Participante.

§ 1º No caso de perda parcial do Salário de Participação, poderá o Participante manter o valor de sua contribuição nos níveis correspondentes àquele valor, desde que o requeira ao PREVIDEPAR, em até 90 (noventa) dias subsequentes ao da respectiva perda, na forma de autopatrocinio, com manutenção inclusive das contribuições da Patrocinadora.

§ 2º No caso de perda total do Salário de Participação, poderá o Participante conservar a contribuição na base do último valor pago, desde que requeira ao PREVIDEPAR, em até 90 (noventa) dias subsequentes ao da respectiva perda, na forma de autopatrocinio, com manutenção inclusive das contribuições da Patrocinadora.

Art. 22. Os Benefícios de renda mensal serão calculados na forma do artigo 20, deste Regulamento, tendo como data de início para recolhimento 01 de janeiro de 2007, ficando os participantes obrigados a verterem para o plano os valores compreendidos entre 01 de janeiro de 2007 e a data da publicação deste Regulamento.

Parágrafo Único – a requerimento do participante poderá o conselho gestor deferir o parcelamento previsto

no *caput*, em até 24 parcelas devidamente corrigidas, recolhidas na forma do artigo 40.

Seção III

Disposições Gerais Sobre os Benefícios

Art. 23. Qualquer Renda Mensal e eventuais diferenças, seja a que título for, proveniente dos Benefícios devidos, de acordo com este Regulamento, pelo Plano PREVIDEPAR, prescreverá na forma e critérios estabelecidos pela legislação vigente, respeitados os direitos adquiridos pelos Participantes e Beneficiários.

Art. 24. Sem prejuízo da apresentação de documentos hábeis comprobatórios das condições exigidas para a concessão e continuidade do pagamento dos Benefícios, ao Conselho Deliberativo do Plano PREVIDEPAR é reservado o direito de verificar, a qualquer tempo, a permanência das condições ensejadoras da concessão e manutenção do pagamento.

Art. 25. Todos os Benefícios do PLANO PREVIDEPAR sob forma de Renda Mensal serão pagos até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de competência.

Art. 26. Os Benefícios de Renda Mensal serão atualizados anualmente, no mês de junho, com base no Índice obtido pela diferença entre a rentabilidade dos ativos que compõe o Patrimônio do Plano e a taxa de juros atuarial prevista no momento de sua concessão.

Parágrafo Único. O índice referido no *caput* deste artigo poderá, com aprovação do Conselho Deliberativo e de acordo com Parecer Atuarial, ser ajustado com o objetivo de manter o equilíbrio atuarial do Plano ou em face de adoção de novos critérios biométricos.

Art. 27. Os Benefícios de Renda Mensal estarão sujeitos aos descontos legais estabelecidos em lei.

Capítulo V

Dos Institutos Decorrentes do Desligamento

Seção I

Disposições Preliminares

Art. 28. O Participante que perder o vínculo com a patrocinadora poderá, mediante opção, fazer jus aos seguintes Institutos:

I - Autopatrocinio;

II - Benefício Proporcional Diferido;

III - Portabilidade; e

IV - Resgate.

Parágrafo Único. Caberá ao PREVIDEPAR, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data da cessação do vínculo, encaminhar ao Participante extrato contendo informações e valores referentes aos Institutos descritos nesta Seção.

Art. 29. Após o recebimento do extrato de que trata o parágrafo único do artigo anterior, o Participante terá um prazo de 30 (trinta) dias para formalizar junto ao PREVIDEPAR, sua opção por um dos Institutos previstos naquele artigo.

§ 1º Caso o Participante não manifeste sua opção no prazo previsto no *caput* deste artigo, presumir-se-á que tenha optado pelo Benefício Proporcional Diferido.

§ 2º Na hipótese de questionamento, pelo Participante, das informações constantes do extrato mencionado no parágrafo único, do artigo anterior, o prazo descrito no *caput* será suspenso até que sejam prestados, pelo PREVIDEPAR, os esclarecimentos pertinentes, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da formalização do respectivo questionamento.

Seção II

Do Autopatrocínio

Art. 30. O Autopatrocínio é a faculdade que se dá ao Participante, que não tenha preenchido as condições para a concessão do Benefício Programado, nas hipóteses de cessão de vínculo ou suspensão de suas atividades, de manutenção da sua inscrição, hipótese na qual assumirá a condição de Autopatrocínio.

Parágrafo Único. O Participante em Autopatrocínio que retome o vínculo com a Patrocinadora retomará a condição de Participante Ativo.

Art. 31. O Participante que optar pelo Autopatrocínio manterá direito a todos os Benefícios deste Plano e deverá recolher além da Contribuição mensal a que estava obrigado, a totalidade da Contribuição que seria devida pela Patrocinadora, destinada à cobertura dos Benefícios estabelecidos no Plano de Custeio Anual, mediante critérios uniformes e não discriminatórios.

Art. 32. O Salário de Participação inicial do Autopatrocinado terá como base o último subsídio integral percebido pelo Participante, objeto de contribuição para este Plano, e será reajustado nas mesmas datas e percentuais em que houver revisão dos subsídios.

§ 1º Os percentuais de contribuições do Participante Autopatrocinado poderão ser alterados por força de modificação do Plano de Custeio Anual.

§ 2º O período durante o qual o Participante Autopatrocinado efetuar suas contribuições para o Plano PREVIDEPAR será computado como tempo de contribuição, exigido para a concessão dos Benefícios previstos neste Regulamento.

§ 3º A opção do Participante pelo Autopatrocínio não impede posterior opção pelo Benefício Proporcional Diferido, pela Portabilidade ou pelo Resgate, nos termos deste Regulamento.

Seção III

Do Benefício Proporcional Diferido

Art. 33. O Benefício Proporcional Diferido é a faculdade que se dá ao Participante, nas hipóteses de perda ou suspensão do vínculo com a patrocinadora, de suspender suas contribuições ao Plano PREVIDEPAR, desde que não tenha preenchido as condições para percepção dos benefícios de renda mensal.

§ 1º O Participante que faça a opção de que trata este artigo assume a condição de Participante Vinculado, mantendo o direito do benefício correspondente ao Saldo da respectiva Conta Individual de Benefícios do Plano PREVIDEPAR, conforme disposto no artigo 18 deste Regulamento.

§ 2º A opção do Participante pelo Benefício Proporcional Diferido eximirá a Patrocinadora, do recolhimento das contribuições por ela devidas ao Plano PREVIDEPAR em nome do optante.

§ 3º O Saldo de Conta Individual de Benefícios, será mantido durante o período do diferimento nas mesmas condições, como se fosse um Participante Ativo, até atender as condições contidas no artigo 13, deste Regulamento, e convertido em renda mensal quando do requerimento do Benefício.

§ 4º A opção do participante pelo Benefício Proporcional Diferido não impede posterior opção pela Portabilidade ou pelo Resgate, nos termos deste Regulamento.

Seção IV

Da Portabilidade

Art. 34. A Portabilidade é a faculdade que se dá ao Participante, nas hipóteses de perda ou suspensão do vínculo, de transferir o seu Direito Acumulado de Benefícios, correspondente ao Saldo de Conta Individual de Benefícios, para um Plano de Previdência Complementar de sua escolha.

§ 1º A transferência de que trata este artigo só será admissível para o Participante que não esteja em percepção de nenhum benefício previsto neste Regulamento e apresente as informações e documentos necessários à transferência dos recursos.

§ 2º A opção pela Portabilidade acarretará, independentemente de qualquer notificação, na imediata e automática perda dos direitos por parte de seus Beneficiários.

§ 3º Formalizada a opção pela Portabilidade com a apresentação das informações e documentos necessários à transferência dos recursos, o PREVIDEPAR, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados da data do deferimento do Termo de Opção, elaborará o Termo de Portabilidade e o encaminhará à Entidade que administra o Plano de Benefícios Receptor.

§ 4º A efetiva transferência dos recursos financeiros, objeto de Portabilidade ao Plano de Benefícios Receptor, ocorrerá até o 10º (décimo) dia útil subse-

quente à data do encaminhamento do Termo de Portabilidade ao Plano Receptor.

§ 5º O valor a ser portado será atualizado até a data da sua efetiva transferência ao Plano de Benefícios Receptor, pela variação da quota patrimonial vigente, descrita no artigo 18 deste Regulamento.

Seção V

Do Resgate

Art. 35. Resgate é a faculdade que se dá ao Participante, nas hipóteses de perda ou suspensão do vínculo, de ter restituídas as contribuições por ele vertidas para o Plano, e, quando for o caso, a contribuição Adicional, Recursos oriundos de Portabilidade e constituídos em Entidades de Previdência Complementar Aberta ou Sociedade Seguradora, descritas no parágrafo 1º, do artigo 18, deste Regulamento.

§ 1º A restituição de que trata este artigo só ocorrerá se o Participante não estiver usufruindo de nenhum outro Benefício previsto neste Regulamento, e dar-se-á em valores devidamente atualizados.

§ 2º O Resgate de que trata este artigo será efetuado, conforme opção exclusiva do Participante, em parcela única, paga no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da aprovação do requerimento ou em até 12 (doze) parcelas mensais, pagando-se a primeira em até 30 (trinta) dias úteis contados da aprovação do requerimento, atualizadas pela variação da quota patrimonial.

§ 3º Com o pagamento do Resgate, extinguir-se-ão todas as obrigações do Plano PREVIDEPAR para com o ex-Participante e seus Beneficiários.

§ 4º No caso de falecimento de Participante e inexistência de Beneficiários, conforme definido nos incisos I e II, do parágrafo 1º, do artigo 6º, deste Regulamento, a pessoa designada pelo Participante, nos termos do parágrafo 2º, daquele dispositivo, fará jus à restituição do Saldo da Conta Individual de Benefícios do respectivo Participante, quando for o caso, correspondente às contribuições vertidas pelo mesmo para suas contas de Contribuições descritas no parágrafo 1º, do artigo 18, a ser paga de uma só vez.

§ 5º Os recursos oriundos de portabilidade constituídos em outros Planos de Benefício de Previdência Complementar Fechada não poderão ser resgatados, exceto na hipótese prevista no parágrafo anterior, e deverão ser transferidos para outro Plano de Previdência Complementar conforme dispõe a Legislação de referência.

§ 6º Somente serão resgatadas as contribuições normais da Patrocinadora, vertidas para o PREVIDEPAR, limitadas em 50% (cinquenta por cento).

Capítulo VI

Do Plano de Custeio

Seção I

Disposições Preliminares

Art. 36. O Plano de Custeio tem por finalidade estabelecer o nível de contribuição dos Participantes,

Assistidos e Patrocinadora, necessário à constituição das reservas garantidoras dos Benefícios, Fundos e Provisões previstos neste Regulamento, bem como à cobertura das demais despesas deles decorrentes.

Art. 37. Consultoria Atuarial estabelecerá o Plano de Custeio dos Benefícios oferecidos por este Regulamento, o qual deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo do Plano PREVIDEPAR.

Parágrafo Único. O Plano de Custeio deverá conter, obrigatoriamente, as tabelas de contribuição e a destinação das contribuições, devendo ser revisto com periodicidade mínima anual, ou a qualquer tempo, quando a revisão se fizer necessária.

Seção II

Do Custeio dos Benefícios do Plano PREVIDEPAR

Art. 38. O custeio dos Benefícios estabelecidos para o Plano PREVIDEPAR, observadas as disposições legais vigentes, será atendido por contribuições dos Participantes e Patrocinadora, na forma e nas condições normatizadas neste Regulamento e aprovado pelo Conselho Deliberativo do Plano PREVIDEPAR.

§ 1º As contribuições dos Participantes Ativos são assim classificadas:

I - Contribuições Normais, de caráter mensal, regular e obrigatório, para custeio dos Benefícios estabelecidos neste Regulamento, calculadas atuarialmente e definidas no Plano de Custeio Anual.

II - Contribuições Adicionais, de caráter eventual e voluntário, a serem efetivadas em valores e periodicidades de livre escolha do Participante, com o objetivo de majorar o valor dos Benefícios de Renda Mensal, sem a obrigatoriedade da contraprestação por parte da Assembléia Legislativa.

III - Recursos de Participantes portados de outros Planos de Benefícios de Previdência Complementar.

§ 2º A contribuição normal de que trata o inciso I, do parágrafo anterior, bem como a prevista no inciso I, do parágrafo terceiro, é fixada em 15,55% (quinze virgula cinquenta e cinco por cento) podendo ser revista por ocasião das reavaliações atuariais para definição do Plano de Custeio de que trata aqueles incisos.

§ 3º As contribuições da Assembléia Legislativa são assim classificadas:

I - Contribuições Normais, de caráter mensal, regular e obrigatório, para custeio dos Benefícios estabelecidos neste Regulamento, calculadas atuarialmente e definidas no Plano de Custeio Anual.

II - Contribuições de Dotação Inicial, de caráter mensal, parcelado ou pagamento único, estabelecidas atuarialmente, com objetivo de dar cobertura ao valor das Reservas Matemáticas de Serviço Passado.

§ 4º A Dotação Inicial corresponde a totalidade dos valores atuais de serviço passado de cada participante, calculadas individualmente na forma do parágrafo

6º, parágrafo 5º. Para o cumprimento do disposto no parágrafo 4º, será considerado o tempo compreendido entre a extinção da Lei nº 6639 e o ingresso no Plano PREVIDEPAR, para os participantes da 15ª Legislatura em diante.

§ 6º O cálculo de que trata o parágrafo anterior será efetivado mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$B = (85\%/20) \times S \times TC$$

$$B = 85\%S$$

Sendo:

B = Benefício, base de cálculo do valor atual de serviço passado.

4,25% = meta equivalente a 85% do subsídio fracionada em 20 anos;

S = subsídio vigente na data de adesão ao Plano PREVIDEPAR;

TC = tempo de contribuição, equivalente a anos de mandato.

§ 7º Os valores correspondentes ao Serviço Passado serão apurados na data da adesão do Participante e calculados atuarialmente, com base no cadastro do Participante na data de ingresso e respectivo tempo de legislatura anterior.

§ 8º Excepcionalmente, até 50% (cinquenta por cento) do valor do Serviço Passado, apurado nos termos do parágrafo 6º, poderá ser parcelado e, neste caso, será amortizado mensalmente por prazo máximo não superior estabelecido para amortização de reserva matemática nas Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

§ 9º É vedada ao Assistido a possibilidade de, no intuito de majorar o valor do benefício de sua Renda Mensal, efetuar contribuições ao Plano PREVIDEPAR.

§ 10. As contribuições de caráter mensal, vertidas ao Plano PREVIDEPAR, incidirão inclusive sobre o 13º salário ou Abono Anual.

Art. 39. O Custeio das Despesas Administrativas deste Plano será atendido por contribuições mensais da Assembléia Legislativa, Participantes, Autopatrocinados e Participantes Vinculados conforme estabelecido no Plano de Custeio Anual e aprovado pelo Conselho Deliberativo.

§ 1º As contribuições mensais da Patrocinadora, para custeio das Despesas Administrativas do Plano PREVIDEPAR, serão calculadas com base no orçamento estabelecido pelo Conselho Deliberativo do Plano.

§ 2º A Despesa Administrativa referente à manutenção de inscrição dos Participantes Autopatrocinados será custeada por percentual adicional aplicado sobre a sua contribuição mensal normal, mediante critérios uniformes e não discriminatórios, a serem pagas pelo participante ao final de cada mês.

§ 3º A Despesa Administrativa referente à manutenção de inscrição dos Participantes Vinculados será coberta por contribuições estabelecidas no Plano de Custeio Anual, mediante critérios uniformes e não discrimi-

natórios, a serem pagas pelo participante ao final de cada mês, debitadas mensalmente do respectivo Saldo de Conta Individual de Benefícios.

Art. 40. As contribuições da Assembléia Legislativa e dos Participantes serão recolhidas ao PREVIDEPAR até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao de competência.

§ 1º As contribuições dos Participantes Ativos serão descontadas dos respectivos subsídios, devendo as contribuições dos Participantes Autopatrocinados e Vinculados serem recolhidas diretamente no PREVIDEPAR, ou a estabelecimento bancário por este designado, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao de competência.

§ 2º A falta de pagamento na data estipulada, ensejará atualização monetária com base na variação do INPC-IBGE, acrescida de juros moratórios de 1/30 (um trinta avos), por dia de atraso, nos recolhimentos devidos, e multa de 2% (dois por cento).

§ 3º É devida toda contribuição até o momento da formalização do cancelamento da inscrição ou opção pelo Benefício Proporcional Diferido.

§ 4º Durante o período de análise do Benefício Proporcional Diferido, ressalvadas as hipóteses de aportes, não serão pagas pelo Participante, contribuições para custeio formação dos Benefícios.

Seção III

Do Regime Financeiro

Art. 41. A garantia de todas as obrigações contidas no Plano PREVIDEPAR será constituída sob forma prevista na legislação de referência, em vigor.

§ 1º Os atos de gestão econômico-financeira, bem como as prescrições de caráter atuarial, serão registrados tendo por referência as normas e legislação aplicável aos Planos Fechados de Previdência Complementar, devendo o Balanço Geral e os Balancetes Mensais serem apresentados com observância das referidas normas.

§ 2º Para fins de aplicações financeiras, observada a legislação de referência estabelecida para os Planos Fechados de Previdência Complementar, os recursos garantidores dos benefícios do Plano PREVIDEPAR poderão ser combinados com os demais Planos administrados por Entidade Administradora contratada nos termos do artigo 43, deste Regulamento.

§ 3º A combinação de que trata o parágrafo anterior deverá ser formalmente autorizada pelo Conselho Deliberativo do Plano PREVIDEPAR, devendo as respectivas receitas e despesas financeiras e administrativas serem controladas e contabilizadas proporcionalmente aos recursos aplicados.

§ 4º A taxa de juros atuarial, a ser utilizada nas avaliações atuariais como hipótese financeira e como taxa de desconto no cálculo dos benefícios, será de 6% ao ano, obedecendo ao limite da legislação de referência.

Capítulo VII

Dos Conselhos Gestor e Fiscal e da Diretoria Executiva

Art. 42. A estrutura de gestão do Plano PREVIDEPAR será composta pelos Conselhos Gestor e Fiscal e Diretoria Executiva .

§ 1º O Conselho Deliberativo do PLANO PREVIDEPAR, órgão máximo da estrutura organizacional, é responsável pela definição da política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios.

§ 2º O Conselho Fiscal é órgão de controle interno da entidade.

§ 3º A Diretoria Executiva é o órgão responsável pela administração da entidade, em conformidade com a política de administração traçada pelo Conselho Deliberativo.

§ 4º As demais previsões pertinentes a essa estrutura de gestão, constarão no Estatuto Social, a ser aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar.

Capítulo VIII

Disposições Finais

Art. 43. O Conselho Deliberativo poderá contratar entidade de previdência privada especializada, na forma do Contrato de Administração, podendo ser total ou parcial, conforme a disposição contratual.

Art. 44. A Adesão ao Plano deverá ser formalizada pelo participante no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da publicação deste Regulamento, ficando a patrocinadora vedada de verter a qualquer tempo a contribuição normal referente a esse período.,

§ 1º Para as futuras legislaturas a opção de novos parlamentares deverá ocorrer no prazo de até 60 dias contados da data de início da respectiva legislatura, sob pena de incorrer na pena prevista no *caput* desse artigo.

§ 2º O Participante que não se inscrever no Plano PREVIDEPAR no prazo de que trata o *caput* deste artigo poderá fazê-lo a qualquer tempo, hipótese na qual não fará jus ao aporte da Dotação Inicial de que trata o artigo 38, parágrafo 3º, II, parágrafos 4º, 5º e 6º deste Regulamento, como também a previsão descrita no *caput* desse artigo.

§ 3º Ao Participante Suplente que se efetiva no mandato será garantida a contagem de tempo desse exercício para computo de tempo de Plano PREVIDEPAR, autorizados os participantes a verterem as contribuições pertinentes, desde que o façam de acordo com o *caput* desse artigo.

§ 4º Na hipótese de que trata o parágrafo anterior, a patrocinadora procederá a respectiva Dotação Inicial, calculada nos termos do artigo 38, deste Regulamento, limitada ao período de exercício do mandato na respectiva legislatura, na forma da lei.

Art. 45. No primeiro ano de vigência deste Regulamento, prevalecerá o Plano de Custeio submetido à Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social.

Art. 46. O Participante ou Assistido vinculado ao Plano PREVIDEPAR que, por deliberações ou decisões da Diretoria Executiva da Entidade, julgar-se prejudicado no exercício de seus direitos, poderá recorrer ao Conselho Deliberativo do Plano PREVIDEPAR.

§ 1º O recurso de que trata este artigo deverá ser formalizado, em documento escrito dirigido ao Presidente do Conselho Deliberativo, protocolado junto ao PREVIDEPAR, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da deliberação ou decisão a qual o recorrente entenda que lhe seja prejudicial.

§ 2º O recurso deverá conter as razões do recorrente e, uma vez protocolado, deverá ser comunicado à Diretoria Executiva da Entidade ou seu Diretor, que prestará as informações necessárias para subsidiar a decisão do Conselho Deliberativo.

§ 3º Os casos omissos e as dúvidas suscitados na interpretação deste Regulamento serão dirimidos pela Diretoria Executiva.

Art. 47. As importâncias não recebidas em vida pelo Participante ou Beneficiário, referentes a Benefícios vencidos e não prescritos, serão pagas ao cônjuge sobrevivente ou, na ausência deste, aos seus herdeiros legais, em igual proporção, depois de descontados os créditos em favor do Plano PREVIDEPAR.

Art. 48. É vedada a venda ou cessão de direitos e a constituição de quaisquer ônus sobre os Benefícios previstos no Plano PREVIDEPAR, salvo se por expressa determinação judicial.

Art. 49. Todas as interpretações das disposições do Plano PREVIDEPAR deverão ser baseadas na Lei que institui o Plano PREVIDEPAR, neste Regulamento e na Legislação adotada pelo Órgão Regulador das Entidades de Previdência Complementar Fechadas.

Art. 50. O PREVIDEPAR, por deliberação de seu Conselho Deliberativo, poderá celebrar contratos ou convênios com Entidades especializadas no sentido de repasse de riscos inerentes ao Plano PREVIDEPAR.

Art. 51 No tocante às disposições de que trata o artigo 42, caberá ao o Presidente da Assembléia Legislativa, enquanto não houver a homologação do Regulamento e do Estatuto Social por parte da Secretaria de Previdência Complementar - SPC, a indicação dos membros para compor os conselhos Deliberativo, Fiscal e Diretoria Executiva, em caráter provisório.

Art. 52. O Estatuto Social deverá ser elaborado pelo Conselho Deliberativo no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação desta Resolução.

Parágrafo Único – o Conselho Deliberativo tomará todas as medidas necessárias ao encaminhamento e aprovação pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC do Ministério da Previdência Social, do presente Regulamento, bem como do Estatuto Social.

Art. 53. A patrocinadora fica autorizada a arcar com as despesas decorrentes da implementação do presente plano.

Art. 54. Verificado erro no pagamento de qualquer benefício, a administradora do plano efetuará a revisão e a respectiva correção, pagando ou reavendo o que for devido, até a completa liquidação.

§ 1º Os valores de que trata o *caput* serão corrigidos pela variação do índice do plano entre o mês de competência e o mês anterior ao do efetivo pagamento ou da devida restituição, conforme o caso.

§ 2º Na hipótese da correção de que trata o *caput* resultar em restituições devidas pelos participantes e assistidos, será assegurado, a critério da Diretoria Executiva, o parcelamento.

Art. 55. As obrigações do PREVIDEPAR para com os participantes e assistidos serão cumpridas desde que todas as obrigações do interessado para com o plano estejam satisfeitas, especialmente eventuais débitos e restituições de valores pagos a maior.

Art. 56. O PREVIDEPAR disponibilizará aos participantes e assistidos os formulários necessários para a realização dos requerimentos e das ações previstas neste Regulamento, os quais sempre deverão conter uma via a ser entregue ao interessado, por ocasião do seu protocolo.

§ 1º Será de responsabilidade do participante a apresentação de todos os documentos exigidos pela administradora do plano.

§ 2º A veracidade do conteúdo das informações prestadas pelo participante é de sua responsabilidade.

Art. 57. A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná tem dotação orçamentária própria, 0101.01031272.000 – processo Legislativo na Natureza da Despesa 33504100, para cumprir o disposto neste Regulamento.

§ 1º Fica o Poder Legislativo na forma da Lei nº 4320, de 17 de março de 1974, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares e especiais, bem como a readequar o orçamento dos exercícios subsequentes, necessários à implementação do objeto deste Regulamento.

§ 2º Durante o interstício de tempo entre a homologação deste Regulamento e do Estatuto pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, e a constituição de personalidade jurídica própria, a patrocinadora abrirá

conta bancária específica para cumprir o disposto neste Regulamento, sendo posteriormente transferidos os recursos para a pessoa jurídica constituída com esse fim.

Art. 58. Este Regulamento passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Parágrafo Único. Aplica-se, subsidiariamente, aos casos omissos, a legislação específica de Previdência Complementar e do Regime Geral de Previdência Social.

ANEXO II

PREVIDEPAR

PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ NOTA TÉCNICA ATUARIAL

1. Objetivo:

A presente Nota Técnica tem por objetivo estabelecer as bases Técnico-Atuariais de avaliação do Plano de Benefícios Previdenciários PREVIDEPAR da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em consonância com o projeto de Lei Complementar nº 120 de 12 de julho de 2007 e resolução que dispõe sobre o Regulamento dos Benefícios do Plano.

1.1. O Plano de Benefícios está estruturado na modalidade de “Contribuição Definida”, abrangendo os Deputados Estaduais do Estado do Paraná com mandato a partir da 15ª Legislatura.

1.2. A metodologia de avaliação atuarial desenvolvida nesta Nota Técnica estabelece:

1.2.1. Valor atual das Obrigações de Benefícios Concedidos;

1.2.2. Valor atual das Obrigações de Benefícios a Conceder;

1.2.3. Valor atual dos Direitos de Contribuições;

1.2.4. Taxas de Custeio e Contribuição;

1.2.5. Reservas Matemáticas;

1.2.6. Portabilidade e Resgate;

1.2.7. Fundos Previdenciais.

2. Bases Financeiras e Atuariais:

2.1. Tábuas Biométricas:

a) Mortalidade Geral (valores de q_x): AT – 2000;

b) Mortalidade de inválidos (valores de q_{xi}): AT – 83;

c) Sistemática de Cálculo da Pensão: Composição média de família (H_x), obtida para cada idade, a partir de experiência pela ATU-VERITA.

2.2. Premissas e Hipóteses:

a) Aumentos aplicáveis aos proventos de aposentadoria e pensões pela rentabilidade anual dos ativos do Fundo, descontada a taxa de juros aplicada e a variação de sobrevida, caso ocorra;

- b) Taxa de juros: 6% a.a.;
- e) Sistemática de Cálculo de Serviço Passado: apurado através do Método de Crédito Unitário Projetado – Idade Atingida (IA).

3. Método Atuarial:

3.1. Regimes Financeiros:

- a) Capitalização: para todos os Benefícios;
- Repartição: Despesas Administrativas.

3.2. Método de Capitalização – Acumulação Financeira:

Saldo de Conta – Para os Benefícios Programados do Plano serão mantidas Contas Individuais para cada Participante, onde serão creditadas as contribuições efetuadas, de acordo com o Plano de custeio, acrescendo-se o retorno de investimentos do Plano. O montante total individual acumulado corresponderá ao SC – Saldo de Conta.

O custo normal médio do grupo, para efeito de determinação do Plano de Custeio inicial, foi obtido pela razão do valor atual total dos benefícios futuros estimados do grupo pelo total do valor atual da folha salarial futura, sendo o benefício futuro estimado em tantos vinte avos do de 85% do subsídio atual, quantos forem o número de anos de mandato, limitados a 20.

3.3. Método de apuração do serviço Passado Capitalização - Custo do Crédito Unitário Projetado – Idade Atingida:

Este método consiste em apurar o custo do valor atual do serviço passado, calculando-se o valor atual do benefício futuro proporcional, a partir do número total de anos previstos de contribuição, limitado a 20, em tantos avos quantos forem o número de anos resgatados na idade atingida dos participantes na data base da avaliação, considerando-se uma meta de benefício a partir de 85% do subsídio atual.

3.4. Perspectivas de Evolução das Taxas de Custeio em função do Método de Financiamento utilizado:

As taxas de Custeio apuradas pelo método indicado manter-se-ão constantes, salvo no caso em que a experiência real divergir das hipóteses adotadas.

4. Plano de Custeio:

4.1. Participantes Ativos (C^{pa}):

$$C^{pa} = C^{paN} + C^{paAd} + RP$$

4.1.1. Normal (C^{paN}):

$$C^{paN} = \delta_i \cdot SP$$

Sendo:

δ_i = Taxa de contribuição definida no Plano de Custeio anual;

SP = Salário de participação.

4.1.2. Adicionais (C^{paAd}):

$$C^{paAd} = \delta^{paAdE} \cdot SP$$

Sendo:

δ^{paE} = Percentual de contribuição adicional dos Participantes Ativos com o fim de majorar o benefício individual;

SP = Salário de Participação.

4.1.3. Recursos Portados (RP):

RP = Recursos Portados de outros planos de previdência complementar pelo Participante.

4.2. Patrocinadoras (C^p):

$$C^p = C^{pN} + C^{pADM} + C^{pD}$$

4.2.1. Normal (C^{pN}):

$$C^{pN} = C^{paN}$$

4.2.2. Despesas Administrativas (C^{pADM}):

$$C^{pADM} = d^{pADM} \cdot SP$$

Sendo:

d^{pADM} = Percentual de contribuição das Patrocinadoras para cobertura de despesas administrativas;

SP = Salário de Participação.

4.2.3. Dotação Inicial (C^{pD}):

C^{pD} = Dotação inicial.

4.3. Participantes Vinculados (C^{pv}):

$$C^{pv} = C^{pvADM}$$

Sendo:

$$C^{pvADM} = \delta^{pvADM} \cdot VAEA^{an}$$

δ^{pvADM} = Percentual de contribuição dos Participantes Vinculados para cobertura de despesas administrativas.

$VAEA^{an}$ = Reserva Matemática do vinculado.

4.4. Participantes Autopatrocinados (C^{pap}):

$$C^{pap} = C^{pa} + C^{papAdm}$$

Sendo:

C^{pa} = Contribuição de participante Ativo;

$$C^{papAdm} = \delta^{papAdm} \cdot SP$$

δ^{papAdm} = Percentual de contribuição dos Participantes Autopatrocinados para cobertura de despesas administrativas;

SP = Salário de Participação.

5. Elenco de Benefícios:

5.1. Quanto aos Participantes do Plano:

- a) Benefício Programado;
- b) Benefício decorrente do Benefício Proporcional Diferido;

- c) Benefício por Invalidez;
- d) Abono anual;

5.2. Quanto aos Beneficiários:

- a) Pensão por Morte;
- b) Abono Anual;

6. Obrigações do Plano:

6.1. Benefícios Concedidos:

6.1.1. Benefícios Programados Concedidos:

A) Valor Atual do Encargo dos Benefícios Programados (VAE^{ap}):

$$VAE^{ap} = BM \cdot (12 \cdot A_x^{(g)(12)} + A_x^{(g)})$$

Sendo:

BM = Benefício de Programado;

$A_x^{(g)(12)}$ = Valor atual de uma renda vitalícia unitária de capital, pagável mensalmente por equivalente a 1/12, devida à pessoa que, no momento, tem a idade “x”;

$A_x^{(g)}$ = Valor atual de uma renda vitalícia unitária, anual, devida à pessoa que, no momento, tem a idade “x”.

Onde:

(g) = Qualificação de uma renda vitalícia: geral ou por invalidez

B) Valor Atual do Encargo de Pensões de Participante Assistido (VAE^{pmi}):

$$VAE^{pmi} = 13 \cdot H_{A_x^{(g)(12)}} \cdot 0,7 \cdot BM$$

Sendo:

$H_{A_x^{(g)(12)}}$ = Valor atual de uma renda vitalícia e/ou temporária, unitária de benefício, pagável mensalmente por equivalente a 1/12, que será devida ao grupo familiar do participante assistido que no momento tem a idade “x” e vier a falecer;

BM = Benefício de programado.

Onde:

(g) = Qualificação de uma renda vitalícia: geral ou por invalidez.

6.1.2. Pensionistas:

A) Valor Atual do Encargo das Pensões Concedidas (VAE^(pm)):

$$VAE^{(pm)} = 13 \cdot H_{E_x^{(12)}} \cdot BM^{(pm)}$$

Sendo:

$H_{E_x^{(12)}}$ = Valor atual de uma renda vitalícia e/ou temporária, unitária de benefício, pagável por equivalente a 1/12, ao grupo familiar do participante falecido, sendo as principais rendas usadas para cálculo dos encargos as seguintes:

- a) $A_{Z1:24-Z1-}^{(12)}$, onde “Z₁” é a idade do dependente mais novo;
- b) $24-Z1 \setminus A_y^{(12)}$, onde “y” é a idade do cônjuge;
- c) $24-Z1 \setminus A_Z^{i(12)}$, renda dependente inválido;

$BM^{(pm)}$ = Benefício de pensão pago ao grupo familiar.

6.2. Benefícios a Conceder:

6.2.1. Benefício Programado e Proporcional Diferido:

A) Condições para Concessão:

- a) não esteja no exercício de mandato de Deputado Estadual do PR;
- b) obter aposentadoria em um Regime de Previdência Social Oficial;
- c) contar com, pelo menos, 60 anos de idade;
- d) contar com pelo menos o exercício de 1 (uma) Legislatura;
- e) em caso de Concessão do Benefício Proporcional Diferido, ter optado pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido.

B) Base de Cálculo da Renda Mensal Inicial (BCR^{an}):

$$BCR^{rm} = SC_r$$

Sendo:

SC_r = Saldo da Conta individual do Participante na idade “r”.

Onde:

Saldo de Conta Individual em quotas, equivalente às contribuições acumuladas, acrescidas de recursos portados e do valor da Dotação Inicial, quando for o caso.

$$Dotação Inicial = VAE^{an}$$

$$VAE^{an} = RMI^{an} \cdot {}_{r-x}^{sw}E_x^{aa} \cdot (12 \cdot A_r^{(12)} + A_r) + 13 \cdot H_{A_r^{(12)}}$$

$$RMI^{an} = [(S \cdot 0,0425 \cdot TC) = 0.85 \cdot S]$$

Sendo:

S = subsídio, equivalente ao salário de participação;

0,0425 = meta de benefício futuro equivalente a 1/20 avos do subsídio;

TC = tempo de contribuição, limitado a 20 anos;

${}_{r-x}^{sw}E_x^{aa} \cdot A_r^{(12)}$ = Valor atual de uma renda vitalícia unitária de capital, pagável mensalmente por equivalente a 1/12, diferida de “r-x” anos, que será devida à pessoa que, no momento, tem a idade “x”, a partir da idade “r”;

${}_{r-x}^{sw}E_x^{aa} \cdot A_r$ = Valor atual de uma renda vitalícia unitária de capital, pagável anualmente, diferida de “r-x” anos, que será devida à pessoa que, no momento, tem a idade “x”, a partir da idade “r”.

Onde:

x = Idade atual do participante;

r = Idade normal de aposentadoria.

$H_{A_r^{(12)}}$ = Valor atual de uma renda vitalícia e/ou temporária, unitária de capital, pagável mensalmente por equivalente a 1/12, que será devida ao grupo familiar do

participante ativo que vier a falecer após ter se aposentado, na idade “r”.

C) Valor da Renda Mensal Inicial (RMI^{rm}):

$$RMI^{rm} = BCR^{rm} \cdot F_r$$

Sendo F_r o fator de reversão do saldo de conta em renda mensal de benefício, com reversão em pensão, na idade da aposentadoria.

$$F_r = 1 / [(12 \cdot A_r^{(12)} + A_r) + 13 \cdot H_{A_r}^{(12)}]$$

Sendo:

$A_r^{(12)}$ = Valor atual de uma renda vitalícia unitária de capital, pagável mensalmente por equivalente a 1/12, que será devida à pessoa que contar com a idade “r”;

A_r = Valor atual de uma renda vitalícia unitária de capital, pagável anualmente, que será devida à pessoa que contar com a idade “r”;

$H_{A_r}^{(12)}$ = Valor atual de uma renda vitalícia e/ou temporária, unitária de capital, pagável mensalmente por equivalente a 1/12, que será devida ao grupo familiar do participante ativo que vier a falecer após ter se aposentado, na idade “r”.

D) Valor atual do Encargo Acumulado (VAEA^{rm}):

$$VAEA^{rm} = SC_x$$

Sendo:

SC_x = Saldo da Conta individual do Participante na idade atual “x”, constituído pelas contribuições acumuladas em cotas, acrescido de Recursos Portados e da Dotação Inicial, quando for o caso.

6.2.2. Benefício por Invalidez:

A) Condições para Concessão:

a) Estar recebendo Benefício de invalidez pela Previdência Social Oficial.

B) Base de Cálculo da Renda Mensal Inicial (BCR^{ai}):

$$BCR^{ai} = SC_x$$

Sendo:

SC_x = Saldo da Conta individual do Participante na idade atual “x”, conforme já definido.

C) Valor da Renda Mensal Inicial (RMI^{ai}):

$$RMI^{ai} = BCR^{ai} \cdot F^{ai}$$

Sendo:

$$F^{ai} = 1 / [(12 \cdot A_{\theta i}^{ai(12)} + A_{\theta i}^{ai}) + 13 \cdot H_{A_{\theta i}}^{ai(12)}]$$

Sendo:

$A_{\theta i}^{ai(12)}$ = Valor atual de uma renda vitalícia unitária de capital, pagável mensalmente por equivalente a 1/12, que será devida à pessoa que se invalidar com a idade “ θi ”;

$A_{\theta i}^{ai}$ = Valor atual de uma renda vitalícia unitária de capital, pagável anualmente, que será devida à pessoa que se invalidar com a idade “ θi ”;

$H_{A_{\theta i}}^{ai(12)}$ = Valor atual de uma renda vitalícia e/ou temporária, unitária de capital, pagável mensalmente por equivalente a 1/12, que será devida ao grupo familiar do participante ativo que vier a falecer após ter se invalidado, na idade “ θi ”.

6.2.3. Benefício de Pensão por Morte de Ativo:

A) Condições para Concessão:

a) Falecimento de Participante na atividade.

B) Base de Cálculo da Renda Mensal Inicial (BCR^{pma}):

$$BCR^{pma} = SC_x$$

Sendo:

SC_x = Saldo da Conta individual do Participante na idade atual “x”, conforme já definido.

C) Valor da Renda Mensal Inicial (RMI^{pma}):

$$RMI^{pma} = BCR^{pma} \cdot F^{pma}$$

Sendo:

$$F^{pma} = 1 / (13 \cdot H_{E_x}^{(12)})$$

Sendo:

$H_{E_x}^{(12)}$ = Valor atual de uma renda vitalícia e/ou temporária, unitária de benefício, pagável mensalmente por equivalente a 1/12, ao grupo familiar do participante falecido, sendo as principais rendas utilizadas para cálculo dos encargos as seguintes:

$A_{Z1:24-Z1}^{(12)}$ = onde “ Z_1 ” é a idade do dependente mais novo;

$24-Z1 \setminus A_y^{(12)}$ = onde “y” é a idade do cônjuge;

$24-Z1 \setminus A_z^{i(12)}$ = renda de dependente inválido.

6.2.4. Despesas Administrativas:

A) Valor do Encargo Anual (VEA^{dadm}):

VEA^{dadm} = Provisão orçamentária de despesas administrativas para o exercício.

7. Direitos De Contribuição:

7.1. Valor Atual das Contribuições Normais dos Participantes Ativos para composição do Saldo de Conta Individual (VAC^{paN}):

$$VAC^{paN} = [(C^{paN}) \cdot (12 \cdot {}^sA_{x:r-x}^{(12)} + {}^sA_{x:r-x})]$$

Sendo:

C^{paN} = Contribuição normal mensal do participante ativo;

${}^sA_{x:r-x}^{(12)}$ = Valor atual de uma renda certa, temporária de “r-x” anos, unitária de salário, pagável men-

salmente por equivalente a 1/12 à pessoa ativa de idade “x”, durante o período de diferimento “r-x”;

${}^sA_{x:r-x} =$ Valor atual de uma renda certa, temporária de “r-x” anos, unitária de salário, pagável anualmente à pessoa ativa de idade “x”, durante o período de diferimento “r-x”;

Onde:

s = Crescimento salarial.

7.2. Valor Atual das Contribuições Adicionais dos Participantes Ativos (VAC^{paAd}):

$$VAC^{paAd} = C^{paAd} \cdot (12 \cdot {}^sA_{x:r-x}^{(12)} + {}^sA_{x:r-x})$$

Sendo:

C^{paAd} = Contribuição mensal adicional do participante ativo para formação do Saldo de conta Individual;

${}^sA_{x:r-x}^{(12)}$ = Valor atual de uma renda certa, temporária de “r-x” anos, unitária de salário, pagável mensalmente por equivalente a 1/12, que será devida à pessoa ativa que, no momento, tem a idade “x”, durante o período de diferimento “r-x”;

${}^{sw}A_{x:r-x}$ = Valor atual de uma renda certa, temporária de “r-x” anos, unitária de salário, pagável anualmente, que será devida à pessoa ativa que no momento tem a idade “x”, durante o período de diferimento “r-x”;

Onde:

s = Crescimento salarial.

7.3. Valor Atual das Contribuições Normais das Patrocinadoras (VAC^{pN}):

$$VAC^{pN} = C^{pN} \cdot (12 \cdot {}^sA_{x:r-x}^{(12)} + {}^sA_{x:r-x})$$

Sendo:

C^{pN} = Contribuição normal da Patrocinadora;

${}^sA_{x:r-x}^{(12)}$ = Valor atual de uma renda certa, temporária de “r-x” anos, unitária de salário, pagável mensalmente por equivalente a 1/12 à pessoa ativa de idade “x”, durante o período de diferimento “r-x”;

${}^sA_{x:r-x}$ = Valor atual de uma renda certa, temporária de “r-x” anos, unitária de salário, pagável anualmente à pessoa ativa de idade “x”, durante o período de diferimento “r-x”;

Onde:

s = Crescimento salarial.

7.4. Valor Atual do aporte à vista de Dotação Inicial da Patrocinadora (VAC^{pD}):

$$VAC^{pD} = C^{pD}$$

Sendo:

C^{pD} = Dotação inicial à vista: equivalente a 50% do Valor atual das Obrigações Futuras para cobertura do Serviço Passado apurado na data de início do Plano a ser integralizado no início de funcionamento do Plano.

7.5. Valor Atual das Contribuições de Dotação Inicial da Patrocinadora (VAC^{pD}):

$$VAC^{pD} = C^{pD} \cdot A_n$$

Sendo:

C^{pD} = Dotação Inicial contratada: equivalente a 50% do Valor atual das Obrigações Futuras para cobertura do Serviço Passado apurado na data de início do Plano a ser amortizado mensalmente durante o prazo de diferimento médio “n” dos participantes ativos;

A_n = Valor Atual de uma renda unitária de capital, temporária de “n” meses;

Onde:

n = prazo de pagamento da Dotação inicial parcelada, determinado pela média ponderado do tempo de diferimento com o valor do benefício estimado dos participantes.

8. Taxas de Contribuição e Custeio:

8.1. Despesas Administrativas:

8.1.1. Taxa de Contribuição da Patrocinadora (d^{pADM}):

$$d^{pADM} = (VEA) / \Sigma[SP \cdot (12 \cdot A_{x:1}^{aa(12)} + A_{x:1}^{aa})]$$

Sendo:

SP = Salário de Participação;

$A_{x:1}^{aa(12)}$ = Valor atual de uma renda temporária de 1 ano, unitária de salário, pagável mensalmente por equivalente a 1/12, que será devida à pessoa ativa de idade “x”;

$A_{x:1}^{aa}$ = Valor atual de uma renda temporária de 1 ano, unitária de salário, pagável anualmente, que será devida à pessoa ativa que, no momento, tem a idade “x”;

8.1.2. Taxa de Contribuição dos Participantes Autopatrocinados (d^{papADM}):

$$d^{papADM} = d^{pADM}$$

8.1.3. Valor de Contribuição dos Participantes Vinculados (d^{pvADM}):

$$d^{pvADM} = d^{pADM} \cdot S$$

8.2. Taxas de Contribuição para formação do Fundo Garantidor de Benefícios Programados ($\frac{paN}{pN}$):

As taxas de contribuição dos Participantes Ativos e da Patrocinadora serão estabelecidas através de estimativa de contribuição média para se atingir de uma meta de benefício de 4,25% do subsídio para cada ano de legislatura, com aprovação anual do Conselho Deliberativo.

9. Reservas Matemáticas (RM):

9.1. Referente a Benefícios Concedidos:

$$RM^{BC} = \Sigma VAE^{ap} + \Sigma VAE^{pmi} + \Sigma VAE^{(pm)}$$

9.2. Referente a Benefícios a Conceder:

$$RM^{BAC} = (\Sigma VAEA^{rm}) - (\Sigma VAC^{pD})$$

9.3. Reserva Matemática Total:

$$RM^T = RM^{BC} + RM^{BAC}$$

10. Déficit / Superávit Técnico (DT/ST):

$$DT/ST = AL - RM^T$$

Sendo:

AL = Ativo Líquido Previdenciário na data da avaliação do Plano.

11. Resgate (R):

$$R = SC^{paN} + SC^{pAd} + RP^A$$

Sendo:

SC^{paN} = Saldo acumulado na subconta de Contribuições Normais do Participante;

SC^{pAd} = Saldo acumulado na subconta de contribuições adicionais do Participante;

RP^A = Saldo acumulado na subconta de recursos oriundos portabilidade constituídos em Entidade Aberta de Previdência Complementar ou Sociedade Seguradora.

12. Portabilidade (P):**12.1. Sub-Conta de Recursos Portados (RP^T):**

$$RP^T = RP^F + RP^A$$

Sendo:

RP^F = Recursos oriundos de Portabilidade constituídos em Entidade Fechada de Previdência Complementar;

RP^A = Recursos oriundos de Portabilidade constituídos em Entidade Aberta de Previdência Complementar ou Sociedade Seguradora;

12.2. Valor do Direito Acumulado para efeito de Portabilidade (P):

$$P = SC_x$$

Sendo:

SC_x = Saldo da Conta individual do Participante na idade atual "x", constituído pelas contribuições acumuladas em cotas, acrescido de Recursos Portados e da Dotação Inicial, quando for o caso.

13. Fundo Previdencial:**13.1. Fundo de Oscilação de Riscos (FOR):**

$$FOR = \Sigma S^{cp}$$

Sendo:

S^{cp} = Saldo de Contribuições acumuladas pela Patrocinadora, remanescente de Resgate efetuado pelos participantes que se desligam do Plano.

14. Plano de Custeio Inicial:**1. Participantes Ativos:**

1.1. Cobertura do Custo Normal do Plano: 15,55% da folha de salário de participação.

2. Patrocinadora:

2.1. Cobertura do Custo Normal do Plano: 15,55% da folha de salário de participação;

2.2. Dotação Inicial: valor à vista equivalente a 50% do Valor atual das Obrigações Futuras para cobertura do Serviço Passado apurado na data de início do Plano, conforme o número de participantes devidamente inscritos na data prevista;

2.3. Amortização do Serviço Passado: valor mensal, durante o prazo de diferimento médio dos participantes ativos, de 101 (cento e um) meses, corrigido pelo INPC/IBGE, equivalente a 50% do Valor atual das Obrigações Futuras para cobertura do Serviço Passado apurado na data de início do Plano, dos participantes que se inscreverem na data prevista.

3. Assistidos: Não está previsto contribuições.

15. Tábuas Biométricas

Idade	qx AT-2000	qxi AT-83	Hx Experiência	Idade	qx AT-2000	qxi AT-83	Hx Experiência
14	0,000320	0,000425	10,453782	65	0,008947	0,012851	11,620897
15	0,000333	0,000435	10,453782	66	0,009892	0,014199	11,378544
16	0,000346	0,000446	10,453782	67	0,010947	0,015717	11,124241
17	0,000361	0,000458	10,453782	68	0,012119	0,017414	10,857987
18	0,000377	0,000472	10,453782	69	0,013423	0,019296	10,579784
19	0,000394	0,000488	10,453782	70	0,014879	0,021371	10,289630
20	0,000413	0,000505	10,453782	71	0,016504	0,023647	9,987526
21	0,000433	0,000525	10,453782	72	0,018317	0,026131	9,673472

Idade	qx AT-2000	qxi AT-83	Hx Experiência	Idade	qx AT-2000	qxi AT-83	Hx Experiência
22	0,000455	0,000546	10,737236	73	0,020340	0,028835	9,347468
23	0,000478	0,000570	11,008739	74	0,022598	0,031794	9,009513
24	0,000503	0,000596	11,268293	75	0,025117	0,035046	8,659609
25	0,000526	0,000622	11,515896	76	0,027923	0,038631	8,297754
26	0,000549	0,000650	11,751549	77	0,031041	0,042587	7,923949
27	0,000570	0,000677	11,975252	78	0,034499	0,046951	7,538194
28	0,000588	0,000704	12,187005	79	0,038330	0,051755	7,140489
29	0,000604	0,000731	12,386807	80	0,042571	0,057026	6,730834
30	0,000616	0,000759	12,574660	81	0,047258	0,062791	6,309229
31	0,000625	0,000786	12,750562	82	0,052429	0,069081	5,875673
32	0,000632	0,000814	12,914514	83	0,058128	0,075908	5,430167
33	0,000638	0,000843	13,066516	84	0,064416	0,083230	4,972711
34	0,000645	0,000876	13,206568	85	0,071362	0,090987	4,503305
35	0,000653	0,000917	13,334670	86	0,079032	0,099122	4,021949
36	0,000663	0,000968	13,450821	87	0,087499	0,107577	3,528643
37	0,000690	0,001032	13,555022	88	0,096805	0,116316	3,023386
38	0,000730	0,001114	13,647274	89	0,106869	0,125394	2,506179
39	0,000787	0,001216	13,727575	90	0,117581	0,134887	1,977022
40	0,000859	0,001341	13,795926	91	0,128820	0,144873	0,000000
41	0,000949	0,001492	13,852326	92	0,140469	0,155429	0,000000
42	0,001057	0,001673	13,896777	93	0,152410	0,166629	0,000000
43	0,001185	0,001886	13,929277	94	0,164541	0,178537	0,000000
44	0,001330	0,002129	13,949827	95	0,176762	0,191214	0,000000
45	0,001492	0,002399	13,958428	96	0,188972	0,204721	0,000000
46	0,001669	0,002693	13,955078	97	0,201073	0,219120	0,000000
47	0,001860	0,003009	13,939777	98	0,213584	0,234735	0,000000
48	0,002064	0,003343	13,912527	99	0,227026	0,251889	0,000000
49	0,002281	0,003694	13,873326	100	0,241916	0,270906	0,000000
50	0,002512	0,004057	13,822176	101	0,258772	0,292111	0,000000
51	0,002758	0,004431	13,759075	102	0,278111	0,315826	0,000000
52	0,003019	0,004812	13,684024	103	0,300453	0,342377	0,000000
53	0,003296	0,005198	13,597023	104	0,326318	0,372086	0,000000

Idade	qx AT-2000	qxi AT-83	Hx Experiência	Idade	qx AT-2000	qxi AT-83	Hx Experiência
54	0,003588	0,005591	13,498072	105	0,356235	0,405278	0,000000
55	0,003895	0,005994	13,387170	106	0,390734	0,442277	0,000000
56	0,004215	0,006409	13,264319	107	0,430358	0,483406	0,000000
57	0,004549	0,006839	13,129517	108	0,475654	0,528989	0,000000
58	0,004897	0,007290	12,982765	109	0,527185	0,579351	0,000000
59	0,005273	0,007782	12,824063	110	0,585519	0,634814	0,000000
60	0,005693	0,008338	12,653411	111	0,651240	0,695704	0,000000
61	0,006173	0,008983	12,470808	112	0,724940	0,762343	0,000000
62	0,006727	0,009740	12,276256	113	0,807224	0,835056	0,000000
63	0,007370	0,010630	12,069753	114	0,898703	0,914167	0,000000
64	0,008108	0,011664	11,851300	115	1,000000	1,000000	0,000000

COMISSÃO EXECUTIVA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 018/07

P A R E C E R :

A presente proposição de autoria de vários Srs. Deputados, tem por objetivo regulamentar o Plano Facultativo Contributivo e Suplementar, conforme especifica.

Chamada a op[inar, conforme o disposto no inciso VIII do artigo 33 do Regimento Interno, a Comissão Executiva entende que o regulamento proposto pelo projeto de resolução em tela, vem obedecer o que manda o artigo 8º da Lei Complementar nº 120/07, de 12 de julho de 2007.

Conclusão

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Resolução nº 018/07.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16.07.07.

(a) NELSON JUSTUS

Aprovado.

O SR. ELTON WELTER (**Pela Ordem**)

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vai se proceder a verificação de votação.

Os Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Vinte e sete Deputados aprovam.

Os que rejeitam, queiram levantar-se.

Doze rejeitam.

Está aprovado.

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 242/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que autoriza o Poder Executivo a conceder a redução no pagamento de tarifas, nas praças de pedágio, nas rodovias do estado do Paraná, para veículo que transporte estudante com destino à estabelecimento escolar. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 025/07, de 10/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 242/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei ora em análise, tem por fim isentar 50% da tarifa de pedágio, no âmbito do estado do Paraná, aos veículos que transportem estudantes para estabelecimentos escolares.

Fundamentação

Devemos lembrar que pedágio é cobrado pelas concessionárias que receberam essa função do Poder Executivo, delegada através de contrato de concessão. Os artigos 174 e 175 da Constituição Federal, bem como a Lei nº 8987/95, regulam a matéria.

Iniciativa da Proposição

No que tange à iniciativa, é de se ressaltar que o projeto em tela, tem natureza meramente autorizatória, não obrigando o Poder Executivo à execução da matéria nem tampouco condiciona a sua validade à imediata regulamentação por parte do Executivo, não ferindo, por-

tanto, o princípio da independência dos poderes previstos no artigo 2º da Carta Magna, nem tampouco os pressupostos de iniciativa geral das leis previstos na Constituição do Estado do Paraná.

Da mesma forma, não é de se considerar inócuo o projeto autorizatório, uma vez que, adotada pelo Executivo a política prevista na iniciativa, a sua execução será legal e constitucional, viabilizando de forma prática, a participação do Legislativo, na criação e aplicação de políticas em favor da sociedade.

Importante ressaltar também, que a análise do equilíbrio econômico-financeiro deve ser feita concomitantemente com a aplicação do princípio da supremacia do interesse público. A priorização da educação, a garantia do estudante à disponibilização pelo estado, das condições dignas de acesso à educação supera o ônus do estado referente ao reembolso à concessionária. É de se considerar que tal ônus é considerado insignificante para os cofres do estado, uma vez que a quantidade de veículos que trafegam nas rodovias pedagiadas não é significativo, o que ressalta ainda mais a prevalência do interesse público.

Por fim, no concernente ao atendimento aos requisitos constantes na Lei de Responsabilidade Fiscal, tem-se que o projeto em tela não viola os dispositivos nelas constantes, por tratar-se de projeto autorizatório, não vinculando o Executivo à imediata execução, garantido a este Poder, a viabilidade de executar a matéria quando melhor lhe convier e dentro das previsões orçamentárias. A emenda apresentada em anexo, procura adequar o projeto aos dispositivos de responsabilidade fiscal, no ponto em que determina que a lei entrará em vigor no exercício seguinte à sua aplicação para que o Poder Executivo possa enquadrá-la na sua proposta orçamentária.

Conclusão

Por tudo que foi exposto, é de se concluir que, na forma em que foi proposto, o projeto não contém vício de iniciativa. Por esta razão, o parecer é pela aprovação do presente projeto de lei, tendo como requisito essencial para a aprovação, a adequação da proposta aos termos da emenda apresentada em anexo.

Sala das Comissões, em 19.07.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente em exercício
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 242/07

Art. 1º Altera o artigo 4º do Projeto de Lei nº 242/07, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 4º Esta lei entrará em vigor no exercício seguinte à sua aprovação, para que o Poder Executivo possa prever na peça orçamentária o respectivo impacto orçamentário.”

Sala das Comissões, em 19.06.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente em exercício
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

JUSTIFICATIVA:

Adequação legal do projeto de lei.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 242/07

P A R E C E R :

O nobre colega Marcelo Rangel, jovem, recém-chegado a esta Casa como Deputado, apresenta para apreciação projeto de lei que, se aprovado, concede redução de tarifas para todos os veículos que estejam transportando estudantes para as escolas ou a volta das mesmas.

As concessionárias de pedágio têm lucros fantásticos, estão deixando de duplicar nossas rodovias, descumprindo cláusulas dos contratos de concessão.

O ilustre Deputado Marcelo Rangel foi muito feliz ao propor este projeto, que se aprovado, não causará nenhum impacto financeiro e permitirá, com certeza, que haja maior frequência de alunos nas escolas paranaenses. Portanto, meu parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 11.07.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ANTONIO BELINATI - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 321/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que determina às empresas concessionárias do transporte coletivo intermunicipal a obrigatoriedade da instalação de sanitários nos veículos utilizados nessas linhas. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CAM E COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 039/07, de 03/05/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 321/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 321/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti, tem por escopo obrigar às empresas concessionárias do transporte coletivo intermunicipal, exceto nas regiões metropolitanas, terem instalações sanitárias nos veículos utilizados nestas linhas.

Fundamentação - Legitimidade

Notório o intuito de estabelecer normas de saúde pública, visando o bem-estar dos usuários dos transportes coletivos intermunicipais, o que encontra-se regrado em nossa Constituição Estadual, em seu artigo 168, vejamos:

Art. 168. As ações e serviços da saúde são de relevância pública, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita, preferencialmente, através de serviços oficiais e, supletivamente, através de serviços de terceiros, pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. (grifo nosso)

Quanto a iniciativa para a propositura do presente projeto de lei, de igual modo, também está em consonância com o estabelecido pelo texto de nossa Constituição Estadual que assim determina em seu artigo 13, vejamos:

Art. 13. Compete ao estado, concorrentemente com a união legislar sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde. (grifo nosso)

No que concerne à técnica legislativa, o presente projeto de lei não encontra nenhum óbice frente à Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a técnica legislativa.

Conclusão

Em razão do exposto, estando preenchidos todos os requisitos dispostos na Constituição Estadual e demais dispositivos legais, resta clara a constitucionalidade do projeto em tela. Nosso parecer é pela aprovação do presente.

Sala das Comissões, em 05.06.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS METROPOLITANOS PROJETO DE LEI Nº 321/07

P A R E C E R :

De autoria da Deputada Cida Borghetti, o presente plano de lei determina às empresas concessionárias do transporte coletivo intermunicipal a obrigatoriedade da instalação de sanitários nos veículos nessas linhas.

A proposição foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça e pela Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, a qual recebeu parecer favorável. Chamada esta Comissão de Assuntos Metropolitanos, conclui que:

A instalação de sanitários nos veículos de transporte coletivo é uma solicitação da sociedade paranaense, pois muitos usuários, principalmente gestantes, idosos e crianças, sofrem com a falta de conforto nas viagens intermunicipais.

Assim sendo, no âmbito desta Comissão, opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer favorável ao Projeto de Lei nº 321/07.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.07.07.

(aa) OSMAR BERTOLDI - Presidente
RIBAS CARLI FILHO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 321/07

P A R E C E R :

Tem o presente projeto de lei, de autoria da nobre Deputada Cida Borghetti, a finalidade de determinar a obrigatoriedade de se instalar sanitários nos veículos de transporte coletivo intermunicipal.

Trata-se de iniciativa merecedora de apoio e elogios à autora, pois visa garantir melhor atendimento aos usuários dos transportes coletivos intermunicipais, oferecendo condições mínimas de conforto às pessoas que dependem e usam esse meio de transporte.

Analisada a matéria e em conformidade com o parecer da Comissão de Constituição e Justiça quanto à legalidade e constitucionalidade, e sendo matéria de relevante interesse para os paranaenses, oferecemos parecer favorável, recomendando a sua aprovação.

Sala das Comissões, em 05.06.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 340/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que obriga os estabelecimentos que comercializam medicamentos genéricos a manter disponível, para consulta do consumidor, relação atualizada desses medicamentos. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CICT E CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 043/07, de 09/05/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 340/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, obriga os estabelecimentos que comercializam medicamentos genéricos a manter disponível, para consulta do consumidor, relação atualizada desses medicamentos.

O projeto de lei em questão não encontra nenhum óbice constitucional, tendo respaldo na Carta Magna em seu artigo 170, 24, inciso VIII e parágrafo 2º do artigo 24.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 05.06.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO PROJETO DE LEI Nº 340/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Augustinho Zucchi, obriga os estabelecimentos farmacêuticos que comercializam medicamentos genéricos a manter disponível em local de fácil consulta pelos consumidores a relação atualizada desses medicamentos.

Primeiramente, há que se elogiar a preocupação do nobre Par com esta questão, vez que ainda os medicamentos genéricos, que possuem preços mais acessíveis, são pouco utilizados pelos pacientes, que em sua maioria desconhecem efetivamente quais medicamentos estão disponíveis em sua formulação genérica.

O projeto de lei ora em apreço já foi analisado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que emitiu parecer favorável. Portanto, esta comissão, considerando o alcance social desta iniciativa, também é de parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13.06.07.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente

PEDRO IVO - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 340/07

P A R E C E R :

Para análise dessa comissão, o Projeto de Lei nº 340/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi que obriga os estabelecimentos que comercializam medicamentos genéricos a manter disponível, para a consulta do consumidor, relação atualizada desses medicamentos.

A súmula da proposição, por si só, deixa claros os objetivos da mesma.

Os artigos do projeto de lei estabelecem multas para aqueles que descumprirem a norma. Tudo na forma do Código do Consumidor.

A proposição cria obrigações para os comercializadores de medicamentos, portanto, não geram qualquer despesa para o ente público estadual.

Releva destacar que a Vigilância Sanitária deverá ser equipada para fiscalizar o correto cumprimento de norma, sob pena de se tornar inócua.

O parecer é pela tramitação regimental da proposição, para que possa ir a plenário e ser debatida por todos os Deputados.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.07.07.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente

TADEU VENERI - Relator

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 399/07, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que declara de utilidade pública estadual a Organização Municipal de Defesa à Cidadania, com sede e foro no município de Rio Branco do Sul. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 057/07, de 30/05/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 399/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, declara de utilidade pública a Organização Municipal de Defesa à Cidadania, com sede e foro no município de Rio Branco do Sul.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.07.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 414/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de utilidade pública o Instituto Social Assembléia de Deus Rebouçence - ISADER, com sede e foro no município de Rebouças. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 060/07, de 05/06/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 414/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Artagão Júnior, declara de utilidade pública o Instituto Social Assembléia de Deus - ISADER, com sede e foro no município de Rebouças/PR.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.07.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 24

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 439/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que altera o parágrafo 3º, do artigo 1º da Lei nº 13126, de 10 de abril de 2001 (Programa Cidade Para Todos). **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDHCD. Aprovado. (Publ. no DA nº 066/07, de 18/06/07, em Projetos de Lei).**

LEI Nº 13126

Publicado no Diário Oficial nº 5964 de 10/04/2001

“Art. 1º Cria o programa de remoção de barreiras arquitetônicas ao portador de deficiência: Cidade Para Todos”, através da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano, com participação da iniciativa privada que receberá incentivos fiscais para tanto.

(...)

§ 3º A prioridade na remoção e adaptação das barreiras arquitetônicas serão: hospitais, secretarias estaduais e municipais, centros de saúde, escolas, universidades, casas de espetáculos, restaurantes, centros comerciais, supermercados, hotéis, ruas e logradouros públicos.

(...)

Palácio “XIX de DEZEMBRO”, em 21.03.01.

(a) HERMAS BRANDÃO

Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 439/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Nelson Justus, tem por objetivo alterar o parágrafo 3º do artigo 1º da Lei nº 13126/01, que criou o Programa Cidade Para Todos.

Fundamentação

A Lei nº 13126, é de autoria do Deputado Cesar Seleme, que criou o programa de remoção de barreiras arquitetônicas ao portador de deficiência “Cidade Para Todos”, e no seu artigo 3º elenca quais são os estabelecimentos que possuem prioridade na remoção e adaptação das barreiras arquitetônicas.

O presente projeto pretende incluir os bancos na relação estabelecida no referido dispositivo da Lei nº 13126/01. Tal pretensão encontra respaldo constitucional tendo em vista o disposto no artigo 65 da Constituição do Estado:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Logo, além da previsão constitucional, também verifica-se que a lei em questão é de autoria do Poder Legislativo, portanto pertence a este a legitimidade para propor alterações.

Conclusão

Diante dos motivos apresentados, e pela constitucionalidade aferida, opina-se pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 10.07.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA
PROJETO DE LEI Nº 439/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, altera o parágrafo 3º do artigo 1º da Lei nº 13126, de 10 de abril de 2001.

É legítima e oportuna a proposição do nobre Deputado, pois vem corrigir uma lacuna deixada pela Lei nº 13126, que não contemplou os bancos (agências bancárias), permitindo a acessibilidade, com segurança, de todas as pessoas a esses locais públicos.

Portanto, nosso parecer é favorável à tramitação do presente projeto, com a maior brevidade possível.

Sala das Comissões, em 13.07.07.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

ITEM 25

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 455/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 021/07, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel ao município de Marmeleiro. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 067/07, de 19/06/07, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 455/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei objetiva autorizar o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Marmeleiro, que será utilizado, exclusivamente, para o funcionamento da Câmara Municipal, consignando que caso lhe seja dado destino diverso, retornará ao patrimônio do estado.

Fundamentação

Acerca da doação de propriedades da administração pública, preceitua a Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social. (grifos nossos)

O projeto está, portanto, em plena consonância com a supracitada disposição constitucional, visto que a doação do imóvel será destinada ao município de Marmeleiro, pessoa jurídica de direito público interno, que o utilizará para o funcionamento adequado da Câmara Municipal.

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Resta, destarte, aferida a legitimidade do Poder Legislativo Estadual para legislar acerca da matéria em exame.

Por derradeiro, quanto à técnica legislativa utilizada, o projeto está em conformidade com os requisitos da Lei Complementar nº 095/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Dessa forma, em sede de análise prévia, opinamos pela aprovação do projeto de lei que ora se analisa.

Sala das Comissões, em 10.07.07

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

MAURO MORAES - Relator

ITEM 26

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 469/07, de autoria do Deputado Teruo Kato, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção Humana Nossa Senhora Aparecida - Solidariedade, com sede e foro no município de Paranaíba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 072/07, de 27/06/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 469/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Teruo Kato, declara de utilidade pública a Associação de Proteção Humana Nossa Senhora Aparecida - Solidariedade, com sede e foro no município de Paranaíba.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.07.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2133, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2136, de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 2138 e 2137, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após o término da presente, conforme requerimento aprovado, de autoria de diversos Srs. Deputados, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 097, 248, 263, 434 e 443/07.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 243, 244, 324, 421 e 467/07.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 310/07, dos Projetos de Lei nºs 321, 340, 399, 414, 436, 439, 455 e 469/07 e do Projeto de Resolução nº 018/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissão

Finanças

COMISSÃO DE FINANÇAS

1ª SESSÃO LEGISLATIVA da 16ª LEGISLATURA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de março de dois mil e sete, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 11:00 horas, sob a presidência do Sr. Deputado Edson Strapasson, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Belinatti, Elio Rusch, Pedro Ivo e Reni Pereira. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, ao mesmo tempo em que agradece a presença de todos. A seguir passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 054/07, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 05/07, que autoriza o Poder Executivo, mediante Decreto, proceder transformação de cargos de provimento em comissão, desde que não haja qualquer aumento na despesa. Relator Deputado Dobrandino da Silva. O Sr. Presidente esclarece que o Sr. Deputado Dobrandino da Silva emitiu parecer Favorável, porém não pode comparecer a reunião, tendo em vista estar realizando uma bateria de exames médicos. Em decorrência dessa situação, solicito ao Sr. Deputado Reni Pereira, que proceda a leitura do parecer. Após a leitura do parecer, o Sr. Presidente colocou o Projeto em discussão. Usaram

da palavra os Srs. Deputados Antonio Belinatti, Elio Rusch, Pedro Ivo, Reni Pereira e ainda o Sr. Presidente. Os Srs. Deputados Elio Rusch e Antonio Belinatti, argumentaram contra o parecer, esclarecendo que se aprovarmos tal matéria, estaríamos tirando poderes deste Parlamento, que já não são muitos. Deixando claro, ao final das explanações que votarão contra o parecer do Relator. Já os Srs. Deputados Reni Pereira e Pedro Ivo, discorreram a favor do parecer, e o Sr. Deputado Reni Pereira argumenta que na CCJ, votou contra o parecer e foi voto vencido, porém nesta Comissão que analisa o aspecto financeiro, observa que na proposta do Governo fica claro que a matéria não tem impacto financeiro. O Sr. Presidente comenta que se o Projeto tem problemas, poderemos melhorá-lo quando da discussão em Plenário. A seguir o Sr. Presidente coloca o Projeto em votação. O Srs. Deputados que são a favor do parecer do Relator, permaneçam como estão, os que são contrários que se manifestem. Observou-se que os Srs. Deputados Reni Pereira e Pedro Ivo votaram a favor do Parecer e os Srs. Deputados Elio Rusch e Antonio Belinatti votaram contra o Parecer. Na seqüência o Sr. Presidente, ao notar o empate, comunica que dará o voto de Minerva. Eu voto a favor do Parecer, ficando o mesmo APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 019/07, de autoria do Deputado Reni Pereira, que regulamenta o disposto no artigo 47 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/06. (Microempre). Relator Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 21/07, de autoria do Deputado Reni Pereira, que determina a cassação da eficácia da inscrição, no Cadastro de Contribuintes do ICMS, na hipótese que especifica. Relator Deputado Luiz Nishimori. O Sr. Presidente solicita ao Sr. Deputado Pedro Ivo que proceda a leitura do parecer, tendo em vista a ausência do Sr. relator. Procedida a mesma o parecer é FAVORÁVEL. Colocado em votação este foi APROVADO. O Sr. Deputado Reni Pereira, solicita a Presidência da Comissão que, se possível oficializa a direção da Casa, no sentido de fazer com que o som das reuniões das comissões chegue até os gabinetes parlamentares, isto é muito importante. A Presidência esclarece que irá proceder estudos neste sentido. O Sr. Presidente comunica aos Srs. Deputados, que conforme já oficiado, nossas reuniões serão sempre as quartas-feiras, às 13:30 horas, nesta sala, e seria bom que os Srs. Deputados agendassem. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
1ª SESSÃO LEGISLATIVA da 16ª LEGISLATURA
1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de março de dois mil e seis, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na

sala de reuniões das comissões, às 13:00 horas, sob a presidência do Sr. Deputado Reni Pereira, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Belinatti, Nereu Moura, Elio Rusch, Luiz Nishimori, contando ainda, com a presença do Sr. Deputado Edgar Bueno. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, ao mesmo tempo em que solicita ao Sr. Deputado Nereu Moura que proceda a leitura da ata da reunião anterior. O Sr. Deputado Elio Rusch solicita a dispensa da leitura da ata, sendo a mesma dispensada e aprovada. O Sr. Deputado Edgar Bueno, solicita ao Sr. Presidente que determine ao setor competente que inclua como autores os demais Deputados signatários do Projeto de Lei que a seguir será analisado por esta Comissão. O Sr. Presidente informa que determinará a assessoria para verificar da possibilidade de proceder ou não as alterações. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 055/07, de autoria dos Deputados Edgar Bueno e Chico Noroeste, que institui a Região Metropolitana de Cascavel e dá outras providências. Relator Deputado LUIZ NISHIMORI. Parecer FAVORÁVEL. O Sr. Deputado Antonio Belinatti, parabeniza a iniciativa dos nobres Deputados autores, pela relevância da matéria e enaltece o fortalecimento daquela região. Na seqüência o Projeto de Lei foi colocado em votação, tendo sido APROVADO por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de abril de dois mil e sete, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 13:30 horas, sob a presidência do Sr. Deputado Edson Strapasson, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Belinatti, Elton Welter, Dobrandino da Silva, Luiz Nishimori, Elio Rusch, e Fernando Carli Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, ao mesmo tempo em que agradece a presença de todos. A seguir passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 043/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a gratuidade para obtenção da segunda via de documentos na forma que menciona. Relator Deputado Elton Welter. Parecer pela devolução da proposição ao seu autor, para que o mesmo instrua o Projeto com o estudo de impacto orçamentário-financeiro. O Sr. Deputado Elio Rusch, solicita vistas da matéria, sendo a mesma deferida. O Sr. Presidente enaltece a iniciativa do autor esclarecendo que a matéria é por demais importante, e que quando da votação em Plenário, poderemos propor algumas alterações,

no sentido de tornar o Projeto ainda melhor. Colocado em votação o parecer, foi o mesmo APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 049/07, de autoria do Sr. Deputado Fabio Camargo, que objetiva instituir preceitos da acessibilidade nas construções, ampliações, reformas ou adequações de edifícios públicos do Estado do Paraná. Relator Deputado Elton Welter. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 173/07, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 010/07, que objetiva fixar, no Estado do Paraná, o Piso Salarial. Relator Deputado Elton Welter. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 094/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que garante ao cidadão paranaense, a transparência dos dados relativos à segurança pública no Estado do Paraná e dá outras providências. Relator Deputado Antonio Belinati. Colocado o parecer em discussão, usaram da palavra os Srs. Deputados Edson Strapasson, Luiz Nishimori e Dobrandino da Silva, discorrendo sobre a importância e relevância da matéria, na medida em que busca dar transparência dos dados relativos a segurança pública, como por exemplo quantos por cento dos inquéritos policiais tem decisão ou não, as dificuldades encontradas pelas Delegacias de Polícia, no que tange a equipamentos e pessoal. Salienta-se ainda, que quando da discussão em Plenário, com certeza poderemos melhorar o conteúdo de tal proposição. O Sr. Deputado Elio Rusch, informa ao Sr. Presidente que havia solicitado vistas do Projeto de Lei nº 043/07, porém, já realizei o devido estudo da matéria e desta forma retiro o meu pedido de vistas da proposição. O Sr. Presidente esclarece que irá proceder a votação do Parecer do Projeto acima mencionado, realizada a mesma constatou-se a aprovação do Parecer do Relator Sr. Deputado ELTON WELTER, transformando o Projeto de Lei em diligência junto ao autor. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e sete, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 13:00 horas, sob a presidência do Sr. Deputado Edson Strapasson, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Belinati, Elton Welter e Fernando Carli Filho. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, ao mesmo tempo em que solicita ao Sr. Deputado Fernando Carli Filho que proceda a leitura da ata da reunião anterior. O Sr. Deputado Antonio Belinati solicita a dispensa da leitura da ata, sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir pas-

sou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 189/07, de autoria do Tribunal de Justiça, que altera os dispositivos que especifica, da Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e dá outras providências. Relator Deputado Luiz Nishimori. Lido pelo Deputado Elton Welter. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 081/07, de autoria do Deputado Kielese Crisóstomo, que torna-se obrigatório no Estado do Paraná a separação de lixo reciclável. Relator Deputado Reni Pereira. Lido pelo Deputado Fernando Carli Filho. Parecer no sentido da devolução da matéria ao seu autor para que cumpra o requisito da Lei de Responsabilidade Fiscal, qual seja, a juntada do impacto econômico financeiro. APROVADO (tem anexo o Projeto de Lei nº 096/07). 03) Projeto de Lei nº 153/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que cria no âmbito do Estado do Paraná, Programa de Incentivo a Implantação de Aquecedores Solares de Água. Relator Deputado Reni Pereira. Lido pelo Deputado Fernando Carli Filho. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 131/07, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 08/07, que extingue a entidade autárquica – Serviço de Loteria do Estado do Paraná – SERLOPAR, vinculada à Casa Civil (extingue e remaneja cargos em comissão à Casa Civil). Relator Deputado Reni Pereira. Lido pelo Deputado Fernando Carli Filho. Parecer sugerindo a baixa em diligência para o autor, para que este apresente de modo detalhado todos os cargos da SERLOPAR, bem como suas remunerações e o saldo financeiro. O Sr. Deputado Antonio Belinati, propõe que seja aprovado o parecer, favorável, tendo em vista, que o objetivo da proposição é a extinção da autarquia, porém, na prática, a mesma não desenvolve mais suas atividades, assevera também, que as discussões sejam feitas em plenário. O Sr. Presidente, salienta, que os dados solicitados pelo Relator, já encontram-se protocolados na Casa, segundo informações do Sr. Márcio, funcionário da Liderança do Governo. Enaltece, ainda, que tais informações, como, número de cargos, suas remunerações e o saldo financeiro, deverão ser apensadas ao Projeto de Lei em questão, antes de constar da pauta em Plenário. O Sr. Presidente coloca em votação a proposta do Deputado Antonio Belinati, sendo, APROVADA POR UNANIMIDADE. 05) Projeto de Lei nº 104/07, de autoria do Deputado Nei Leprevost, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a colocar propaganda publicitária nos materiais escolares que forem distribuídos nas escolas estaduais. Relator Deputado Luiz Nishimori. Lido pelo Deputado Antonio Belinati. O Sr. Deputado Fernando Carli Filho questiona se na proposição existem critérios quanto às publicações. O Sr. Presidente esclarece que o matéria é restritiva quanto a divulgação de propagandas, que sejam ofensivas a moral e aos bons costumes. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 190/07, de autoria do Tribunal de Justiça – Ofício nº 228/07, que cria a Vara de Execuções Penais e Corregedoria nos Presídios na Comarca de Francisco Beltrão, alterando a Lei estadual nº 14.277, de 30/12/03 e

✓ ✍ ✎ ✏ ✕ ✖ ✗ ✘ ✙ ✚ ✛ ✜ ✝ ✞ ✟ ✠ ✡ ✢ ✣ ✤ ✥ ✦ ✧ ✨ ✩ ✪ ✫ ✬ ✭ ✮ ✯ ✰ ✱ ✲ ✳ ✴ ✵ ✶ ✷ ✸ ✹ ✺ ✻ ✼ ✽ ✾ ✿ ✠ ✡ ✢ ✣ ✤ ✥ ✦ ✧ ✨ ✩ ✪ ✫ ✬ ✭ ✮ ✯ ✰ ✱ ✲ ✳ ✴ ✵ ✶ ✷ ✸ ✹ ✺ ✻ ✼ ✽ ✾ ✿

SUMÁRIOS

DIÁRIO Nº 083

7ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	45
Presenças.....	45
Abertura da Sessão	45
Ordem do Dia:	
Discussão/Votação	
Redação Final	46
3ª Discussão	59
2ª Discussão	60
Requerimentos	61

Encerramento da Sessão 61

Publicações:

Comissão Executiva	
Atos	61
Diretoria Geral	
Portarias.....	62
Atas de Comissões	
Obras Públicas, Transportes e	
Comunicação	62
Direitos Humanos e Cidadania..	63
Finanças.....	63
Frente Parl. de Negociações dos	
Potenciais Energéticos.....	66

DIÁRIO Nº 083

7ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 7ª SESSÃO

EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM

16 DE JULHO DE 2007

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Edgar Bueno e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

Às vinte horas e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Dur-

val Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Marcelo Rangel, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Wal-dyr Pugliesi (45).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Fábio Camargo, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Mamede e Pedro Ivo (06).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Alexandre Curi, Mauro Moraes e Osmar Bertoldi (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Requerimento**

REQUERIMENTO N° 2141

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos votados na presente Sessão Plenária e que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) CLEITON KIELSE

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não há oradores inscritos no Pequeno e Grande Expedientes e nem no Horário das Lideranças.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final**ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 097/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que dispõe sobre a urbanização de microbacias nos perímetros urbanos do estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, COPTC e CEMA. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N° 097/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° O território do estado do Paraná é patrimônio natural de seus habitantes e sua conservação e preservação são responsabilidade de todos os cidadãos.

Art. 2° Os loteamentos a serem licenciados pelo Poder Público devem, obrigatoriamente, ser projetados de forma que os cursos hídricos e nascentes existentes na área do loteamento tenham em seu entorno uma área mínima de preservação permanente, conforme especifica o Código Florestal, Lei Federal n° 4771/65. Após esta faixa de preservação de mata ciliar será construída a rua com as pistas de rolagem específicas de acordo com o Plano Diretor de cada município.

Parágrafo Único. Independente das demais sanções legais cabíveis, o não cumprimento do presente artigo injejará embargo do loteamento, podendo dar continuidade ao empreendimento apenas após a devida regularização, ou recuperação da área de preservação permanente.

Art. 3° Os equipamentos públicos, bem como as redes de esgoto, energia elétrica, água, telefonia, e outras, só poderão ser implantadas fora da faixa de preservação permanente dos referidos loteamentos.

Parágrafo Único. A exceção ao *caput* do presente artigo será permitida para obras de transposição em áreas de preservação permanente, desde que se trate de obra essencial e de relevante interesse público, tendo sido devidamente prevista, analisada e aprovada no Plano Diretor do município ou, na ausência deste, pelo órgão municipal de planejamento e ordenamento territorial.

Art. 4° A manutenção da integridade e do equilíbrio físico e biológico das áreas de preservação permanente, quando públicas, será de responsabilidade do Poder Público local e, quando privadas, de responsabilidade dos proprietários.

Art. 5° O Poder Executivo, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, regulamentará a presente lei.

Art. 6° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16.07.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 248/07, de autoria da Deputado Carlos Simões, que dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção permanente do Kit Vida em estabelecimentos e dá outras providências. **Aprovado. (Publ. no DA n° 027/07, de 11/04/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 263/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 014/07, que dispõe asobre as diretrizes para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2008. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N° 263/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo 3°, da Constituição do Estado do Paraná e na Lei Complementar n° 101, de 04

de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do estado do Paraná para o exercício financeiro de 2008, compreendendo:

I - as prioridades da administração pública estadual;

II - a projeção e a apresentação da receita para o exercício;

III - os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;

IV - a estrutura e organização dos orçamentos;

V - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do estado;

VI - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

VII - as disposições relativas às despesas do estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;

VIII - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;

IX - disposições transitórias;

X - demais disposições.

Capítulo I

Das Prioridades da Administração Pública Estadual

Art. 2º As metas e prioridades da administração pública estadual, para o exercício de 2008 serão estabelecidas no projeto de lei do Plano Plurianual relativo ao período de 2008 a 2011, que será encaminhado para apreciação da Assembleia Legislativa até 30 de setembro de 2007.

§ 1º O projeto de lei orçamentária anual será elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do *caput* deste artigo.

§ 2º No projeto de lei orçamentária anual, a destinação dos recursos relativos a programas sociais, definidos no Plano Plurianual, conferirá prioridade às áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.

Capítulo II

Da Projeção e da Apresentação da Receita para o Exercício

Art. 3º A receita de recolhimento centralizado será apresentada, no seu demonstrativo, com a previsão de 100% do ingresso, e com um grupo de receita dedutível, que representa a contribuição do estado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, resultando numa receita total líquida do estado para a fixação de despesas orçamentárias, de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria nº 328, de 27 de agosto de 2001 da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda.

Art. 4º As receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Estadual e de recolhimento descentralizado das

autarquias, órgãos de regime especial, fundos e empresas públicas e sociedades de economia mista dependentes, para fixação das despesas dos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta do exercício de 2008, estão estimadas no valor aproximado de R\$ 17.795.526.500,00 (dezesete bilhões, setecentos e noventa e cinco milhões, quinhentos e vinte e seis mil e quinhentos reais).

Art. 5º As receitas previstas no artigo anterior e conseqüentemente as despesas fixadas com o respectivo valor, serão atualizadas antes do início da execução orçamentária, desde que sejam verificadas alterações nos índices de atualização de preços, a partir de julho de 2007, que justifiquem uma reavaliação da previsão da receita, mediante critérios estabelecidos no próprio projeto de lei orçamentária.

Capítulo III

Dos Critérios para a Distribuição dos Recursos Orçamentários

Art. 6º A elaboração das propostas dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público obedecerá aos seguintes limites percentuais da receita geral do Tesouro Estadual disponível para a fixação da despesa, depois de excluídas as parcelas de transferências constitucionais aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da união e as receitas vinculadas:

I - Poder Legislativo.....5,0%

II - Poder Judiciário.....9,0%

III - Ministério Público até.....4,0%

Parágrafo Único. Do percentual de 5% destinado ao Poder Legislativo, caberá ao Tribunal de Contas o percentual de 1,90%.

Art. 7º O projeto de lei orçamentária para o exercício de 2008 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, para atender as programações dos órgãos do Poder Executivo, após deduzidos os recursos destinados:

I - à transferência das parcelas da receita de recolhimento centralizado, pertencentes aos municípios;

II - aos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público de acordo com os limites percentuais definidos no artigo 6º desta lei;

III - ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

IV - ao pagamento do serviço da dívida;

V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o artigo 205 da Constituição Estadual, da Lei nº 12020, de 9 de janeiro de 1998, que instituiu o Fundo Paraná, do Decreto Estadual nº 1952, de 24 de outubro de 2003 e demais normas legais;

VI - à manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo a no mínimo 30% (trinta por cento), da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências de impostos;

VII - ao pagamento de ações e serviços de saúde, de acordo com a Emenda Constitucional nº 29/00, correspondendo para 2008 a 12% das receitas especificadas; devendo todos esses e demais recursos do SUS serem alocados no Fundo Estadual de Saúde, criado pela Lei Estadual nº 10703 de 10 de janeiro de 1994 e regulamentado pelo Decreto Estadual 4029 de 10 de setembro de 1994.

VIII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;

IX - aos convênios e respectivas contrapartidas, firmados com entidades nacionais e internacionais;

X - às contribuições do estado ao sistema de seguridade funcional, compreendendo os programas de previdência e de serviços médico-hospitalares, conforme legislação em vigor;

XI - ao pagamento de sentenças judiciais;

XII - à reserva de contingência, de acordo com o especificado no artigo 34 desta lei;

XIII - ao Fundo Estadual de Cultura, de acordo com legislação em vigor.

Parágrafo Único. As despesas com ações e serviços de saúde a que se refere o inciso VII são aquelas relativas à promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde, incluindo:

a) Vigilância epidemiológica e controle de doenças;

b) Vigilância sanitária;

c) Vigilância nutricional, controle de deficiência nutricionais, orientação alimentar, e a segurança promovida no âmbito do SUS;

d) Educação para saúde;

e) Saúde do trabalho;

f) Assistência à saúde em todos os níveis de complexidade;

g) Assistência farmacêutica;

h) Atenção à saúde dos povos indígenas;

i) Capacitação de recursos humanos do SUS;

j) Pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico em saúde, promovidos por entidades do SUS;

k) Produção, aquisição e distribuição de insumos setoriais específicos, tais como medicamentos, imunobiológicos, sangue e hemoderivados, e equipamento;

l) Saneamento básico e do meio ambiente, desde que associado ao controle de vetores, a ações próprias de pequenas comunidades ou em nível domiciliar, ou aos Distritos Sanitários Especiais indígenas (DSEI), e outras ações de saneamento a critério do Conselho Nacional de Saúde;

m) Serviços de saúde penitenciários, desde que firmado Termo de Cooperação específico entre os órgãos de saúde e os órgãos responsáveis pela prestação dos referidos serviços;

n) Atenção especial aos portadores de deficiência;

o) Ações administrativas realizadas pelos órgãos de saúde no âmbito do SUS e indispensáveis para a execução das ações indicadas nos itens anteriores.

Art. 8º Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos a cada órgão/unidade, por ocasião da elaboração da proposta orçamentária, tendo em vista a possibilidade de ocorrerem modificações na estrutura administrativa do Poder Executivo, após o encaminhamento do projeto da LDO/08 à Assembléia Legislativa.

Capítulo IV

Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

Art. 9º Para efeito da lei orçamentária, entende-se por:

a) Função: nível máximo de agregação das ações desenvolvidas pelo setor público (nível nacional da funcional programática);

b) Subfunção: nível de agregação de um subconjunto de ações do setor público (nível nacional da funcional programática);

c) Programa: instrumento de organização da ação governamental, que visa proporcionar maior racionalidade e eficiência na administração pública, ampliar a transparência na aplicação dos recursos e produzir uma melhor visão dos resultados e benefícios gerados para a sociedade. Toda a ação do governo é estruturada em programas definidos no Plano Plurianual. Os programas representam o elo de ligação entre o plano e o orçamento. A partir dos programas são identificadas ações sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais (nível estadual da funcional programática);

d) Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo (nível estadual da funcional programática);

e) Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, e concorrem para a manutenção da ação governamental;

f) Operação Especial: conjunto de despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços, representando, basicamente, o detalhamento da função encargos especiais (nível estadual da funcional programática);

g) Modalidade de Aplicação: especificação da forma como os recursos orçamentários serão aplicados pelas unidades orçamentárias na execução das ações;

h) Órgão Orçamentário: constitui a categoria mais elevada da classificação institucional, onde são vinculadas as unidades orçamentárias para desenvolverem um programa de trabalho definido.

i) Unidade Orçamentária: constitui-se num desdobramento de um órgão orçamentário, podendo ser da administração direta, ou da administração indireta em cujo nome a lei orçamentária anual consigna expressamente, dotações com vistas à sua manutenção e à realização de um determinado programa de trabalho.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada projeto, atividade ou operação especial será detalhado por grupo de natureza de despesa, grupo de fonte e modalidade de aplicação.

§ 3º Cada projeto, atividade ou operação especial estará vinculado a uma função e a uma subfunção.

Art. 10. Os orçamentos fiscal e próprio das autarquias, órgãos de regime especial, fundos e empresas públicas e sociedades de economia mista dependentes, discriminarão o programa de trabalho por unidade orçamentária, especificando os grupos de natureza de despesas de cada categoria econômica, a modalidade de aplicação, e o grupo de fonte de recursos.

§ 1º Os grupos de natureza de despesa a que se refere o *caput* deste artigo constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao seu objeto de gasto, conforme a seguir discriminado:

Despesas Correntes

Pessoal e encargos sociais

Juros e encargos da dívida

Outras despesas correntes

Despesas de Capital

Investimentos

Inversões financeiras

Amortização da dívida

§ 2º A modalidade de aplicação a que se refere o *caput* deste artigo destina-se a indicar se os recursos serão aplicados mediante transferência financeira a outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou se mediante transferência financeira a entidades sem fins lucrativos e outras instituições, bem como se serão aplicados diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de governo e observará, o seguinte detalhamento:

I - 20 - Transferências à união;

II - 30 - Transferências à estados e ao distrito federal;

III - 40 - Transferências à municípios;

IV - 50 - Transferências à instituições privadas sem fins lucrativos;

V - 60 - Transferências à instituições privadas com fins lucrativos;

VI - 70 - Transferências à instituições multigovernamentais;

VII - 80 - Transferências ao exterior;

VIII - 90 - Aplicações diretas;

IX - 91 - Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta¹;

X - 99 - A ser definida.

§ 3º Os grupos de fontes de recursos a que se refere o *caput* deste artigo constituem a agregação de fontes conforme discriminação a seguir:

Grupo 01 - Recursos Próprios do Tesouro - compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 100 - Ordinário não vinculado;

Fonte 102 - Receita condicionada da contribuição do servidor público;

Fonte 103 - Receita condicionada da LC nº 87/96;

Fonte 104 - Cota-parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE;

Fonte 105 - Resultado da exploração de recursos hídricos, petróleo, gás natural e outros;

Fonte 106 - Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná - FEPGE/PR;

Fonte 108- Receita de alienação de outros bens móveis;

Fonte 109 - Recursos provenientes de percentual sobre a venda de bilhetes de passagens intermunicipais para ações voltadas à criança e ao adolescente;

Fonte 111 - Indenização pelo excedente da amortização de bens reversíveis em encampação de rodovias;

Fonte 112 - Retornos dos Programas PROSAM/PEDU/PARANASAN;

Fonte 117 - Transferência da união - SUS;

Fonte 123 - Renda do fundo penitenciário;

Fonte 124 - Multas e taxas de Saúde Pública - FUNSAUDE;

Fonte 125 - Venda de ações e/ou devolução de créditos ou de capital subscrito ou não;

Fonte 126 - Contribuições compulsórias para a Previdência Social;

Fonte 127 - Multas e taxas de defesa sanitária - FEAP;

Fonte 128 - Fundo de Reequipamento do Fisco - FUNREFISCO;

Fonte 129 - Taxas de polícia - FUNRESPOL;

Fonte 131 - Programa de assistência ao menor e de natureza social - Lei nº 11091/95;

Fonte 132 - Pesquisa científica e tecnológica;

Fonte 138 - Taxa ambiental;

Fonte 139 - Fundo de Modernização da Polícia Militar - FUMPM;

1. Modalidade da aplicação de uso restrito, sujeito a orientação do órgão central do orçamento

Fonte 141 - Retorno de programas especiais - FDU;

Fonte 146 - Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná - FUNCB;

Fonte 147 - Receitas de outras fontes recolhidas ao Tesouro Geral do estado por determinação legal.

Grupo 09 - Convênios do Tesouro - compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 107 - Convênios com órgãos federais;

Fonte 133 - Transferência e convênios com o exterior;

Fonte 148 - Outros convênios.

Grupo 15 - Operações de Crédito do Tesouro - compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 120 - Operações de crédito internas;

Fonte 130 - Operação de crédito externa - Paraná 12 Meses/BIRD;

Fonte 136 - Operação de crédito externa, PROEM/BID;

Fonte 137 - Operação de crédito externa - Paraná Urbano II/BID;

Fonte 140 - Operação de crédito externa - Saneamento ambiental - PARANASAN/JBIC;

Fonte 142 - Operação de crédito externa - Paraná 12 Meses - Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável - PRODESUS/BIRD;

Fonte 143 - Outras operações de crédito externas.

Grupo 16 - Salário Educação - compreendendo a seguinte fonte:

Fonte 116 - Transferência de recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Grupo 45 - FUNDEB - compreendendo a seguinte fonte:

Fonte 145 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

Grupo 95 - Recursos de Outras Fontes - compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 250 - Diretamente arrecadados;

Fonte 251 - Operação de crédito interna;

Fonte 252 - Operação de crédito externa;

Fonte 253 - Cota-parte das rendas das loterias estaduais;

Fonte 254 - Multa por infração ao Código de Trânsito Brasileiro - FUNRESTRAN;

Fonte 256 - Reposição florestal - SERFLOR;

Fonte 270 - Aumento de capital social;

Fonte 281 - Transferências e convênios com órgãos federais;

Fonte 283 - Transferências e convênios com o exterior;

Fonte 284 - Outros convênios/Outras transferências.

Art. 11. O orçamento de investimento das empresas públicas e sociedades de economia mista não depen-

dentes terá o seu programa de trabalho e a discriminação da despesa destacados por projeto/atividade segundo a mesma classificação funcional-programática adotada nos demais orçamentos e será apresentado no Anexo IV do projeto de lei orçamentária anual.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos orçamentos, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do estado, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal, ocorridas após o encaminhamento da LDO/08 à Assembléia Legislativa.

Art. 13. O programa de obras será apresentado, no anexo V do projeto de lei orçamentária anual, por unidade orçamentária, por projeto ou atividade, com classificação das obras por ordem de prioridade de forma detalhada e individualizada com seus respectivos custos, em cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo 7º da Constituição do Estado do Paraná.

Parágrafo Único. As obras iniciadas no exercício anterior terão prioridade na aplicação dos recursos, devendo ser identificadas no anexo V, pelo indicativo (A) em andamento.

Art. 14. O projeto de lei orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhar à Assembléia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no artigo 22, inciso III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado, conterá:

I - exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do estado e outras informações consideradas relevantes à análise da proposta orçamentária;

II - texto da lei;

III - anexo I contendo a legislação da receita de recolhimento centralizado e descentralizado e quadros resumos das receitas referentes ao orçamento fiscal, ao orçamento próprio da administração indireta e ao orçamento de investimento das empresas públicas e sociedades de economia mista não dependentes;

IV - anexo II contendo resumos gerais das despesas dos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta;

V - anexo III contendo o orçamento fiscal, composto pelos orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público e os orçamentos próprios das autarquias, órgãos de regime especial, fundos e empresas públicas e sociedades de economia mista dependentes, a que se refere o artigo 133, parágrafo 6º, incisos I e II da Constituição Estadual;

VI - anexo IV contendo o orçamento de investimento das empresas públicas e sociedades de economia mista não dependentes, a que se refere o artigo 133, parágrafo 6º, inciso III da Constituição Estadual;

VII - anexo V contendo o programa de obras das unidades orçamentárias, conforme o disposto no artigo 133, parágrafo 7º da Constituição do Estado do Paraná;

VIII - anexo VI contendo o demonstrativo das vinculações constitucionais e legais.

IX - anexo VII as proposições parlamentares relativas às emendas à despesa;

X - anexo VIII as proposições parlamentares relativas às emendas ao conteúdo programático; e

XI - anexo IX os cancelamentos efetuados para suportarem as emendas à despesa.

Capítulo V

Das Diretrizes Gerais para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Estado

Art. 15. A elaboração do projeto de lei, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2008 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no anexo de metas fiscais que integra a presente lei, além dos parâmetros da receita corrente líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

§ 1º O Poder Executivo deverá estabelecer uma programação orçamentário-financeira, visando cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

§ 2º O Poder Executivo, por ocasião da elaboração da proposta de Lei Orçamentária, deverá realizar audiências públicas em todas as regiões administrativas do estado do Paraná, em horários e locais que assegurem a participação dos cidadãos.

Art. 16. Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior a realização das receitas, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder e do Ministério Público.

§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

§ 3º No caso dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput* deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros a serem repassados, segundo a realização efetiva das receitas no bimestre.

Art. 17. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 20 de setembro de 2007, para a consolidação do orçamento geral do estado.

Art. 18. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites percentuais, de forma a garantir o fechamento do orçamento geral do estado.

Art. 19. As despesas de programas custeados com financiamento em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio vigente em 30 de junho de 2007.

Art. 20. A parcela das transferências constitucionais aos municípios, incorporadas na receita centralizada do Tesouro Estadual, será programada na despesa da administração geral do estado - recursos sob supervisão da SEFA.

Art. 21. Na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;

III - incluídas despesas a título de investimento em regime de execução especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do artigo 167, parágrafo 3º da Constituição Federal e do artigo 135, parágrafo 2º da Constituição Estadual;

IV - classificadas como atividades, dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo, bem como, classificadas como projetos, ações de duração continuada;

V - incluídas em projetos ou atividades, despesas caracterizadas como operações especiais;

VI - fixadas despesas com valores simbólicos;

VII - incluídas despesas decorrentes de “transferências de recursos financeiros de entidades pertencentes à administração pública estadual”, ou seja de transferências dentro da mesma esfera de governo (vedada duplicidade de receita).

Art. 22. As receitas dos órgãos e entidades controlados direta ou indiretamente pelo estado, serão programadas para atender prioritariamente as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo Único. Incluem-se nas receitas citadas no *caput* deste artigo, as receitas de arrecadação própria das autarquias, órgãos de regime especial, fundos e empresas públicas e sociedades de economia mista dependentes.

Art. 23. Os recursos do Tesouro Geral do Estado, destinados às autarquias, órgãos de regime especial, fundos e das empresas públicas e sociedades de economia mista dependentes não comporão o demonstrativo de receitas próprias destas entidades, para evitar duplicidade, apenas serão demonstrados na sua totalidade, como repasses de recursos do tesouro estadual, de forma a facilitar o entendimento da apresentação do programa de trabalho com seus custos.

Art. 24. O orçamento fiscal conterá projetos/atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as empresas públicas e sociedades de economia mista não dependentes, que receberão recursos do estado e apresentarão apenas o seu orçamento de investimento.

Art. 25. O orçamento de investimento das empresas públicas e sociedades de economia mista não dependentes compreenderão as receitas oriundas do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta Investimento.

Art. 26. A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do projeto de lei orçamentária anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2008 a 2011.

Art. 27. As despesas destinadas ao pagamento de sentenças judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em operações especiais específicas nas unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos e na administração geral do estado - recursos sob supervisão da SEFA.

Parágrafo Único. Os órgãos e as unidades encaminharão ao Executivo (Comissão de Análise e Controle de Pagamentos Judiciais), até o dia 20 de julho de 2007, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 1º de julho de 2007, a serem incluídos no orçamento de 2008, especificando:

- I - número da ação originária;
- II - número do precatório;
- III - tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- IV - enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- V - data da inscrição do precatório no órgão/unidade;
- VI - valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 2007, conforme artigo 98, parágrafo 5º da Constituição do Estado do Paraná);

VII - cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

Art. 28. Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer desvinculação por lei.

§ 1º A lei orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação todos os recursos de transferências intergovernamentais, inclusive os oriundos de convênios.

§ 2º A execução orçamentária de despesas provenientes de acordos, convênios ou atos similares intragovernamentais, serão realizadas no Poder Executivo, excluídas as entidades estaduais prestadoras finais de serviços, por meio de movimentação de crédito, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e na Portaria nº 328 STN, de 27 de agosto de 2001 e Decreto Estadual nº 5265, de 25 de janeiro de 2002, e demais normas em vigor, ficando facultada aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público a sua utilização.

Art. 29. O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, por órgãos, agrupando-se as fontes vinculadas e não vinculadas, após a publicação da lei orçamentária anual.

Art. 30. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, ficando vedada a aplicação do artigo 78, parágrafo 2º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 30, em relação às receitas tributárias, por força da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 31. O saldo financeiro verificado em 31 de dezembro de 2007, proveniente da diferença, entre as cotas liberadas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada, no âmbito do Poder Executivo, deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado até 31 de janeiro de 2008.

Art. 32. O Poder Executivo poderá utilizar os recursos de superávit financeiro apurados nos balanços das unidades da administração indireta do Poder Executivo para atender programas prioritários de governo.

Art. 33. A lei orçamentária anual poderá conter reserva de contingência com montante definido com base na receita corrente líquida, para o atendimento de passi-

vos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevisíveis.

Art. 34. O projeto de lei orçamentária para o exercício de 2008, poderá conter autorização de abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 5% (cinco por cento) do valor da receita líquida para a fixação da despesa para o exercício, nas formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320/64, executando-se as dotações vinculadas suportadas por recursos provenientes de Convênios, Acordos Nacionais, e com Agentes Financeiros Internacionais, tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados para o exercício.

Parágrafo Único. É vedada a concessão de abertura de créditos ilimitados, nos termos do inciso VII do artigo 167 e 135 das Constituições Federal e Estadual, respectivamente.

Capítulo VI

Das Disposições sobre as Alterações na Legislação Tributária

Art. 35. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária anual serão considerados os efeitos de alterações na legislação tributária até 31 de dezembro de 2007, em especial;

I - as modificações na legislação tributária, decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;

II - a concessão e redução de isenções fiscais;

III - a revisão de alíquota dos tributos de competência; e

IV - aperfeiçoamento da cobrança da dívida ativa do estado.

§ 1º Para fins deste artigo dever-se-á observar o disposto no artigo 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 2º Do cálculo da receita corrente líquida serão excluídos os valores referentes a diferimento ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o artigo 14, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Capítulo VII

Das Disposições Relativas às Despesas do Estado com Pessoal e Encargos Sociais e outras Despesas Correntes, com base na Receita Corrente Líquida

Art. 36. No exercício financeiro de 2008 as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% (sessenta por cento) das receitas correntes líquidas estaduais, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º Os órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2º A repartição dos limites globais, de acordo com o artigo 20, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, não poderá exceder os seguintes percentuais:

a) 3% (três por cento) das receitas correntes líquidas estaduais para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas;

b) 6% (seis por cento) das receitas correntes líquidas estaduais para o Poder Judiciário;

c) 49% (quarenta e nove por cento) das receitas correntes líquidas estaduais para o Poder Executivo;

d) 2% (dois por cento) das receitas correntes líquidas estaduais para o Ministério Público Estadual.

§ 3º O estado concederá reposição e alteração salarial desde que respeitados os limites estabelecidos na lei de responsabilidade fiscal e com as ressalvas previstas no artigo 22, parágrafo único, item I da referida lei.

§ 4º O estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no artigo 37, X da Constituição Federal, por ocasião da data base dos servidores fixados em lei em 1º de maio, reajustará os vencimentos, proventos, pensões e demais vantagens dos servidores públicos ativos, aposentados e pensionistas, no mínimo em percentual equivalente ao INPC/IBGE acumulado nos últimos 12 meses que antecedem à data base dos servidores públicos do estado do Paraná.

Art. 37. O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo será estabelecido dentro de um limite de gastos considerado necessário para manter o ajuste fiscal do estado.

Capítulo VIII

Das Disposições Relativas à Destinação de Recursos Provenientes de Operações de Crédito

Art. 38. O valor das operações de crédito orçado para o exercício não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento.

Parágrafo Único. As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 39. As coordenações dos programas financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que o valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2008, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida que o estado pode oferecer.

Art. 40. A Agência de Fomento do Paraná S.A., que tem por objetivo proporcionar suprimento dos recursos financeiros de curto e médio prazos, pertinentes aos programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do estado do Paraná, observará as seguintes prioridades:

I - impulsionar a política de emprego e geração de renda no território paranaense, com a concessão de microcrédito ao empreendedor agrícola, industrial e comercial;

II - ampliar oportunidades às pessoas que não têm acesso as formas tradicionais de financiamento, até mesmo para aquelas que trabalhem na informalidade;

III - fomentar investimentos em atividades no setor de turismo;

IV - prestar assistência financeira aos planos e ações de promoção ao desenvolvimento urbano, regional e municipal;

V - promover a recuperação dos ativos sob sua custódia.

VI - fomentar e apoiar projetos destinados a implantação e desenvolvimento de iniciativas econômicas de natureza solidária e cooperativa e participativa, nas áreas de produção, distribuição e consumo;

VII - fomento à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica, à melhoria da competitividade da economia, à estruturação de unidades e sistemas produtivos orientados para o fortalecimento do MERCOSUL e à geração de empregos;

§ 1º O Poder Executivo deverá enviar à Assembleia Legislativa, em até 15 (quinze) dias após o encaminhamento da proposta de lei orçamentária, plano de aplicação dos recursos dos entes de fomento referidos no *caput*, contendo o executado nos dois últimos exercícios, o previsto para 2005 e o estimado para 2006, detalhado na forma do § 4º.

§ 2º Integrarão o relatório de que trata o artigo 165, parágrafo 3º, da Constituição Federal, demonstrativos consolidados por agência e/ou ente de fomento, relativos a empréstimos e financiamentos, dos quais constarão as aplicações no período, inclusive a fundo perdido, os recebimentos no período e os saldos atuais, discriminando-se o total, setor de atividade, origem dos recursos aplicados e porte do tomador.

§ 3º A elaboração dos demonstrativos a que se refere o parágrafo 2º e o plano de aplicação de que trata o parágrafo 1º deverão observar os seguintes critérios:

a) a definição do porte do tomador levará em conta a classificação adotada e papel do Agente Financiador;

b) os empréstimos e financiamentos deverão ser apresentados e evidenciando, separadamente, o fluxo das aplicações (empréstimos e financiamentos concedidos, menos amortizações) e os empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos;

c) a metodologia deve explicitar, tanto para o fluxo das aplicações, quanto para os empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos, a composição dos: Recursos Próprios; Recursos do Tesouro; Recursos de Outras Fontes.

§ 4º Os entes de fomento e desenvolvimento referente neste artigo deverão manter atualizados na internet relatórios de suas operações de crédito consoante as determinações constante do parágrafo 2º.

Capítulo IX

Disposições Transitórias

Art. 41. O projeto de lei orçamentária anual para o exercício de 2008, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

Capítulo X

Demais Disposições

Art. 42. As emendas ao projeto de lei orçamentária anual deverão ser elaboradas de conformidade com o disposto no artigo 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º Não poderão ser cancelados recursos correspondentes a pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, transferências constitucionais aos municípios, precatórios, obrigações tributárias e contributivas, fontes vinculadas, contrapartidas de programas financiados e manutenção mínima dos órgãos e unidades da administração pública, para se constituírem em recursos de emendas à despesa.

§ 2º Cada emenda à despesa deverá apresentar a indicação do montante de recursos e a indicação da consequente programação cancelada.

Art. 43. O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembleia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da lei orçamentária anual, os quadros de detalhamento de despesa (QDD), por projetos, atividades e operações especiais, dos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta, com os valores corrigidos, na forma do disposto no artigo 5º desta lei.

Art. 44. O Poder Executivo visando a realização da audiência pública, prevista no artigo 9º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, encaminhará à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas no prazo de até 5 (cinco) dias úteis antes da audiência: relatórios de avaliação do cumprimento das metas fiscais - Anexo I - desta lei, com as justificativas de eventuais desvios e indicação das medidas corretivas adotadas, da Dívida Pública atualizada; dos limites constitucionais relativos a Gastos com Saúde e Educação comparando-se previsão e execução; dos limites de pessoal e endividamento; das ações previstas nos artigos 41, 42 e 43 desta lei, entre outras.

Art. 45. O Poder Executivo divulgará na internet, ao menos:

I - as estimativas das receitas de que trata o artigo 12, parágrafo 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

II - a lei orçamentária anual e seus anexos;

III - a execução orçamentária com o detalhamento das ações, por Órgão e Unidade, por função, sub-função e programa mensalmente e de forma acumulada;

IV - relatório contendo dados gerenciais referentes à execução do Plano Plurianual;

V - até o vigésimo dia de cada mês, relatório comparando a arrecadação mensal realizada até o mês anterior das receitas do orçamento fiscal e próprio da Administração Indireta as dos Sistema Previdenciário do Estado, com as respectivas estimativas mensais constantes dos demonstrativos encaminhados juntamente com a proposta de lei orçamentária, bem como de eventuais reestimativas;

VI - até o vigésimo quinto dia de cada mês, relatório comparando a receita realizada com a prevista na lei orçamentária e no cronograma de arrecadação, mês a mês e acumulada.

Art. 46. Integram a presente lei, de acordo com o disposto no artigo 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

Art. 47. Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.

Art. 48. Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real patrimônio líquido do estado.

Art. 49. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16.07.07.

(aa) BETI PAVIN - Presidente
NEREU MOURA - Relator

ANEXO I - METAS FISCAIS

1. Avaliação do cumprimento das Metas Relativas ao Ano Anterior

Na execução orçamentária e financeira do exercício de 2006, procurou-se dar continuidade ao processo de equilíbrio das contas públicas estaduais.

A execução orçamentária do exercício de 2006, obedeceu critérios para liberação dos recursos, estabelecidos no Decreto nº 6023, de 18 de janeiro de 2006, observando as estimativas de ingresso de receita, bem como, os preceitos do Decreto nº 7088, de 17 de agosto de 2006, que determinou que as solicitações para abertura de procedimentos licitatórios fossem acompanhadas de Declaração de Disponibilidade Financeira, emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda.

No exercício financeiro de 2006 as Receitas não Financeiras, ou seja as receitas totais, excluídas as operações de crédito, as amortizações de empréstimo, as receitas de alienação de ativos e as receitas provenientes de remuneração de depósitos bancários, tiveram um decréscimo de 0,48% em relação aos valores previstos na LDO/2006.

As Despesas não Financeiras, ou seja, as despesas totais do exercício, excluídas aquelas referentes a juros e amortização da dívida, tiveram um acréscimo de 0,59%.

Em decorrência das variações ocorridas entre o valor previsto na LDO e o resultado realizado nas Receitas não Financeiras e Despesas não Financeiras, a meta do Resultado Primário realizado no exercício, ficou reduzida em 26,44% (ver tabela1).

TABELA 1 - METAS FISCAIS RELATIVAS A 2006		
Discriminação	Previsto (em R\$ 1000)	Realizado (em R\$ 1000)
Receita Não Financeira	14.362.650	14.293.472
Despesa Não Financeira	13.795.269	13.876.121
Resultado Primário	567.7381	417.352

As tabelas 2 e 3 a seguir resumem o desempenho das metas fiscais realizadas em 2004 a 2006 e reprogra-

mas para 2007.

TABELA 2 - METAS FISCAIS 2004-07 - PREÇOS CORRENTES - EM R\$ 1000				
Discriminação	2004	2005	2006	(1) 2007
I. Resultado Primário Indicado na LDO	891.517	897.003	587.381	638.621
II. Resultado Primário Obtido	781.015	774.853	417.352	910.500
III. Resultado Obtido - Indicado (II - I)	-110.502	-122.150	-170.029	271.879
IV. Resultado Nominal Obtido	610.158	911.570	457.950	716.025

TABELA 2 - METAS FISCAIS 2004-07 - PREÇOS CORRENTES - EM R\$ 1000

Discriminação	2004	2005	2006	(1) 2007
Fonte: SEFA/SEPL (1): Reprogramado				

TABELA 3 - METAS FISCAIS 2004-07 - PREÇOS CONSTANTES DE 2007 - EM R\$ 1000

Discriminação	2004	2005	2006	(1) 2007
I. Resultado Primário Indicado na LDO	1.045.690	977.811	605.825	638.621
II. Resultado Primário Obtido	916.078	844.657	430.457	910.500
III. Resultado Obtido - Meta (II - I)	-129.611	-133.154	-175.368	271.879
IV. Resultado Nominal Obtido	715.675	993.690	472.330	716.025
Fonte: SEFA/SEPL (1): Reprogramado				

O esforço do estado do Paraná em se adequar ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal aderido em outubro de 1998, tem sido demonstrado nos constantes superávits primários verificados no decorrer dos exercícios, apesar de inferiores aos previstos nas LDOs de 2004 a 2006.

2. Demonstração das Metas Fiscais Anuais

A tabela a seguir demonstra o cenário relativo aos principais indicadores econômicos utilizados na demonstração das metas fiscais para o período de 2004 a 2010.

TABELA 4 - INDICADORES ECONÔMICOS DO PERÍODO DE 2004 A 2010

Indicador	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
PIB do Brasil (variação %)	5,70	2,90	3,70	3,90	3,90	4,00	4,00
PIB do Paraná (variação %)	3,20	0,30	4,00	4,50	4,00	4,00	4,00
Inflação, IPCA (variação %)	7,60	5,69	3,14	3,86	4,00	4,00	4,00
Taxa de Câmbio previsão 31/03 BC (R\$/US\$)	2,65	2,34	2,20	2,10	2,17	2,24	2,30
Fonte: Banco Central, IPARDES/SEPL							

É importante destacar que a garantia de investimentos só será possível com o esforço em continuar a política fiscal assumida pelo estado para os próximos exercícios, ou seja, de manter os superávits primários.

A previsão de superávits primários para o período de 2008 a 2010, na média de 0,49% do PIB do Paraná, supõe:

a) a retomada do crescimento sustentável da economia do estado;

b) o incremento das receitas não financeiras;

c) a continuidade do programa de Ajuste Fiscal firmado com o Governo Federal;

d) a continuidade do controle sobre as despesas de manutenção da administração estadual.

As tabelas 5 e 6 apresentam, de forma resumida as metas fiscais para o período de 2008 a 2010, a preços correntes e constantes de 2007.

TABELA 5 - METAS FISCAIS PARA O PERÍODO 2007-10					Preços Correntes R\$ 1.000			
Discriminação	2007		2008		2009		2010	
	R\$ 1.000	%PIB	R\$ 1.000	%PIB	R\$ 1.000	%PIB	R\$ 1.000	%PIB
I. Receitas Não Financeiras	14.862.260	11,13%	16.230.470	11,24%	17.141.112	10,97%	18.080.058	10,70%
II. Despesas Não Financeiras	13.951.760	10,45%	15.488.473	10,72%	16.339.290	10,46%	17.305.717	10,24%
III. Resultado Primário	910.500	0,68%	741.997	0,51%	801.822	0,51%	774.341	0,46%
IV. Saldo Devedor da Dívida	14.492.220	10,85%	13.726.263	9,50%	13.781.195	8,82%	13.837.079	8,19%
V. Resultado Nominal	716.025	0,54%	-765.957	-0,53%	54.931	0,04%	55.885	0,03%
Fonte: SEPL/SEFA								
Nota: O Resultado Nominal de 2008 aparece como negativo em virtude da previsão do pagamento da dívida do BANESTADO.								

TABELA 6 - METAS FISCAIS PARA O PERÍODO 2007-10					Preços Constantes de 2007			
Discriminação	2007		2008		2009		2010	
	R\$ 1.000	%PIB	R\$ 1.000	%PIB	R\$ 1.000	%PIB	R\$ 1.000	%PIB
I. Receitas Não Financeiras	14.862.260	11,13%	15.648.323	11,24%	15.890.675	10,97%	16.116.467	10,70%
II. Despesas Não Financeiras	13.951.760	10,45%	14.932.940	10,72%	15.147.346	10,46%	15.426.224	10,24%
III. Resultado Primário	910.500	0,68%	715.383	0,51%	743.329	0,51%	690.243	0,46%
IV. Saldo Devedor da Dívida	14.492.220	10,85%	13.233.936	9,50%	12.775.862	8,82%	12.334.298	8,19%
V. Resultado Nominal	716.025	0,54%	-738.484	-0,53%	50.924	0,04%	49.816	0,03%
Fonte: SEPL/SEFA								
Nota: O Resultado Nominal de 2008 aparece como negativo em virtude da previsão do pagamento da dívida do BANESTADO.								

3. Evolução do Patrimônio Líquido

A tabela a seguir apresenta o Saldo Patrimonial Líquido apurado pelo estado no período de 2004 a 2006.

O Saldo Patrimonial expressa o resultado do confronto entre o Ativo Real e o Passivo Real.

TABELA 7 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS			
Patrimônio Líquido	2006 (R\$ 1.000)	2005 (R\$ 1.000)	2004 (R\$ 1.000)
Ativo Financeiro	1.741.229	1.887.572	1.594.429
Ativo Permanente	11.098.714	9.963.453	18.721.198
Soma do Ativo Real	12.839.943	11.851.025	20.315.627
Passivo Financeiro	2.752.458	4.338.330	4.087.386
Passivo Permanente	16.297.912	15.602.631	14.073.289
Soma do Passivo Real	19.050.370	19.940.961	18.160.675
Saldo Patrimonial	-6.210.427	-8.089.936	2.154.952

4. Avaliação da Situação Financeira e Atuarial

O ativo total da ParanaPrevidência, em dezembro de 2005, atingiu o montante de R\$ 3,997 bilhões e em dezembro de 2006, registrou o valor de R\$ 4,568 bilhões.

O programa de Investimentos do Fundo Previden-

ciário que correspondia a R\$ 3,183 bilhões em dezembro de 2005, registrou o valor de R\$ 3,439 bilhões em dezembro de 2006.

A situação atuarial da ParanaPrevidência em dezembro de 2006, está representada pelo quadro abaixo:

TABELA 8 - RESERVAS MATEMÁTICAS ESTIMADAS EM 31/12/2005 E 31/12/2006			Em R\$ 1,00
Capítulo 2 Matemáticas	Reservas	Capítulo 3 2005	Capítulo 4 2006
(1) Benefícios Concedidos		1.422.902.182,00	1.811.281.216,43
(2) Benefícios a Conceder		3.467.681.733,00	6.288.027.567,79
(3)=(1)+(2) Benefícios Concedidos e a Conceder		4.890.583.915,00	8.099.308.784,22
(4) Reserva a Amortizar de Serviços Passados		(1.917.298.275,00)	(3.424.004.835,00)
(5)=(3)+(4) Reservas Matemáticas		2.973.285.640,00	4.675.303.949,22
(6)=(7)-(5) Resultado Técnico		244.448.903,92	(302.139.788,31)
(7) Ativo Líquido do fundo de Previdência		3.217.734.543,92	4.373.164.160,91
Nota: Os valores das reservas são passíveis de ajuste futuro pelo consultor atuarial externo.			

Embora o quadro acima apresente resultado técnico negativo no exercício de 2006, de R\$ 302.139.788,31 (trezentos e dois milhões, cento e trinta e nove mil, setecentos e oitenta e oito reais e trinta e um centavos), a ParanaPrevidência, mantém o Plano de Custeio Atuarial Original, principalmente tendo em vista o disposto na nota técnica SEAP/DSF-NT004/05, de 14 de fevereiro de 2005, onde o Governo do Estado do Paraná se mantém firme no propósito de que na ausência de qualquer contribuição prevista no Plano de Custeio Original, relativamente aos segurados ativos, inativos e pensionistas, será suportada por uma contribuição de igual valor por parte do estado, e acrescida naturalmente, da contrapartida do estado na relação contributiva definida.

Igualmente, cabe informar que a ParanaPrevidência tem parte de sua carteira de investimentos, atrelada a títulos inegociáveis, representando por Certificados Financeiros do Tesouro - CFTs, indexados ao dólar, que foi marcada no exercício de 2006 pela valorização cambial de 8,52%, do real frente à moeda americana, repercutindo negativamente no resultado destes investimentos, entretanto, a rentabilidade nominal da Carteira de Títulos do Programa Previdenciário, já expurgado o efeito dos CFTs foi de 95,89% do CDI, ou 4,29% acima da meta

atuaria.

Além dos recursos investidos no mercado financeiro, o Fundo Previdenciário possui uma Carteira de Imóveis, oriunda do antigo Instituto de Previdência do Estado, que representa R\$ 34,7 milhões, com base nos valores de dezembro de 2006, composta por vários imóveis, sendo prédios, casas, áreas, quase todos com contrato de locação vigente e outros com providências tomadas, visando a sua locação para tornar o imóvel rentável ao Fundo Previdenciário.

5. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

São consideradas despesas obrigatórias de caráter continuado as despesas correntes derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente público a obrigação legal de sua execução, por um período superior a dois exercícios (artigo 17 da Lei Complementar nº 101/00).

Estas despesas, por apresentarem caráter de acréscimo permanente, somente podem ser financiadas por acréscimos permanentes de arrecadação.

A tabela a seguir apresenta a margem de expansão para o exercício de 2008.

TABELA 9 - SALDO DA MARGEM DE EXPANSÃO EM 2008. EM R\$ 1000	
Discriminação	2008
1. Arrecadação de Tributos e Contribuições	863.142
2. Transferências Constitucionais e Legais	253.663

TABELA 9 - SALDO DA MARGEM DE EXPANSÃO EM 2008. EM R\$ 1000

Discriminação	2008
3. Saldo (1-2)	609.479
4. Saldo já utilizado	607.501
Pessoal (Reestruturações, Promoções, Passivos e etc.)	530.758
Manutenção de Novas Penitenciárias e Educandários em Implantação	31.115
Precatórias	5.769
PASEP	11.837
5. Margem de Expansão	30.000

ANEXO II - RISCOS FISCAIS

A previsão da Receita de Recolhimento Centralizado para o exercício de 2008 conta com riscos fiscais decorrentes da não definição da reforma tributária.

Todo o valor referente a Lei Complementar nº 087/96 - Lei Kandir, alterada pela Lei Complementar nº 115, de 26 de dezembro de 2002, também se enquadra na situação de risco fiscal, tendo em vista a não regulamentação definitiva, até o momento, do artigo 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Incluído pela Emenda Constitucional nº 042, de 19 de dezembro de 2003).

Os temas expostos nos parágrafos anteriores não foram regulamentados até a data do encaminhamento deste projeto de lei.

O ICMS é um tributo de competência estadual, que possui legislação própria em cada estado da federação. Apesar dos avanços, muitas questões são objeto de discussão, especialmente aquela que diz respeito sobre a cobrança do tributo na origem ou no destino da mercadoria, o que pode causar impacto financeiro para os estados, com redução ou crescimento na sua arrecadação, em decorrência das alternativas possíveis em sua aplicação.

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 434/07, de autoria do Deputado Durval Amaral, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Alfons Gardemann. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 434/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Alfons Gardemann.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 17.07.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

ANTONIO BELINATI - Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 443/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que dispõe sobre a criação do Dia do Rio Ivaí, a ser comemorado no dia 21 de abril. **Aprovado. (Publ. no DA nº 066/07, de 18/06/07, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão**ITEM 06**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 243/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 012/07, que altera a Lei nº 11580, de 14 de novembro de 1996 (ICMS). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 244/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 013/07, que dispensa o pagamento de créditos tributários, ajuizados ou não, relativos ao IPVA, dos veículos baixados pelo DETRAN/PR, até 31 de dezembro de 2007, e leiloados na condição de sucata por qualquer órgão público. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 08

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 324/07, de autoria do Deputado Plauto Miró, que dispõe sobre o tempo razoável de espera, bem como atendimento preferencial em agências lotéricas, que prestem serviços bancários no estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CICTM. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR

NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 09

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 421/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 019/07, que estabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos poderes do estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 10

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 467/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 022/07. Fica alterada a denominação da Secretaria de Estado da Criança - SECR, a que se refere o artigo 1º da Lei nº 15347, de 22 de dezembro de 2006, para Secretaria de Estado da Criança e Juventude - SECJ. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

2ª Discussão

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 310/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que altera a redação do artigo 1º da Lei Complementar nº 083/98 - Região Metropolitana de Maringá. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CAM E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CF.

Sobre o referido projeto, emendas de plenário, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 01 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 310/07

O artigo 1º, do Projeto de Lei Complementar nº 310/07, passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º O artigo 1º da Lei Complementar nº 083, de 17 de julho de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 110, de 25 de agosto de 2005, que institui a Região Metropolitana de Maringá, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituída, na forma do artigo 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Maringá, constituída pelos municípios de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paçandu, Ângulo, Iguaçu, Mandaguaçu, Floresta, Dr. Camargo, Itambé, Astorga, Ivatuba, Jandaia do Sul, Lobato, Santa Fé e Flórida”.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) CLEITON KIELSE

Apoiamento:

Péricles de Mello, Professor Luizão, Beti Pavin e Dobrandino da Silva.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 02 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 310/07

O artigo 1º, do Projeto de Lei Complementar nº 310/07, passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º O artigo 1º da Lei Complementar nº 083, de 17 de julho de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 110, de 25 de agosto de 2005, que institui a Região Metropolitana de Maringá, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituída, na forma do artigo 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Maringá, constituída pelos municípios de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paçandu, Ângulo, Iguaçu, Mandaguaçu, Floresta, Dr. Camargo, Itambé, Astorga, Ivatuba, Jandaia do Sul, Lobato, Santa Fé, Flórida, Munhoz de Mello, São Jorge do Ivaí, Florai e Presidente Castelo Branco”.

Sala das Sessões, em 16.07.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Apoiamento:

Durval Amaral, Luiz Accorsi, Cida Borghetti e Carlos Simões.

O projeto será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, para parecer.

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 321/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que determina às empresas concessionárias do transporte coletivo intermunicipal a obrigatoriedade da instalação de sanitários nos veículos utilizados nessas linhas. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CAM E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 340/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que obriga os estabelecimentos que comercializam medicamentos genéricos a manter disponível para consulta do consumidor relação atualizada desses medicamentos. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CICT E CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 399/07, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que declara de utilidade pública estadual a Organização Municipal de Defesa a Cidadania, com sede e foro no município de Rio Branco do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 414/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de utilidade pública o Instituto Social Assembléia de Deus Rebouçence - ISADER, com sede e foro no município de Rebouças. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 436/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Rinaldo Anciutti Caggiano. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 439/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que altera o parágrafo 3º, do artigo 1º da Lei nº 13126, de 10 de abril de 2001 (Programa Cidade Para Todos). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDHCDC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 18

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 455/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 021/07, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel ao município de Marmeleiro. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 19

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 469/07, de autoria do Deputado Teruo Kato, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção Humana Nossa Senhora Aparecida - Solidariedade, com sede e foro no município de Paranavaí. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 20

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 018/07, de autoria de diversos Srs. Deputados, que regulamenta o Plano Facultativo Contributivo e Suplementar, conforme específica (Lei Complementar nº 120). PARECER DA COMISSÃO EXECUTIVA. **Aprovado.**

Vai se proceder à verificação de votação, a pedido do Deputado Tadeu Veneri.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

Vinte e nove Srs. Deputados aprovam o projeto.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Doze Srs. Deputados rejeitam o projeto.

Está **aprovado** o projeto.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Sr. Presidente, queria registrar, novamente, que a Bancada do PT votou contrária.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado.

O SR. DR. BATISTA (PT)

Sr. Presidente, registrar o voto do PMN.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, registrar meu voto também.

Requerimento

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2141, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente.

Aprovado.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Comissão Executiva****Atos**

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1487/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4364/07, datado de 09 de maio de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a THIRSA RITA ROSSI TIRAPELLE, matrícula nº 40463, funcionária desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Jornalista, nível NUE - 02, lotada na Coordenadoria de Divulgação, licença especial de três (03) meses, nos termos do artigo 247 da Lei nº 6174/70, e por não haver se afastado do exercício de suas funções no quinquênio compreendido entre 22/12/97 a 22/12/02. Para usufruir a licença aguardará a publicação deste Ato e, juntando a anuência de seu superior, requer por escrito junto ao Departamento de Pessoal, a marcação da data escolhida, seguindo os critérios do artigo 250 da mesma Lei nº 6174/70.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 04.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 124/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6022 datado de 18 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de ADELAIDE DA SILVA OSMAN, matrícula nº 40336, portador do RG nº 1490751-PR e do CPF nº 552659609-53, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01 de março de 1984, lotada no Setor de Água, exercendo o cargo de Servente, nível NBA-03, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/92 e 21/12/97, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11.07.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 125/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6025 datado de 18 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de ANTONIO LEAL DE OLIVEIRA, matrícula nº 40762, portador do RG nº 3067646-PR e do CPF nº 393088209-49, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01 de junho de 1988, lotado no Setor de Água, exercendo o cargo de Servente, nível NBA-02, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/92 e 21/12/97, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11.07.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Atas de Comissões

Obras Públicas, Transportes e Comunicação

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Deputado Marcelo Rangel. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando à Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 364/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Relator: Deputado Edson Strapasson. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 401/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Relator: Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 442/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana. Relator: Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de julho do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Deputado Marcelo Rangel. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando à Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 051/07, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Relator: Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 085/07, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Relator: Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

Direitos Humanos e Cidadania

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de julho do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, sob a presidência do Deputado Francisco Bühner, com a presença dos seguintes Srs. Deputados: Luiz Carlos Martins, Tadeu Veneri e Reni Pereira. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando para a Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 439/07, de autoria do Deputado Nelson Justus. Relator: Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eduardo Freyer de Azevedo, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente
Eduardo Freyer de Azevedo - Secretário

Finanças

COMISSÃO DE FINANÇAS 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de maio de dois mil e sete, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 13:30 horas, sob a presidência do Sr. Deputado Edson Strapasson, mais a presença dos seguintes Srs. deputados: Antonio Belinati, Elio Rusch, Elton Welter, Reni Pereira, Dobrandino da Silva, Francisco Bühner e mais a presença do Deputado Luiz Cláudio Romanelli. Registrando ainda, a presença do Professor Lemos, representante da APP. Havendo número legal, o Sr. presidente declarou abertos os trabalhos. O Sr. Deputado Elio Rusch solicita a dispensa da leitura da ata, sendo a mesma dispensada e aprovada. O Sr. presidente informa que o Deputado Francisco Bühner esta aqui na condição de titular em substituição do Sr. Deputado Luiz Nishimori, ao mesmo tempo em que agradece a presença do Líder do Governo, Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 170/07, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que autoriza o Poder Executivo, através da Companhia Paranaense de Energia Elétrica – COPEL, a disponibilizar gratuitamente a Rede Fundamental de Ensino (1ª a 4ª séries), no Estado do Paraná, conexão a rede mundial de computadores. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL lido pelo Sr. Deputado Reni Pereira. APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 311/07, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 015/07, que visa estabelecer índices e critérios para rea-

justar os vencimentos das carreiras estatutárias do Poder Executivo do Estado do Paraná. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL lido pelo Sr. Deputado Elio Rusch. O Sr. Presidente coloca em discussão o Parecer do Relator. Discorreram sobre a matéria, fazendo suas argumentações, os Srs. deputados Reni Pereira, Luiz Claudio Romanelli, Elio Rusch, Dobrandino da Silva, Francisco Bühner, e em especial o Sr. Deputado Reni Pereira, que após as argumentações, propôs Emenda nos seguintes termos: “Art.....Em relação ao Quadro de Auditores Fiscais, o IPCA acumulado, apurado a partir da edição da Lei Complementar nº 92/2002, corresponderá a 42,90% (quarenta e dois, noventa por cento)”. Após os encaminhamentos por parte dos Srs. deputados, o Sr. Presidente coloca em votação o parecer Favorável do Relator, Sr. Deputado Dobrandino da Silva, o qual foi Aprovado. Na sequência, o Sr. Presidente coloca em votação a Emenda proposta pelo Sr. Deputado Reni Pereira, a qual também foi APROVADA. Contudo, ressalta o Sr. Presidente, a possibilidade, de no Plenário, serem apresentadas emendas ao Projeto em tela. 03) Projeto de Lei nº 68/07, de autoria dos Deputados Tadeu Veneri e Alexandre Curi, que modifica o inciso II do artigo 6º da Lei nº 8246, de 13 de janeiro de 1986. (pensão pra portadores de hanseníase). Relator Deputado Elton Welter. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de maio de dois mil e sete, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 13:30 horas, sob a Presidência do Sr. Deputado Edson Strapasson, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Belinati, Elio Rusch, Elton Welter e Dobrandino da Silva. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos. O Sr. Deputado Elio Rusch solicita a dispensa da leitura da ata, sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 083/07, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, que dispõe sobre a concessão de tratamento tributário diferenciado para os estabelecimentos industriais dos setores têxteis. Relator Sr. Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL lido pelo Sr. Deputado Elton Welter. O Sr. Presidente coloca o Projeto em discussão. O Sr. Deputado Dobrandino da Silva, informa que vota favoravelmente ao Projeto, porém, alerta que outros setores, como por exemplo: o cerâmico, poderão posteriormente pleitear tal benefício. O Sr. Deputado Antonio Belinati, também comunga com este pensamento.

O Sr. Deputado Elton Welter, demonstra sua preocupação, quando se pretende alterar a alíquota para os estabelecimentos industriais dos setores têxteis. Na mesma linha de raciocínio, o Sr. Presidente comunica que se encontra apenso a matéria o relatório desfavorável da Secretaria de Estado da Fazenda. Contudo, deve-se observar que, se a Comissão for contrária à proposta, as empresas poderão transferir-se para outros Estados. Colocado o Parecer em votação, foi o mesmo APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 101/07, de autoria dos Srs. Deputados Nelson Justus e Plauto Miró, que altera dispositivos da Lei nº 15.352, de 22 de dezembro de 2006 e da Lei nº 15.467, de 09 de fevereiro de 2007. (ICMS). Relator Sr. Deputado ELIO RUSCH. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO, NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. 03) Projeto de Lei nº 103/07, de autoria da Sr.a Deputada Cida Borghetti, que dispõe sobre o Programa de Incentivo à Produção de Biodiesel no Estado do Paraná. Relator Sr. Deputado ELIO RUSCH. 04) Projeto de Lei nº 044/07, de autoria do Sr. Deputado Mauro Moraes, que institui o percentual de 40% (quarenta por cento), para a tarifa de esgoto, a ser cobrada pela Companhia de Saneamento do Estado do Paraná – SANEPAR. Relator Sr. Deputado Elton Welter. O Sr. Presidente, enaltece a importância de solicitar o relatório de impacto financeiro. O Relator da matéria argumenta que seria conveniente ouvir os representantes da SANEPAR, pois, os mesmos trarão informações que possibilitarão aprovar ou não tal matéria. O Sr. Presidente coloca em votação a proposta do Sr. Deputado Elton Welter, no sentido de convidar os representantes da SANEPAR, à serem ouvidos por esta Comissão, o que foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de maio de dois mil e sete, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões da Presidência, às 11:00 horas, sob a Presidência do Sr. Deputado Edson Strapasson, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Belinati, Elio Rusch, Elton Welter, Reni Pereira e Dobrandino da Silva. Mais a presença do Sr. Deputado Mauro Moraes, bem como os representantes da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, OS Srs. Natálio Stica, Diretor Comercial, Marcos César Tedeschi, Coordenador de Marketing, Dr. Marcus Venício Cavassin, Coordenador de Concessões e Ambiente, e Nilson Puhl, Gerente de Comunicação Social. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos. O Sr. Deputado Elio Rusch solicita a dispensa da

leitura da ata, sendo a mesma dispensada e aprovada. O Sr. Presidente agradecendo a presença de todos, comunica que encontra-se nesta Comissão, o Projeto de Lei nº 44/07, de autoria do Sr. Deputado Mauro Moraes, que institui o percentual de 40% (quarenta por cento) para a tarifa do esgoto para ser cobra pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR. A relatoria da matéria está com o Sr. Deputado Elton Welter, que sugeriu, na última reunião que nós convidássemos os representantes da SANEPAR, para apresentação de uma explanação sobre o que represente a tarifa de esgoto em contextos de arrecadação da SANEPAR. Na sequência, o Sr. Presidente solicita ao Sr. Natálio Stica que proceda suas considerações iniciais. Em seguida, o Sr. Marcos César Tedeschi, inicia a explanação proposta. Após a explanação, os Srs. deputados Edson Strapasson, Mauro Moraes, Dobrandino da Silva, Antonio Belinati, Reni Pereira, Elio Rusch, Elton Welter, fizeram suas ponderações e indagações, ao mesmo tempo em que obtiveram suas respostas. Tudo tendo transcorrido conforme notas taquigráficas constantes da presente Ata. O Sr. Presidente informa aos Srs. deputados que existem mais dois projetos de lei constantes da pauta para esta reunião. Contudo, em função do adiantado da hora, consulto aos demais membros, da possibilidade de transferirmos estes projetos para a próxima reunião. Todos os parlamentares concordaram. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de junho de dois mil e sete, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 13:30 horas, sob a Presidência do Sr. Deputado Edson Strapasson, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Belinati, Elton Welter, Reni Pereira e Nereu Moura. O Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos. O Sr. Deputado Antonio Belinati solicita a dispensa da leitura da ata, sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 44/07, de autoria do Sr. Deputado Mauro Moraes, que institui o percentual de 40% (quarenta por cento) para a tarifa de esgoto, a ser cobrada pela Companhia de Saneamento do Estado do Paraná – SANEPAR. Relator Deputado Elton Welter, que solicita o adiamento da discussão e votação para a próxima reunião, em função da não elaboração do relatório da presente proposição, ao mesmo tempo em que consulta a Presidência da Comissão da possibilidade da Procuradoria da Casa emitir parecer sobre a constitucionalidade do Projeto mencionado. O Presidente esclarece que não é

necessário, tendo em vista, que a Comissão de Constituição e Justiça, já exarou o devido parecer favorável quanto à constitucionalidade da matéria. Ficando desta forma, adiada a discussão e votação. 02) Projeto de Lei n 223/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que regulamenta a propaganda oficial em jornais do Paraná. Relator Deputado ELTON WELTER. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. 03) Projeto de Lei 279/07, autor Deputado Ney Leprevost, que estabelece obrigatoriedade da publicação de balanços e demonstrativos por parte das entidades ONGS, OSCIPS, fundações e associações que recebam verbas de subvenções e auxílios ou parcelas do Governo do Estado. Relator Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. 04) Projeto de Lei n 221/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que estabelece normas para a publicidade de viagens de funcionários públicos comissionados ou concursados ao exterior. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer no sentido de converter o Projeto em diligência ao Governo do Estado-APROVADO. Parecer lido pelo Sr. Deputado Nereu Moura. 05) Projeto de Lei Complementar n 310/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que altera a redação do artigo 1º da Lei Complementar n 83/98 – Região Metropolitana de Maringá. Relator Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL. Salienta ainda, o Relator da matéria, que devemos enaltecer o trabalho da equipe desta Comissão, e registrar voto de louvor na pessoa do Secretário, Sr. Wilson Penka, tendo em vista o estudo e análise elaborados e a conseqüente detecção de uma situação de ordem técnica legislativa, que não foi observada na CCJ. Se tal situação não fosse observada, nós deputados, correríamos o risco de aprovarmos a matéria em Plenário de forma irregular. O Sr. Deputado Elton Welter, corrobora as palavras do Sr. Deputado Antonio Belinati. O Sr. Presidente determina que o secretário da Comissão faça o devido registro. O Sr. Deputado Nereu Moura, solicita vistas do processo. Deferido. O Sr. Presidente, informa que a Comissão recebeu em caráter de urgência os Projetos de Lei n 370/07 e 371/07. De igual modo, comunica que os mesmos constavam da ordem do dia, para a discussão e votação em Plenário. Porém, o Sr. Deputado Reni Pereira, ao perceber que estas proposições não haviam sido enviadas a esta Comissão para análise, imediatamente comunicou-me. Sendo assim, solicitamos a Mesa, o envio imediato a esta Comissão. Isto posto, solicitamos ao Sr. Deputado Reni Pereira que relate estas propostas. 06) Projeto de Lei n 370/07, de autoria do Poder Executivo – Mensagem n 016/07, que aprova crédito especial no valor de R\$1.245.510,00 (hum milhão, duzentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e dez reais), alterando o vigente Orçamento Geral do Estado, conforme especifica. (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU, investimentos em infra-estrutura urbana nos municípios). Relator Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL. Contudo, Sr. Presidente, gostaria de pedir a esta Comis-

são que encaminhe ofício ao Governo do Estado, respondendo a algumas questões que não estão claras no Projeto em tela, por exemplo: se não há duplicação de recursos, quanto ficou faltando nas rubricas e qual era o montante previsto. Mas para facilitar, eu vou elaborar as questões a serem feitas e posteriormente encaminho a Comissão. O Sr. Presidente, ainda salienta a necessidade de saber o que foi cancelado do orçamento do ano passado, quais os municípios abrangidos. A seguir foi o parecer colocado em votação, sendo o mesmo APROVADO. O Sr. Deputado Nereu Moura argumenta que nós da Comissão não devemos emitir parecer sem o devido estudo, temos que ter tranqüilidade e tempo para estudar as matérias que aqui chegam. Lembra a questão do Regime de Urgência, argumentando que nós colocamos qualquer projeto em regime de urgência, isso deve ser mudado. Não se tem o tempo suficiente para a análise das propostas. Só para se ter uma idéia, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, até agora só votou 12 (doze) projetos de lei este ano. Os parlamentares daquele Estado, tem um tempo maior para estudo e análise das matérias. Entendo, Srs. deputados, que deveríamos ter a publicação da matéria em pauta antes das votações em Plenário, por um período em torno de 10 (dez) ou 15(quinze) dias, acho que seria mais razoável. 07) Projeto de Lei n 371/07, de autoria do Poder Executivo – Mensagem n 017/07, que aprova crédito especial no valor de R\$3.935.000,00 (três milhões, novecentos e trinta e cinco mil reais), alterando o vigente Orçamento Geral do Estado, conforme especifica. (Departamento de Estradas de Rodagem – DER). Relator Deputado RENI PEREIRA. Parecer FAVORÁVEL. Porém, entendo, Srs. deputados, que neste caso, também é necessário alguns questionamentos, ou seja: perguntar ao DER sobre a taxa cobrada, se o valor está incluído neste projeto ou o valor está incluído naquele aprovado no ano passado de mais ou menos trinta milhões. O Sr. Deputado Elton Welter, sintetizando pergunta: Qual a origem dos recursos? Exato. Bem, da mesma forma que fiz com o projeto anterior, também vou elaborar as questões a serem formuladas ao DER e posteriormente encaminho a Comissão. Poderíamos, se a Comissão entender assim, aprovar estas solicitações e posteriormente, elaborar ofício a Comissão que está estudando o novo Regimento Interno da Casa. Salienta ainda, o relator que a matéria deveria ser encaminhada para análise da Comissão de Obras Públicas. A seguir foi o parecer colocado em votação, sendo o mesmo APROVADO. Foram aprovadas ainda, as solicitações do Relator, no sentido de enviar ofício, com os questionamentos, que serão elaborados e repassados a Comissão posteriormente. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de junho de dois mil e sete, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 13:30 horas, sob a Presidência do Sr. Deputado Edson Strapasson, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Belinati, Reni Pereira, Pedro Ivo e Luiz Nishimori. O Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos. O Sr. Deputado Reni Pereira solicita a dispensa da leitura da ata, sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: Vamos iniciar analisando o item um da pauta 01) Projeto de Lei nº 291/07, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que isenta do pagamento da taxa de pedágio todos os veículos pertencentes aos moradores do município onde estejam localizadas as praças de pedágio, cujos veículos estejam ali emplacados. Relator Deputado Luiz Nishimori. O Relator não está presente, porém já está chegando. Passaremos então ao item 02) Projeto de Lei nº 359/07, de autoria dos Srs. Deputados Luiz Carlos Martins e Reni Pereira, que altera os critérios para fixação dos índices de participação dos municípios no produto da arrecadação do ICMS, na forma que especifica. Relator Deputado Elton Welter. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO, parecer lido pelo Sr. Deputado Pedro Ivo. 03) Projeto de Lei 385/07, autor Deputado Luiz Carlos Martins, que autoriza o Poder Executivo a insentar do ICMS os consumidores de energia elétrica que utilizam aparelhos de sobrevivência. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO, parecer lido pelo Sr. Deputado Reni Pereira. 04) Projeto de Lei nº 341/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo à Pecuária de Leite. Relator Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. Parecer lido pelo Sr. Deputado Antonio Belinati. 05) Projeto de Lei Complementar nº 310/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que altera a redação do artigo 1º da Lei Complementar nº 83/98 – Região Metropolitana de Maringá. O Sr. Presidente esclarece que o presente Projeto constou da pauta da reunião anterior, contudo, o Sr. Deputado Nereu Moura havia solicitado vistas da matéria. Na reunião de hoje, o projeto retorna com um voto em forma de Emenda Substitutiva Geral, que acrescenta na região metropolitana de Maringá, os municípios de Lobato e Santa Fé. O Sr. Deputado Luiz Nishimori, esclarece que os municípios citados ficam próximos de Maringá e portanto poderiam ser incluídos no citado Projeto de Lei. O Sr. Presidente esclarece que o Regimento Interno em seu artigo 51, parágrafo 11, nos diz o seguinte: Havendo Voto em Separado divergente, por escrito, e tendo sido rejeitado o parecer do relator, será o voto divergente submetido à votação, na mesma sessão e, se aprovado pela maioria, será adotado como Parecer da Comissão, dispensada a designação de novo relator prevista no parágrafo anterior. Salienta ainda, o Sr. Presidente que, não se trata de parecer divergente e

sim de inclusão apenas de dois municípios. Assim sendo, consulto ao Relator da matéria, Sr. Deputado Antonio Belinati, se poderia acatar esta Emenda do Sr. Deputado Nereu Moura. O Sr. Deputado Antonio Belinati, esclarece que não vê nenhum problema e emite seu Parecer FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA. O Sr. Presidente informa que agora vamos analisar o item um da pauta, o Projeto de Lei nº 291/07, de autoria do Deputado Antonio Belinati, cuja súmula já foi mencionada. O Sr. Deputado Antonio Belinati, esclarece ao Sr. Presidente que na realidade não é o autor da matéria e sim o Sr. Deputado Antonio Anibelli. O Sr. Presidente comunica que na sua pauta consta realmente o nome do Sr. Deputado Antonio Belinati, e obviamente então ocorreu um equívoco por parte da Secretaria da Comissão. Com a palavra o Sr. Relator Deputado Luiz Nishimori, informando que o Parecer é FAVORÁVEL. Sendo o mesmo colocado em votação, foi APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, marcando outra reunião para a próxima quarta-feira, às 13:30 horas, neste mesmo local, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
Wilson Penka - Secretário

Frente Parlamentar de Acompanhamento das Negociações sobre Aproveitamento de Potenciais Energéticos no Estado do Paraná

**FRENTE PARLAMENTAR DE
ACOMPANHAMENTO DAS NEGOCIAÇÕES SOBRE
APROVEITAMENTO DE POTENCIAIS ENERGÉTICOS
NO ESTADO DO PARANÁ
ATA DE INSTALAÇÃO**

Aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da presidência no plenário, reuniram-se os membros indicados pelas lideranças para comporem a frente, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para Presidente e Vice-Presidente. Verificada a existência legal, a Sra. Deputada Rosane Ferreira declarou instalada a comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos Deputados Tadeu Veneri e Luiz Eduardo Cheida para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o Deputado Tadeu Veneri agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU VENERI - Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Diretor Administrativo